

DOMENICO MARIO NUTI

ASCENSÃO
E QUEDA DO
SOCIALISMO

e

ASCENSÃO,
QUEDA E
FUTURO DO
SOCIALISMO

TRADUÇÃO DE JÚLIO MARQUES MOTA
EDIÇÃO POR *A VIAGEM DOS ARGONAUTAS*

ASCENSÃO
E QUEDA DO
SOCIALISMO
e
ASCENSÃO,
QUEDA E
FUTURO DO
SOCIALISMO

Domenico Mario Nuti
Emeritus Professor, Sapienza University of Rome

Tradução de Júlio Marques Mota

Edição por A Viagem dos Argonautas
dezembro de 2018

DOC RESEARCH INSTITUTE, BERLIM
EUROPEAN ASSOCIATION FOR COMPARATIVE ECONOMIC SYSTEMS

WARSAW, 6-8 DE SETEMBRO DE 2018

AGRADECIMENTOS

O BLOG *A VIAGEM DOS ARGONAUTAS* AGRADECE À DIREÇÃO DE *DOC RESEARCH INSTITUTE* A SUA AUTORIZAÇÃO PARA A EDIÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA DO TEXTO *ASCENSÃO E QUEDA DO SOCIALISMO*.

O BLOG *A VIAGEM DOS ARGONAUTAS* AGRADECE A DOMENICO MARIO NUTI A SUA CONSTANTE DISPONIBILIDADE PARA NOS ACOMPANHAR AO LONGO DA TRADUÇÃO DOS DOIS TEXTOS AGORA EDITADOS, NO SENTIDO DE CLARIFICAÇÃO DE UM OUTRO PONTO SOBRE O QUAL TIVEMOS ALGUMA DIFICULDADE EM TRANSPOR PARA A LÍNGUA DE CAMÕES EXPRESSÕES DO AUTOR EXPRESSAS NA LÍNGUA DE DANTE OU DE SHAKESPEARE.

POR FIM, AGRADECEMOS A COLABORAÇÃO DE JOAQUIM FEIO E DE FRANCISCO TAVARES PELO EMPENHO NA REVISÃO E NO CUIDADO HAVIDO PARA A EDIÇÃO DOS PRESENTES TEXTOS, BEM COMO DE PEDRO GRANDÃO NA PREPARAÇÃO DA EDIÇÃO DOS MESMOS, SENDO CERTO QUE SE EXISTIREM ERROS OU OMISSÕES SERÃO DA NOSSA INTEIRA RESPONSABILIDADE.

JM

ASCENÇÃO E QUEDA DO SOCIALISMO ⁽¹⁾

Domenico Mario Nuti⁽²⁾

1. A TAXONOMIA SOCIALISTA. 2. CAPITALISMO. 3. A UTOPIA DO EQUILÍBRIO GERAL.
4. CAPITALISMO: DESIGUALDADE, DESEMPREGO, FLUTUAÇÕES.
5. CAPITALISMO MODERNO: CONDENADO, TRANSFORMADO OU CORROMPIDO?
6. A TEORIA DE MARX SOBRE OS MODOS DE PRODUÇÃO. 7. COMUNISMO DE GUERRA (URSS 1918-1921).
8. A NOVA POLÍTICA ECONÓMICA (NEP, 1921-1926).
9. O DESENVOLVIMENTO DO MODELO DO TIPO SOVIÉTICO (AMADURECIDO 1928-1932).
10. EUROPA CENTRAL E ORIENTAL. 11. EXPECTATIVAS E RESULTADOS.
12. TENTATIVAS DE REFORMA E O SEU FRACASSO.
13. O PECADO ORIGINAL DO SOCIALISMO: A VIOLAÇÃO DAS LEIS ECONÓMICAS.
14. A QUEDA: ABRUPTA, RÁPIDA E CONTAGIOSA. 15. A TRANSIÇÃO E O SEU FRACASSO.
16. A SOCIAL-DEMOCRACIA E O MODELO SOCIAL EUROPEU.
17. A DEBACLE DA SOCIAL-DEMOCRACIA PERVERTIDA: GLOBALISTA, AUSTERITÁRIA, DESIGUAL.
18. ALGUMAS CONCLUSÕES. *REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.*

1 Uma versão reduzida do presente ensaio foi apresentada na Conferência sobre "Inequality, Economic Models and the Russian Revolution of October 1917 in a Historical Perspective", no Dialogue of Civilisations Research Institute, Berlin, nos dias 23 e 24 de Outubro de 2017. Agradeço a Ivan Angelov, Michael Ellman, Donald Gillies, Geoffrey Hodgson, Grazia Ietto Gillies, Mike Meeropol, Branko Milanovic, Vladimir Popov, Mario Tiberi e Milica Uvalić pelos seus comentários sobre a versão anterior. Naturalmente eu sou o único responsável por quaisquer erros ou omissões.

2 Professor Emérito, Universidade Sapienza de Roma. E-mail: dmariounuti@gmail.com. Website: <https://sites.google.com/site/dmariounuti/>. Blog "Transition" <https://dmariounuti.blogspot.com/>.

1. A TAXONOMIA SOCIALISTA

O termo “socialismo” é relativamente recente, aparecendo pela primeira vez há cerca de 200 anos em 1827 na revista *Co-operative Magazine* e através de textos escritos por alguns dos defensores das teses de Robert Owen. Sem dúvida, o termo foi utilizado por Owen em 1835 no sentido de uma organização económica constituída em prol dos interesses dos trabalhadores. O conceito de “comunismo” tem origens mais distantes e uma linhagem mais nobre que remonta a Platão, Thomas More, Rousseau e Fourier, mas adquiriu uma nova força e substância nos escritos de Marx e Engels (principalmente no Manifesto de 1848 do partido comunista, embora ainda seja vago sobre as suas precisas especificações organizativas e políticas).

Griffiths (1924) colige 199 definições do socialismo fornecidas por intelectuais britânicos, sindicalistas e políticos de seu tempo (incluindo Maurice Dobb, Bertrand Russell e Sidney Webb). O Symposium de Griffiths foi organizado para celebrar o grande debate sobre o “socialismo versus capitalismo” que teve lugar na Câmara dos Comuns em 1923, na base de uma moção que preconizava “a substituição gradual do sistema capitalista por uma ordem industrial e social baseada na propriedade pública e no controle democrático dos meios de produção e de distribuição”. A moção foi rejeitada por 368 votos contra e 121 a favor. O Symposium também comemorou a formação em 1924 do primeiro governo trabalhista no Reino Unido.

Muitas dessas contribuições ofereceram sentimentos mais do que sugestões operacionais; alguns viam o socialismo como uma expressão de ensinamentos cristãos. Na Grã-Bretanha, no socialismo dos anos 1920, na medida em que era geralmente definido, foi amplamente interpretado como sendo a propriedade comum dos meios de produção, sem qualquer consideração quanto à possibilidade de uma economia mista ou de um papel atribuído aos mercados⁽³⁾.

3 Deixando de lado diversas respostas vagas, na recensão de Griffiths (1924), sobre 199 definições, 85 consideram o socialismo como a propriedade comum da totalidade ou da maior parte dos meios da produção; outras 7 consideram a presença de um setor público importante e somente duas consideram a sobrevivência de um setor privado. Em 24 definições o socialismo comporta a extensão da democracia da esfera política à esfera industrial e económica. Ninguém indicou qualquer papel para os mercados ou para a concorrência; 77 sublinham a cooperação, muitas vezes especificamente contraposta à concorrência; 39 sublinham a produção mais para fins úteis do que para fins lucrativos; 25 falam de uma maior igualdade de rendimento e de oportunidades; 8 viam o socialismo em termos de poder para a classe trabalhadora, e 8 sublinham o planeamento nacional. Devo a Geoffrey Hodgson esta conversão do texto de Griffiths numa interessante sondagem de opinião.

A diversidade das definições possíveis reflete a natureza multidimensional do projeto socialista. Para efeitos de simplificação, as componentes essenciais do socialismo podem ser reduzidas a quatro:

A) propriedade e empresa públicas dominantes estatal, cooperativa ou coletiva, local) ou, de qualquer modo, substancial presença pública, pelo menos, nos sectores “dominantes” da economia;

B) igualdade associada a uma grande parte do consumo social;

C) participação económica e democracia (não necessariamente a democracia política representativa);

D) controlo social efetivo sobre as principais variáveis económicas (rendimento, consumo, acumulação, emprego, crescimento, equilíbrio interno e externo). Um tal controlo não implica necessariamente o planeamento “imperativo” centralizado, desde que – no caso possível de mercados internos e internacionais operacionais – existam instrumentos de política económica amplos e eficazes com os quais o governo possa exercer controlo efetivo quanto ao desempenho macroeconómico. A confiança no controlo macroeconómico eficaz parece preferível a uma classificação baseada no peso relativo dos mercados e dos instrumentos administrativos (do tipo proposto por Popov 2009), uma vez que o controlo eficiente pode ou não existir independentemente do tipo de instrumentos que são realmente utilizados

Se atribuirmos um valor 0 à ausência ou à forte atenuação de cada um desses quatro elementos, e 1 à sua presença significativa, 16 modelos alternativos podem ser gerados: alguns existiam apenas como projetos que nunca foram implementados em qualquer lugar, outros realmente existiram mas já não existem e outros ainda existem. A simplificação proposta aqui ignora as matizes que são muitas vezes importantes no valor a ser atribuído aos vários elementos constitutivos; o problema é que mesmo com a introdução de um único valor intermediário adicional de 0,5 que ampliaria a taxonomia correspondente para 81 categorias possíveis, a maioria das quais não corresponderia a qualquer sistema, quer ideal ou realmente concretizado no passado ou ainda hoje existente. Um aumento excessivo do número de sistemas decorreria também da introdução de um elemento constituinte adicional com o valor 0 ou 1, o que duplicaria os sistemas possíveis para 32.

Exemplos de várias combinações de ABCD são dados

abaixo (em *italico* = nunca existiram; em *italico sublinhado* = existiram somente no passado; simplesmente sublinhado = ainda existem).

Deixemos de lado os sistemas utópicos que nunca existiram:

1111. Sistema socialista maximalista ideal; em teoria também a Revolução Cultural Chinesa (1966-1976);

1110. Ideal comunista pleno: propriedade coletiva, de cada um segundo as suas capacidades, para cada um de acordo com as suas necessidades; o Estado "tende a desaparecer" (Lenine) e a economia da abundância não precisa de um plano; só houve uma aproximação parcial a este modelo durante o período do comunismo de guerra soviético (1918-1921) para lidar com as emergências da guerra;

1011. O modelo Jugoslavo em teoria, com a propriedade social, ou seja, sujeita a um direito de usufruto pela parte dos empregados das empresas a funcionarem numa autogestão do tipo teorizado por Wárd (1958), um usufruto não transferível e condicional à sua permanente ocupação. Havia desigualdade entre regiões, setores, empresas. O controlo macroeconómico era principalmente alcançado através da política monetária (incluindo o acesso e o custo de crédito).

Ficamos assim com cinco modelos básicos de socialismo "realizado" ou "realmente existente" (ou que existiu), uma expressão cunhada por Bahro (1977) para indicar as realizações práticas dos princípios inspiradores do socialismo, não garantindo a sua correspondência com os princípios mas, pelo contrário, a sublinhar implicitamente os seus desajustamentos em relação a estes mesmos princípios:

1101. China do final de 1978 ao final dos anos de 1990: "socialismo com características chinesas", "crescimento e igualdade", "socialismo de mercado", propriedade pública dominante por parte das empresas do estado e das cooperativas territoriais pertencentes às autoridades locais; autoritarismo moderado; em 1997 começa a primeira vaga de privatizações (que será acelerada em 2007).

1100. A Revolução Cultural chinesa na prática: perda de controlo por parte do Estado, fome generalizada, autoritarismo. O que se passou igualmente em Taiwan nos anos de 1960 (60% do PIB no setor estatal) e em alguns países em desenvolvimento.

11010. A Nova Política Económica (NEP) na URSS 1921-26, com a restauração de propriedade e das empresas privadas, dos mercados internos e internacionais, do equilíbrio monetário e orçamental, com o poder para os conselhos de trabalhadores reduzido mas ainda presente,

com a desigualdade. *A Jugoslávia na prática (1950-1991)*, com a propriedade social sujeita a usufruto do capital das empresas autogeridas, com as desigualdades entre regiões, sectores e empresas-como no modelo ideal 1011 acima, mas com um controlo macroeconómico ineficaz, sujeita ao desemprego, à emigração, às flutuações e à inflação aberta.

1001. Planeamento central de estilo soviético (1928-32/1990), com empresas e propriedade predominantemente estatal, com um papel menor para as cooperativas e para as empresas de propriedade das autoridades locais; propriedade privada ausente ou insignificante. Um fraco empenho com a igualdade: nenhum nivelamento salarial sob Estaline (no uravnilovka); salários mais altos para os trabalhadores ditos de choque e para os trabalhadores especializados; a existência de uma endémica procura excessiva a preços artificialmente baixos, com preços acima do preço de equilíbrio nos mercados negros acessíveis àqueles que dispunham de dinheiro; privilégios para a nomenklatura do Partido Comunista; incentivos discricionários concedidos pelos gestores da empresa. O centralismo democrático, ou seja, na prática, um partido comunista com o monopólio político que se infiltrou em toda a economia e em todos os níveis, reforçada pela lei de 1921 que proíbe as fações. Este sistema foi transplantado com êxito na *Europa Central e noutros países do mundo depois da segunda Grande Guerra, incluída a Jugoslávia 1945-1950, a China 1952-1960 e a Albânia 1946-1990 (com exclusão de um interlúdio filo-chinês durante 1960-1978)*. Hoje, um tal sistema só sobrevive na *Bielorrússia, Uzbequistão, Turquemenistão e em Cuba* (mesmo na Coreia do Norte a maior parte da população é referida como estando a viver de rendimentos produzidos no setor privado).

De acordo com os nossos critérios taxonómicos, a China atual pertence à mesma categoria 1001, a partir do ano 2001, quando ingressou na OMC e, portanto, foi exposta à disciplina tanto dos mercados internacionais como dos mercados internos, embora sujeitos a instrumentos eficazes da política económica tradicional (orçamental, monetária, taxas de câmbio, de empresas públicas, de controlos diretos) que garantem o controlo sobre a gestão da economia.

A propriedade pública continua a ser importante (apesar do desaparecimento das empresas municipais ou de controlo regional e da aparente dominação do setor privado, permanecendo a propriedade estatal como dominante no setor bancário) ao ponto de ser frequentemente classificada como uma forma de capitalismo de Estado. (Coase e Wang 2012, 2015, Naughton e Tsai 2015). A desigualdade é muito alta, com um coeficiente de Gini (entre o indicando igualdade absoluta e 1 para indicar concentração absoluta num único

indivíduo) de distribuição de rendimento de 49% em 2012, caindo ligeiramente para 47% em 2015, ultrapassada apenas pela África do Sul e Brasil em comparação com um coeficiente de 41% nos Estados Unidos. Não há formas de participação e de democracia económica (muito menos política).

1000. Algumas economias pós-socialistas nos primeiros anos (1990-93) da sua Transição, incluindo a Rússia de Vladimir Putin hoje: um setor estatal residual dominante, frequentemente restaurado depois das privatizações iniciais; desigualdade; falta de participação e de democracia económica (e política); alta taxa de desemprego, inflação e recessões⁴.

Os oito sistemas económicos restantes que resultam da taxonomia proposta são elencados abaixo por uma questão de exaustividade:

0111. Social-democracia do tipo escandinavo: propriedade privada e empresas, coletivização dos riscos individuais (velhice, doença, invalidez, família numerosa) e riscos sociais (pobreza, desemprego), participação económica e democracia, pleno emprego (elevado e estável) principalmente através de políticas orçamentais.

0110. Uma forma mais fraca de social-democracia em vários países europeus, com desregulação generalizada e formas de intervenção do Estado diferentes das previstas no ideal anterior 0111.

0101. O modelo nazi-fascista da economia. Propriedade e empresa predominantemente privadas, populismo, (entendido como promessas insustentáveis ou impossíveis de satisfazer) autoritarismo, intervenção estatal generalizada e profunda na economia, tanto ao nível macroeconómico como ao nível empresarial.

0100. O Estado de Bem-Estar. O modelo escandinavo de social-democracia do final da década de 1980: participação nominal, desemprego crescente; o Modelo Social Europeu de diálogo social, introduzido de forma variável na União Europeia nos anos de 1990 e início dos anos de 2000.

0011. Neocorporativismo do tipo austriaco (1960-90): propriedade e empresa privadas predominantes, representação de grupos de interesses; um empenhamento modesto em políticas de igualdade, preços e rendimentos, políticas orçamentais keynesianas. *A chamada economia das "partes interessadas" proposta mas nunca levada à prática pelo New Labour no Reino Unido em 1996-97* (partes interessadas=detentores de interesse legítimos diferentes dos interesses dos acionistas, enquanto trabalhadores dependentes, gestores, clientes, fornecedores, credores, devedores, autoridades locais, meio ambiente).

0010. Cogestão (Mitbestimmung) típica da Alemanha do pós-guerra, com representação minoritária dos empregados no Conselho de Administração das empresas, em setores especiais; a economia social de mercado entendida como garantia de concorrência e de paz social. As remunerações estão igualmente ligadas aos resultados das respetivas empresas no Japão, frequentemente classificadas em função da antiguidade, com uma flexibilidade no decorrer do ciclo económico que está associada a uma maior estabilidade de emprego.

0001. Planificação indicativa de tipo francês: previsões macroeconómicas e sectoriais, que deverão resultar da colaboração dos parceiros sociais (sindicatos, federações de empregadores, representantes regionais, representantes dos consumidores, do Comissariado do Plano, ver Masse 1965) que contribuíram para a sua própria preparação e para o consenso alcançado-bem como a determinação de instrumentos ordinários e extraordinários de política económica (incluindo quase-contratos alcançados entre governo e empresas através de incentivos fiscais).

0000. O sistema capitalista puro e simples, incluindo muitas das suas variantes, tais como: a economia mista; o capitalismo de gestão de grandes empresas e de gestores profissionais; a chamada Terceira Via, uma branda versão (ou melhor, versão pervertida como demonstraremos mais tarde) da Social-Democracia, exemplificada pelo governo de Blair-Brown no Reino Unido (1997-2010); e a fortiori o modelo neo-ou hiper-liberal de Reagan-Thatcher no final dos anos de 1980 e de 1990.

Neste ensaio vou tratar em primeiro lugar do modelo de tipo soviético, da sua ascensão, evolução e colapso, bem como dos problemas gerais das transições pós-socialistas. Vou considerar de seguida o modelo social-democrata de socialismo, exemplificado pelo Modelo Social Europeu e pelo de outros países capitalistas que procuram alcançar os valores socialistas numa economia de mercado em que não

4 Nós não estamos a incluir na classe 1000 dos sistemas económicos do Kampuchea Democrático sob o Khmer Vermelho de Pol Pot, 1975-79, caracterizado pela abolição da propriedade privada e do dinheiro, pelos privilégios das autoridades do país e dos dirigentes do partido, pela repressão brutal e sangrenta, genocídio, fome generalizada e falhanços económicos que agravavam o atraso do país. Fontes do governo americano estimam que o número de vítimas mortais do regime terá sido de 2 milhões (outras estimativas variam de 1 milhão a 7 milhões, Ross 1987). Trata-se de uma conceção anti-social e psicopata que não tem nada em comum com o socialismo e, em todo o caso, não pode ser considerado como um sistema alternativo.

é dominante a propriedade e a empresa públicas. No final da década de 1990, o modelo social-democrata foi pervertido pelos seus líderes que adotaram o capitalismo hiperliberal, austero e globalista, levando à crise, ao desemprego e à desigualdade crescente. Nos últimos anos, esta deformação da social-democracia tradicional confrontou-se com repetidas e retumbantes derrotas eleitorais, a favor de partidos prontamente acusados de populismo, mas que na realidade expressam o descontentamento popular. Uma sequência prevista neste longo ensaio, já em preparação, analisará as questões ligadas ao futuro do socialismo.

A ascensão do socialismo está enraizada nos aspetos negativos do capitalismo. Consequentemente a natureza, as vantagens e os inconvenientes do capitalismo devem ser considerados nas seções seguintes 2-6 antes de investigar a ascensão e a queda do socialismo.

2. CAPITALISMO

O capitalismo é uma das maiores invenções sociais da humanidade. A combinação da propriedade privada, da liberdade de empresas, da coordenação pelo mercado da produção e das trocas, do dinheiro, do trabalho assalariado, foi reforçada pela criação de sociedades anónimas, de bancos de reservas, do primado da lei e da ordem pública, das infraestruturas públicas, pela abertura de relações comerciais e de investimento entre os Estados e pelo desenvolvimento dos mercados financeiros.

O contrato de trabalho padrão 1) pode ser rescindido a curto prazo; 2) fixa uma taxa de salário por unidade de tempo, com esforço garantido pela penalização de rescisão e pelo que Marx chamava um grande exército de reserva de mão-de-obra, enquanto o capital se apropria de todo o excedente residual; 3) dá ao capitalista uma total discricção para organizar a produção, decidindo o que produzir, como produzir e vender.

O sistema capitalista promoveu a urbanização, a industrialização, o progresso técnico, o crescimento económico e a prosperidade numa escala sem precedentes: paradoxalmente, o maior elogio ao capitalismo pode ser encontrado em Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista* (1848):

“A burguesia, na sua dominação de classe de um escasso século, criou forças de produção mais massivas e mais colossais do que todas as gerações passadas juntas. Subjugação das forças da Natureza, maquinaria, aplicação da química à indústria e à lavoura, navegação a vapor, caminhos-de-ferro, telégrafos eléctricos, arroteamento de continentes

inteiros, navegabilidade dos rios, populações inteiras feitas saltar do chão — que século anterior teve ao menos um pressentimento [d]estas forças produtivas...A burguesia, pelo rápido melhoramento de todos os instrumentos de produção, pelas comunicações infinitamente facilitadas, arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização.”

Ao mesmo tempo, Marx via o capitalismo como uma forma de exploração sistemática do trabalho. As sociedades primitivas não eram exploradoras porque trocavam mercadorias, incorporando aproximadamente a mesma quantidade de trabalho. A escravidão era menos exploradora do que parecia, pois o consumo feito pelos escravos permitia-lhes recuperar parte de seu próprio trabalho que parecia totalmente não-remunerado. O feudalismo foi abertamente explorador, pois a quantidade de trabalho despendido pelos trabalhadores para si-mesmos e para os seus senhores feudais era claramente estipulada e visível; enquanto o capitalismo não parece, de todo, ser explorador, pois que todo o trabalho é remunerado mas os trabalhadores realizam mais trabalho do que o que está incorporado nos seus meios de consumo e um excedente de trabalho não pago é então apropriado pelos capitalistas.

Marx negligencia completamente o espírito de empresa [o empreendedorismo], a incerteza, o risco e a sua recompensa: assim, uma parcela positiva dos lucros é suficiente para inferir a existência da exploração, sem o desvio desnecessário da sua teoria do valor-trabalho.

A reposição e o crescimento do capital fixo seriam necessários em *qualquer* modo de produção (incluindo o socialismo, Pareto 1890): a exploração deveria ser restringida, no máximo, ao consumo da maioria dos capitalistas. Mas Marx considerou todos os lucros, consumidos ou reinvestidos, como resultado da exploração, como originários da “acumulação primitiva”, no fim de contas, enraizados no roubo, na rapina, na guerra, na conquista e noutras formas de violência.

A desigualdade da riqueza e dos rendimentos foi reconhecida como uma característica do capitalismo. A sua característica justificção é o financiamento do investimento e do crescimento: “Acumulai, acumulai! Assim diziam Moisés e os Profetas” (Capital, Vol. I, cap.24).

Marx modelizou os fluxos intersectoriais e as condições de equilíbrio tanto para uma economia estacionária como para uma economia em crescimento nos seus esquemas de reprodução simples e alargada (com dois setores verticalmente integrados a produzirem bens de consumo e bens de investimento, respetivamente). No entanto, Marx exagerou quanto à instabilidade do sistema capitalista,

assumindo que os lucros teriam que ser reinvestidos no mesmo setor em que tinham sido obtidos, enquanto numa economia capitalista o reinvestimento nunca está sujeito a uma tal restrição (Lange 1970 ampliou injustificadamente esta presumida instabilidade do sistema mantendo essa restrição setorial num modelo multisetorial).

Marx considerou o capitalismo como um sistema totalmente caótico e anárquico, uma economia que naturalmente gera o desemprego do trabalho e a subutilização de outros recursos, assim como custosas flutuações e crises económicas. No entanto, Marx frequentemente negligenciava os processos automáticos de ajustamento na economia, funcionando de forma imperfeita, frequentemente ou muito rapidamente ou muito lentamente, mas típicos do funcionamento dos mercados num sistema capitalista.

Estes processos automáticos são: no curto prazo, para um dado nível de produção, o ajustamento pelos preços à Walras para qualquer excesso positivo ou negativo da procura; no médio prazo, quando os níveis de produção podem variar o ajustamento à Marshall dos níveis de produção aos preços relativamente ao seu custo marginal; bem como a transmissão para outros setores de necessidades em entradas correspondentes às variações na produção (ativando o que Goodwin 1949 chama de “o multiplicador como Matriz”). A longo prazo, quando a capacidade produtiva pode variar, há um ajustamento gradual do volume de capital existente para o nível desejado pelas empresas tendo em conta o nível de procura que elas verificam existir - um ajustamento crescente através do investimento em novo capital ou para baixo através da não substituição do excesso de capital. Esses processos de ajustamento estão enraizados na maximização do lucro das empresas a operarem num sistema de mercados cujos detentores se apropriam dos lucros para sua própria vantagem. E devemos salientar que estes mecanismos de ajustamento regulam automaticamente a produção, os preços, as transações intersectoriais e a capacidade produtiva mas, naturalmente, não se regulam eles próprios como instituições (num processo que equivaleria a “autopoiesis”); assim, a sua criação, regulação e garantia permanecem funções fundamentais do Estado, mesmo numa economia de mercado totalmente descentralizada.

Goodwin (1947, 1951 e 1953) compara os mecanismos de ajustamento operados pelos mercados aos mecanismos homeostáticos, como por exemplo um termostato, que regista a temperatura atual, compara-a com uma temperatura desejada pre-fixada e ativa automaticamente o sistema de aquecimento ou arrefecimento, a fim de reduzir a diferença entre a temperatura atual e a desejada (ver também *Leijonhufvud* 1970).

Este tipo de lógica é menos convincente e muito mais controverso no caso dos mercados financeiros. A intermediação financeira cria valor modificando a dimensão, o horizonte temporal e o risco da procura e da oferta de ativos, mas a sua operação contínua está associada a fenómenos de euforia e de pânico. Os mercados financeiros contribuem para o crescimento económico à custa de uma maior vulnerabilidade e de uma potencial instabilidade. Keynes acreditava que o investimento financeiro deve ser indissolúvel, tal como o casamento (ou melhor, devemos dizer que o divórcio de investimento deve ser igualmente caro e traumático). Os produtos derivados, cujo valor depende do valor dos activos subjacentes, que amplificam e multiplicam, podem contribuir para o aumento do risco total em vez da sua distribuição entre um grande número de agentes. É por isso que Buitter (2009) propôs que se reservassem as transações sobre derivados para os agentes que poderiam justificá-las com base num interesse de cobertura de risco subjacente.

A alternativa aos mercados vistos como termostatos automáticos é a regulação manual da temperatura ou de processos equivalentes; controle manual – em termos económicos – corresponde ao planeamento central. A conveniência de mecanismos de autorregulação do mercado no que diz respeito ao planeamento central depende da rapidez de reação do sistema, da sua tendência para reduzir ou amplificar a possível divergência entre objetivos e realidade, da estabilidade ou não de tais processos. Pode haver circunstâncias em que o controle manual (planeamento) é preferível ao controle automático (mercados). O meu exemplo favorito, que eu costumava dar aos meus alunos, é tirado do filme *A Guerra das Estrelas*: quando Luke Skywalker está a tentar atacar o coração do Império com um único tiro, ele desativa o mecanismo de mira automática e opta por fazê-lo manualmente. Mas o seu comportamento é justificado pelas circunstâncias excepcionais: há apenas um alvo, que ele pode atingir ou falhar sem graus intermediários de sucesso, e... a Força está com ele.

Os processos de ajustamento automático aqui discutidos, construídos num sistema de mercado, apesar das suas imperfeições, tornaram o sistema capitalista mais flexível, ao mesmo tempo que o expõem ao risco de possíveis episódios de muito maior desemprego, instabilidade e de estagnação do que teria sido o caso se fosse outro o tipo de ajustamento.

3. A UTOPIA DO EQUILÍBRIO ECONÓMICO GERAL

Na tradição popular, bem como em escritos teóricos de nível mais básico, encontramos uma visão mítica do

capitalismo como um sistema de eficiência garantida. Num mundo tão ideal, todos maximizam a sua própria utilidade sujeita a restrições orçamentais, igualizando as taxas de substituição em bens de consumo aos seus preços relativos; cada empresa maximiza os lucros escolhendo o nível de produção no qual o custo marginal é igual ao preço de mercado e equalizando as taxas de substituição entre os diferentes meios necessários à produção e os seus preços relativos. Se ignorarmos algumas dificuldades adicionais a serem discutidas mais abaixo e ainda nesta seção, destas hipóteses decorre um equilíbrio económico geral que desfruta das propriedades da eficiência à Pareto: não será possível produzir mais de um produto sem produzir menos de algum outro produto, e não será possível melhorar a utilidade de um agente económico sem necessariamente agravar a posição de outro agente.

Infelizmente, este tipo de sistema económico é uma utopia, no sentido literal de um sistema que não existe e que não poderia existir. Em primeiro lugar, os mercados como os conhecemos estão *incompletos*, em relação àqueles que seriam necessários para validar esta visão. Faltam mercados *intertemporais* para os bens futuros, exceto para um pequeno número de produtos primários homogêneos e moedas nacionais e estrangeiras, e principalmente para horizontes de tempo relativamente curtos. Em segundo lugar, faltam também os mercados contingentes, para os bens associados a determinados “estados do mundo,” que poderiam eliminar o risco (quando a distribuição de probabilidades de eventos futuros é conhecido e, portanto, o risco é seguro), mas em qualquer caso, não poderiam eliminar a incerteza (quando a distribuição de probabilidades de eventos futuros não é propriamente conhecida – uma distinção importante introduzida por Knight 1921).

Em terceiro lugar, a fim de garantir as propriedades de eficiência esperada, se todos esses mercados existissem eles deveriam abrir, registar transações para todos os períodos futuros a partir de agora até à eternidade e para todos os estados económicos possíveis do mundo, e então fecharem sem nunca mais voltarem a abrir, deixando as transações contratadas a serem concretizadas sem falhar a partir de agora até ao fim do mundo. Se os mercados reabrissem, de facto, a compra de bens futuros poderia ser diferida no futuro, e as transações seriam afetadas não somente pelos preços e pelas quantidades atuais mas também pelas expectativas dos agentes sobre os preços futuros e as quantidades que prevalecem nos mercados à vista em todos os períodos sucessivos, sem nenhuma garantia que daí resultasse eficiência económica (Keynes 1921 e 1936, especialmente cap. 12, e Goodwin 1947 secção IV). No mundo real, como sabemos, os mercados abrem, fecham e reabrem

continuamente e mesmo na economia global só raramente fecham, exceto por ocasião de festividades universais. As expectativas dominam, não os preços.

Mesmo que, absurdamente, todos esses mercados existissem e fossem abertos e fechados de uma vez por todas, logo que as transações fossem concluídas, ninguém poderia garantir a execução de contratos, o que restringiria drasticamente o volume de atividade económica. E em todo o caso estes mercados nunca poderiam envolver serviços laborais, sem submeter os trabalhadores à escravidão ou às condições feudais de sujeição irrevogáveis a um mestre ou a uma empresa, que seria compelida por sua vez a empregá-los. Um tal sistema poderia ser considerado como uma “economia de troca” (como ambigualmente foi assim chamada por Debreu 1959, um dos principais teóricos do equilíbrio económico geral), mas - mais enfática e indiscutivelmente- não um sistema capitalista onde trabalhadores assalariados são expostos ao risco de despedimento súbita e, ao mesmo tempo, são livres para deixarem o seu emprego em qualquer momento do tempo⁵.

No mundo keynesiano em que vivemos, os aforradores não precisam necessariamente de converter as suas poupanças em procura corrente por bens no futuro e essa é a razão pela qual um excesso de poupança sobre o investimento provoca desemprego e não a acumulação desejada de riqueza. A flexibilidade descendente dos salários pode melhorar ou piorar a taxa de desemprego, dependendo do resultado líquido do seu impacto sobre as exportações líquidas (positivo numa economia aberta com a procura e oferta de importações e de exportações a serem suficientemente elásticas, mas necessariamente zero num sistema fechado como é o caso da economia global), do impacto negativo da redução correspondente dos salários e da incerteza sobre o impacto sobre o investimento (ao mesmo tempo, prestes a cair por causa da provável redução da intensidade de capital, mas pronta para subir por causa do provável aumento da capacidade produtividade capacidade).

Por essas razões, o único desenvolvimento realista e rigoroso da teoria do equilíbrio económico geral tem sido o equilíbrio “temporário” de Hicks (1936), com uma sequência de equilíbrios de curto período que não correspondem

5 Os contratos de trabalho de longa duração são possíveis mas habitualmente implicam uma opção de emprego que só pode ser exercida pelo trabalhador, que normalmente a paga ao ser-lhe estipulado um salário inferior ao do trabalhador precário (se não é este o caso, o mercado de trabalho é segmentado e ineficiente). As sanções aplicáveis ao trabalhador que deixa o cargo antes do fim de contrato não são normalmente executáveis, embora possa haver obstáculos a uma saída antecipada como no caso de artistas-intérpretes e de desportistas que têm orgulho profissional e uma reputação a defender, o que não é o caso dos trabalhadores em geral.

necessariamente às expectativas dos agentes e, portanto, não irão necessariamente desfrutar de propriedades de eficiência e, portanto, correspondem ao quadro keynesiano (ver Drèze 1999).

A teoria económica neoclássica tem procurado ultrapassar essas dificuldades principalmente pela introdução de hipóteses *ad hoc* que negligenciam substancialmente a sua existência, em vez de as procurar resolver:

1) capital maleável, que em qualquer momento poderia ser transformado num aumento da capacidade produtiva, ou consumido se estiver em excesso; Se se acrescenta a hipótese de que a função de produção agregada é a Cobb-Douglas (com rendimentos de escala constantes, com ilimitada substituição entre o trabalho e o capital e com elasticidades constantes relativamente aos fatores, cuja soma é igual à unidade) a parte dos fatores no rendimento a corresponderem a essas respetivas elasticidades e a distribuição de rendimento é determinada, nas palavras de Joan Robinson, «por Deus e pelos engenheiros». Estas hipóteses foram fortemente criticadas pelos economistas de Cambridge (Inglaterra) na controvérsia sobre a Teoria do Capital ao longo da década de 1960, (ver Cohen e Harcourt 2003);

2) o equilíbrio parcial por um agente económico em relação a uma determinada mudança de preço (ou de quantidade, ou de tecnologia), sem considerar o efeito de repercussão de mudanças parciais de equilíbrio no sistema como um todo -um efeito de repercussão do tipo investigado por Kaldor (1959) com a sua empresa representativa (cuja curva de procura replica o comportamento da procura agregada sobre toda a economia, dependendo das fases do ciclo, sobrepondo-se à equivalente empresa marshalliana equivalente com uma determinada curva de procura invariável no ciclo, ver também Harcourt 1963);

3) o conhecimento perfeito do futuro, que é inconcebível no caso de uma pluralidade de agentes económicos que realmente determinam ou influenciam esse futuro com as suas próprias ações individuais;

4) a hipótese de mercados eficientes, em que “os preços refletem integralmente toda a informação disponível” (Fama 1965, Sanderson 1965), incluindo as expectativas de todos os participantes do mercado, caso em que as variações de preços não podem ser antecipadas: toda a gente vai explorar a menor vantagem em termos de informação (e se o leitor vê uma nota de \$100 no passeio de uma rua não deve então parar para a apanhar porque se esta fosse verdadeira alguém já a teria apanhado.);

5) a hipótese de expectativas racionais (Muth 1961, Lucas 1972), que na verdade não têm nada de racional, mas simplesmente presume-se ser correta no sentido de não gerar surpresas. Embora desacreditada (por exemplo, renegada pelo próprio Muth mesmo por Muth que a tinha introduzido) a hipótese das expectativas racionais é instrumental para a tese de que a política do governo é sempre ineficaz porque é **corretamente antecipada** pelo público. Outro subproduto desta teoria é o princípio da independência do banco central relativamente ao governo: as expectativas racionais implicam um declínio rápido, quase vertical da curva de Phillips relacionando a inflação e o desemprego (há uma família de curvas de Phillips associadas a cada uma taxa de inflação esperada e apenas os pontos onde a situação real corresponde à inflação esperada interessam, projetando-se então uma “verdadeira” curva Phillips mais íngreme); portanto, não há ou há pouca relação entre a inflação e o desemprego, de modo que a taxa de inflação pretendida pode ser delegada pelo governo a um banqueiro central independente.

Os planificadores soviéticos, por vezes, sustentavam que o seu planeamento central era sempre necessariamente ideal, pois se eles soubessem como fazê-lo melhor, tê-lo-iam feito. Certamente que deveria ser mais fácil reconhecer oportunidades para uma melhor afetação de recursos por parte de vários agentes económicos envolvidos em transações bilaterais repetidas numa economia de mercado, graças à divisão do conhecimento partilhada pelos agentes económicos (Hayek 1945) do que o será por uma única agência central do planeamento. Mas a construção do plano poderia ser descentralizada, tal como a entendia Lange (1936 e 1937, que é uma refutação de Hayes 1935 sobre a alegada impossibilidade de cálculo económico no sistema socialista) ou pelos procedimentos de planeamento modelizados por Ward 1967. Com estes procedimentos descentralizados, imitando os mercados por tentativa e erros, os mercados eficientes e o planeamento óptimo seriam igualmente plausíveis (ou, melhor, igualmente implausíveis).

Ainda, do ponto de vista do equilíbrio económico geral, a eficiência dos mercados exige várias condições estritas adicionais: 1) concorrência perfeita; 2) ausência de rendimentos de escala crescentes (o que seria incompatível com a concorrência perfeita); 3) ausência de economias externas ou de deseconomias, que distorceriam os custos marginais; 4) informações simétricas partilhadas por todos os agentes económicos; 5) a existência de um só ponto de equilíbrio. Sabemos com absoluta certeza que nenhuma dessas condições está satisfeita em qualquer canto do mundo em que vivemos.

O modelo de equilíbrio geral original *à la Walras-Arrow-Debreu* foi posteriormente desenvolvido por modelos macroeconómicos agregados que têm pouco em comum com a abordagem original, exceto algumas interdependências limitadas entre as variáveis agregadas, a fim de produzir os modelos DSGE ou modelos dinâmicos estocásticos de equilíbrio geral. Na sua resposta às críticas sobre a sua utilidade na análise da última grande depressão, Blanchard (2018) reconhece que eles são “seriamente defeituosos, mas são eminentemente melhoráveis e centrais para o futuro da macroeconomia” (todo o volume da revista em que Blanchard publica estas suas posições é dedicado aos modelos DSGE). *À posteriori*, as gerações vindouras julgá-los-ão (Ai posteri l'ardua Sentenza).

Mesmo que todas as condições para a eficiência dos mercados fossem satisfeitas, não há nenhuma razão para acreditar que os mercados são realmente justos a partir do ponto de vista da distribuição de rendimento. De facto, tal distribuição depende da distribuição inicial de fatores produtivos (isto é, da riqueza, incluindo o tempo disponível para todos e que pode ser consumido como lazer ou utilizado em atividades produtivas transformando-o em produtos ou em salários), a partir da determinação pelos mercados dos preços dos produtos e preços, a partir das preferências dos agentes económicos, a partir das tecnologias e das instituições. Por conseguinte, não há razão para que a distribuição resultante, em função de fatores aleatórios cumulativos, deva ser considerada justa, quer pela maioria dos agentes económicos quer por um governo democraticamente eleito através do qual uma sociedade expressa os seus valores coletivos, ou na apreciação de organizações internacionais representativas (por exemplo, do ponto de vista dos objetivos de desenvolvimento sustentável para a redução da pobreza e outros objetivos da distribuição de rendimento adotados pelas Nações Unidas para 2030).

Pelo contrário, os mercados podem ser considerados como duplamente injustos, porque a distribuição de rendimento depende de uma distribuição desigual e arbitrária de riqueza que não é democrática (um dólar, um voto, por assim dizer, em vez de um voto por cabeça) e porque esta distribuição desigual de rendimento traduz-se por outros acréscimos desiguais da riqueza acumulada. Por último, e precisamente do ponto de vista do equilíbrio económico geral, os salários devem ser considerados equivalentes ao valor do tempo dedicado ao trabalho em vez de lazer e, portanto, para se ser rigoroso, deveriam ser excluídos completamente da contabilidade de rendimentos nacionais do ponto de vista da desigualdade, em vez de ser tratados da mesma maneira que o rendimento dos “rentiers” que dispõem de todo o tempo à

sua disposição, enquanto tempo de lazer, sem serem forçados a transformá-lo em salários para a sua subsistência.

4. CAPITALISMO: DESIGUALDADE, DESEMPREGO, FLUTUAÇÕES

A elevada e crescente desigualdade do sistema capitalista é bem documentada por Popov (2017). Em resumo, no século XVIII, em vários países europeus, observou-se um elevado coeficiente de Gini (acima definido) na distribuição de rendimento da ordem de 50%-60%. No século XX, a tendência para aumentar a desigualdade na distribuição de rendimento e riqueza foi interrompida temporariamente no período 1914-73: as duas Guerras Mundiais e a grande depressão reduziram a desigualdade devido à destruição física do capital e à queda do seu valor e também devido às políticas sociais adotadas pelos Estados Unidos com o *New Deal* e na Europa após a última guerra. Essas políticas sociais foram incentivadas, entre outras coisas, pela redução, em paralelo, da desigualdade nos países socialistas, caracterizada por coeficientes da ordem de 25%-30% (um cartoon da década de 1960 ilustrou este fenómeno com uma árvore plantada num dos lados de uma cerca que dava frutos apenas para o outro lado).

Na década de 1980, observamos um novo aumento na desigualdade de rendimento e da distribuição de riqueza. Os países do bloco socialista começam a estagnar e a declinar. A ascensão ao poder de Reagan-Thatcher conduziu às políticas neoconservadoras e hiperliberais, hostis aos trabalhadores e às políticas de redistribuição, à redução do Estado Providência, ao aumento do desemprego para níveis sem precedentes nos últimos 50 anos, os sindicatos são enfraquecidos e o número de trabalhadores sindicalizados diminuiu. A tributação, que nos anos de 1940 a 1980 nos Estados Unidos, Reino Unido, França e Alemanha tinha atingido uma progressividade superior a 50% até taxas marginais acima de 90%, por volta de 2010 foi significativamente reduzida; de 1980-2017 nos países avançados, a taxa máxima de tributação foi reduzida em 40% (FMI 2017); alguns países introduziram uma taxa de imposto baixa e uniforme (imposto dito flat tax em inglês) sobre todos os rendimentos e na tributação indireta, ou em todo o caso em todos os rendimentos de capital (rendimentos não ganhos) restringindo a progressividade aos rendimentos do trabalho (remunerações auferidas).

Outros fatores concorreram para o aumento da desigualdade: a globalização do comércio internacional e do investimento, que tende a produzir benefícios líquidos positivos, mas (como iremos analisar abaixo) inflige prejuízos a um grupo de trabalhadores nacionais, o que, em teoria, poderia ser mais que compensado deixando todos numa

melhor situação, mas na prática estes trabalhadores não são compensados; o aumento dos salários dos trabalhadores qualificados relativamente aos dos não qualificados, o que para certos autores é devido a um enviesamento do progresso técnico e ao enfraquecimento dos sindicatos; a difusão do princípio de que o “vencedor ganha tudo” difundido nas profissões, nas artes e nos desportos; o crescimento extremamente rápido das remunerações dos quadros gestores no que diz respeito aos salários, devido não à operação do mercado mas ao caráter semifeudal da determinação recíproca daqueles salários dentro da classe dos gestores, como acontece geralmente também dentro da casta dos políticos.

Em 2016, a parcela de rendimentos do decil dos mais ricos da população foi de 37% na Europa, 41% na China, 46% na Rússia, 47% no Canadá, cerca de 55% na África Subsaariana, Brasil e Índia e até aos 61% no Médio Oriente (Laboratório de Desigualdade Mundial 2018). De acordo com a Oxfam (2016) em 2015, os 62 indivíduos mais ricos do mundo tinham aumentado a sua riqueza em 44% em relação a 2010, correspondendo à mesma riqueza total dos 50% mais pobres da população mundial, que, pelo contrário, empobreceram de 41% no mesmo período (em 2010 era necessário considerar os 388 indivíduos mais ricos para corresponder à riqueza dos 50% dos indivíduos mais pobres). Nos Estados Unidos, a parcela de rendimento dos 1% das pessoas mais ricas passou de 11% em 1980 para 20% em 2014, em comparação com os 13% dos 50% dos indivíduos mais pobres da população, além disso, num período em que o baixo crescimento da produtividade viu a estagnação geral dos rendimentos. Tendências qualitativamente semelhantes, embora menos pronunciadas, são registadas noutros países avançados como a França, a Alemanha e o Reino Unido. Na zona euro, os indivíduos do decil dos mais ricos apropria-se, em média, de mais de metade da riqueza líquida, com os coeficientes de Gini sobre a distribuição da riqueza a serem mais elevados na Letónia e na Alemanha, respetivamente em 78,5% e 76,2%, e mais baixos na Eslováquia e em Malta, respetivamente de 49,2% e 58,6%. Desde 2008, a riqueza dos 1% mais ricos tem crescido em média de 6% ao ano – muito mais rapidamente do que o crescimento de 3% na riqueza dos restantes 99% da população global: se essa tendência continuar, por volta de 2030 os 1% mais ricos apropriar-se-iam de dois terços da riqueza mundial, seja \$305 milhões de milhões – contra \$140 milhões de milhões hoje (*The Guardian*, 13/4/2018).

Ao nível global a distribuição de rendimento registou uma pequena redução na desigualdade devido ao maior crescimento de rendimento em países em **média** mais pobres como a Índia, a China e o Brasil, mas principalmente por causa da sub-representação dos mais ricos nos inquéritos às famílias e à ocultação da sua riqueza em paraísos fiscais. Lackner e

Milanovic (2011) referem um coeficiente global de Gini para a riqueza de cerca de 70,5% em 2008, com uma redução de cerca de 2 pontos em relação a 1988; no entanto, uma vez corrigido para a ocultação da riqueza (estimada pela Oxfam 2018 em \$7600 milhares de milhões localizado em paraísos fiscais), o coeficiente de Gini é muito maior, a situar-se em 76%, e a redução quase que desaparece. Entre 2005 e 2015 na Europa, o coeficiente de Gini sobre o rendimento sobe de 30,6% para 31,9% (para 41% nos Estados Unidos), enquanto a disparidade de rendimento entre os 20% superiores e os 20% mais pobres aumentou de 4,7 para 5,2 vezes (Henning 2018, Laboratório de Desenvolvimento Mundial 2018).

Milanovic (2016) ilustra claramente a desigualdade na distribuição dos aumentos de rendimento, muito mais marcada do que a desigualdade de rendimentos. Se colocamos os cidadãos do mundo ao longo do eixo das abcissas em termos dos rendimentos de 1988 com os resultados por ordem crescente, do mais baixo para o mais elevado, e em que temos ao longo das coordenadas os acréscimos que obtiveram em 2008 (com os números correspondentes de 1980 a 2016 disponíveis World Inequality Lab 2018, Fig. E4), obtém-se um gráfico que se assemelha ao perfil de um elefante: o acréscimo começa em níveis muito baixos, eleva-se significativamente para a classe média global, que permanece relativamente pobre, e é mais impressionante para os mais ricos 1% que já eram muito ricos (o tronco do elefante) enquanto as classes mais baixas e médias dos países mais ricos vivem uma situação de estagnação, acompanhadas de insegurança e preocupação com o futuro de seus filhos. De 1980 a 2016 o percentil que vai de 99% para 99,1%, ou seja, os 10% menos ricos do 1% dos mais ricos da população mundial, captaram 74% do crescimento total para todo o período, enquanto os do topo 1% obtiveram 27% (para uma atualização do gráfico do elefante veja-se Kharas e Seidel 2018).

Causa e Hermansen (2017) mostram os efeitos das medidas de redistribuição dos rendimentos para a população em idade ativa nos países da OCDE nas últimas duas décadas, com base nos orçamentos familiares. Os impostos sobre o rendimento pessoal, as contribuições para a segurança social e as transferências monetárias implicam uma redução significativa da desigualdade medida pelos coeficientes de Gini, que vai de 40% do índice de distribuição de mercado na Irlanda a 5% no Chile. No entanto, esta redução foi consideravelmente enfraquecida em média na maior parte dos países no período considerado, especialmente desde meados da década de 1990-especialmente no que diz respeito à redução das transferências monetárias, tanto diretamente como através da redistribuição pela Segurança Social, que são as mais importantes em todos os países da OCDE

(naturalmente, se as transferências em espécie forem incluídas, o declínio das transferências é mais contido). Os impostos sobre rendimentos parecem ter tido um papel menor e mais heterogêneo (naturalmente mais importante apenas em países onde é mais fraco o papel da redistribuição, como no Japão, Israel, Coreia e nos EUA), enquanto as contribuições da Segurança Social tiveram um papel fraco, mas não negligenciável em vários países. Por vezes, o impacto da redução da redistribuição foi contido por intervenções mais direcionadas, mas isso não compensa os efeitos adversos do declínio da redistribuição na desigualdade. Um tal declínio na redistribuição parou com o início da crise de 2008 que desencadeou a aplicação de mecanismos de redistribuição.

Popov (2017) salienta as conseqüências negativas da desigualdade, da redução da capacidade institucional (em termos de Estado de direito, corrupção, eficácia da ação governamental, facilidade de fazer negócios) à incidência da criminalidade e homicídios, da saúde física e mental dos cidadãos, e até mesmo a obesidade, além de bens sociais, como a esperança de vida, a educação, a emancipação das mulheres, a mobilidade social e até mesmo o número de patentes por cabeça (Wilkinson e Pickett 2010).

Em particular, a desigualdade tende a perpetuar-se, elevando a probabilidade de que os rendimentos dos indivíduos dependem verdadeiramente do rendimento dos pais (o que Krueger 2012 chamou a curva de grande Gatsby), com consequentes rigidezes na estrutura social e na política social. Isto deve-se a vários mecanismos: a maior propensão dos ricos em investir no capital humano (educação) dos seus filhos; a transmissão de riqueza através de doações e de heranças; a mobilização de ligações pessoais na busca de emprego e subsequente progressão na carreira – **todos eles** factos que produzem baixa mobilidade social, geralmente medidos pela elasticidade do nível de rendimento ou do grau de formação das crianças relativamente aos pais⁽⁶⁾. Segundo a Oxfam (2018)

6 Esta medida apresenta sérios problemas metodológicos, tais como a sua dependência relativamente à taxa de crescimento da economia, à escolha da idade de crianças e pais a serem utilizados na comparação (uma idade baixa das crianças levam a uma sobrestimação da mobilidade simplesmente porque os mecanismos determinantes da desigualdade ainda não foram postos em prática); a escolha dos percentis apropriados de rendimento ou da posição. Além disso, há, geralmente, uma diferença entre a mobilidade efetiva e a mobilidade sentida enquanto tal. Por exemplo, Alesina et al (2017) consideram que os cidadãos dos EUA são mais otimistas do que os europeus (em França, Itália, Suécia, Reino Unido) sobre a mobilidade intergeracional, e muito otimistas sobre a mobilidade efetiva. A informação pessimista sobre a mobilidade aumenta o apoio à redistribuição, sobretudo a favor da igualdade de oportunidades. Aparentemente há uma polarização política forte: as pessoas de esquerda são mais pessimistas sobre a mobilidade intergeracional, as suas preferências sobre a redistribuição estão relacionadas com a sua percepção da mobilidade e reagem à informação pessimista aumentando o seu apoio à redistribuição; enquanto nada disso se aplica a pessoas situadas à direita, provavelmente devido à sua abordagem negativa sobre a atividade governamental.

dois terços da riqueza dos 2043 multimilionários em dólares no mundo são o resultado da hereditariedade, monopólio e nepotismo. A ascensão ao poder político de multimilionários também em países desenvolvidos - de Berlusconi a Tusk, de Trump a Babiš - é uma prova da corrupção de processos democráticos causados pela desigualdade.

A desigualdade reduz a coesão social e está associada a uma redução da capacidade de crescimento da economia (Berg e Ostry, 2011, 2012; Stiglitz, 2012). Brückner e Lederman (2017) consideram que no período de 1970-2010, numa vasta amostra de países desenvolvidos e em desenvolvimento, em média, o aumento de um ponto percentual no coeficiente de GINI reduz o PIB per capita em cerca de 1,1% ao longo de um período de cinco anos, com um efeito cumulativo sobre um prazo mais longo, de cerca de 4,5% (ao mesmo tempo, confirmando que, numa amostra de países em desenvolvimento apenas, o impacto da crescente desigualdade na taxa de crescimento é positivo, como já foi estabelecido por Galor e Zeira 1993).

As preocupações com a desigualdade como uma característica típica do capitalismo têm sido temperadas ao longo do tempo por várias considerações

1. A desigualdade persistente sempre foi uma característica inexorável do nosso passado⁽⁷⁾ (Scheidel 2017). O único fator capaz de compensar esta tendência inexorável para a desigualdade de todas as sociedades humanas é a violência - não a que encontramos na vida quotidiana, mas a violência em grande escala (*The Great Leveler*, como diz o título do seu livro), que provoca dezenas de milhões de mortos e destrói completamente economias inteiras. Estes são eventos bíblicos de mobilização de guerra de massas, de revoluções de transformação, de colapso do Estado e de pragas catastróficas - desde a desintegração do Império Romano às revoltas camponesas da Idade Média, desde a peste negra à revolução francesa, à dizimação das populações indígenas nas Américas causadas pelas doenças trazidas da Europa, as duas últimas guerras mundiais, as revoluções russa e chinesa.

Estas catástrofes atingem em maior medida os ricos, que têm mais a perder do que os outros, restabelecendo assim o equilíbrio entre ricos e pobres até que os privilégios e os abusos retomem o seu rumo juntamente com a paz e a

7 Scheidel escreve que já os nossos ancestrais, os macacos antropóides, eram "criaturas intensamente hierárquicas": apenas 8% dos esqueletos enterrados nos cemitérios do Neolítico foram decorados com conchas; os notáveis sumérios possuíam 1.200 hectares de terra; os aristocratas do final do Império Romano receberam receitas da ordem de 350 mil sestércios, comparáveis às rendas de equivalentes chineses, otomanos, franceses, italianos e alemães.

estabilidade recentemente encontrada. “Hoje este tipo de violência parece ter sido reduzida - conclui Scheidel (2017) – o que em si é uma coisa boa, mas lança algumas dúvidas sobre as perspectivas de um futuro mais igualitário.”

2. É suposto existir um conflito entre eficiência e igualdade, que se considera levar à redução dos incentivos necessários para suscitar o esforço e a imaginação para benefício da sociedade-embora continue por provar que um tal conflito existe em toda e qualquer mudança de direção a partir de qualquer que seja a posição inicial, e está por se saber se um tal conflito, se existir, é macroscópico ou desprezável.

3. A desigualdade depende das fases do crescimento capitalista, aumentando com a industrialização, atingindo em seguida um máximo e caindo depois a níveis mais elevados de desenvolvimento económico (Curva de Kuznets, 1955).

4. Há uma indiferença generalizada sobre a desigualdade em comparação com a preocupação muito maior com a pobreza: “a pobreza incomoda-me. A desigualdade não. Com esta, simplesmente não me importo” (Butler 2007). E efetivamente nas últimas duas décadas, enquanto a população global aumentou 1.4 milhar de milhões, o número de pessoas que vivem na pobreza extrema (definida convencionalmente como \$1.90 por dia em 2011 expressos à paridade de poder de compra) diminuiu em cerca de um milhar de milhões, e a tendência à baixa é a mesma independentemente de se a linha de pobreza é fixada em \$1.90 ou \$10 por dia. A perspectiva de pôr um fim à pobreza extrema por volta de 2030, data escolhida em 2014 pelas Nações Unidas como o primeiro dos seus Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, parece hoje possível realizar, embora sejam necessários esforços adicionais para evitar a concentração dos pobres em 31 pequenas economias que sofrem de graves problemas estruturais (Gertz-Kharas 2018). Em todo o caso é natural que o aumento no PIB global per capita venha a aumentar tanto o limiar de pobreza sentido pelos pobres como a propensão dos ricos para contribuir para a sua redução.

5. Furman (2017) pergunta se “os decisores políticos devem importar-se com a questão de se saber ou não se a desigualdade é útil ou prejudicial ao crescimento?” e responde Não, porque [Furman] acredita que as provas são mistas, que a verdadeira questão é a de se saber se as políticas de redução da desigualdade reduzem o crescimento, como pensa ser o caso, e que se a desigualdade é prejudicial é-o [então] por razões espúrias mas controláveis.

O problema é que os ricos constituem poupanças

proporcionalmente maiores do que as dos pobres, e a desigualdade mais cedo ou mais tarde leva a uma incompatibilidade entre a poupança e o investimento e à estagnação secular. Esta tese foi formulada primeiramente por Hobson em 1902, e retomada mais tarde por Hansen em 1939 para explicar a estagnação nos anos de 1930; foi representada por economistas neo-keynesianos como Steindl (1952) e marxistas como Baran e Sweezy (1958) na década de 1950; Summers (2015) voltou a retomar esta tese como uma explicação dos fenómenos que acompanharam a Grande Recessão global que começou em 2007 e que ainda persiste.

Mais genericamente, o capitalismo está sujeito pelo menos aos seguintes quatro tipos diferentes de desemprego:

- clássico, devido à falta de equipamentos de capital em relação ao volume que seria necessário para empregar toda a gente, típico em países nos seus estágios iniciais de desenvolvimento;
- keynesiano (Keynes 1936 e Kalecki 1933 na sua obra de 1971, veja-se Nuti de 2004 sobre as diferenças entre estes dois autores), devido a um défice da procura ampliado pela concorrência imperfeita, o que induz as empresas a abster-se de empregar trabalhadores, mesmo que o seu salário seja menor do que a sua produtividade marginal, porque as empresas valorizam a produtividade marginal não relativamente ao preço do produto, mas sim à receita marginal;
- schumpeteriano devido à “destruição criativa” induzida pelo progresso técnico que torna os produtos e os métodos de produção obsoletos (Schumpeter 1942).
- estrutural, causado pela incompatibilidade ou falta de correspondência entre as competências dos trabalhadores desempregados e as necessárias para preencher os postos de trabalho disponíveis.

As flutuações económicas são geradas (para falar apenas de alguns mecanismos) pela interação do multiplicador e do acelerador (crescimento à Harrod-Domar sobre o fio da navalha); Samuelson (1949) considerou, de facto, que uma tal interação é a única exceção à definição da economia como a ciência da afetação de recursos escassos entre fins alternativos - o que Lange 1963 considerou como parte da “praxeologia”, a ciência da ação humana racional, ao passo que seguiu Engels (*Antidubring*) na definição da Economia Política como a ciência das leis que regulam a produção e a troca de meios de subsistência nas sociedades humanas.

Outro exemplo de flutuações económicas típicas do capitalismo é o ciclo político que compromete as políticas orçamentais de pleno emprego sempre que estas são tentadas (Kalecki 1943); e o duplo impacto do desemprego no crescimento dos salários relativamente à produtividade do trabalho e, portanto, sobre a parte dos lucros, e por outro lado, o impacto desta parte dos lucros sobre a acumulação de capital relativamente ao crescimento natural dos rendimentos e sobre o desemprego, mesmo quando o capital é sempre plenamente utilizado. (Goodwin 1967). O otimismo excessivo conduz às expectativas de aumentos crescentes e contínuos no valor dos ativos, cria bolhas especulativas que não são sustentáveis e estão condenadas a explodir⁽⁸⁾. Minsky (1986) salienta como a instabilidade ao longo do tempo pode ser gerada pela contínua estabilidade prolongada em si-mesma, o que acaba por criar um otimismo que faz subir excessivamente o valor dos ativos, comprometendo assim a sua sustentabilidade, até ao momento em que instabilidade financeira é desencadeada, aquilo que outros economistas chamaram de “momento Minsky”.

Kornai (2013) considera o excedente de capacidade produtiva e do trabalho como sendo típico do capitalismo e como um grande motor do progresso técnico e da inovação, como um preço necessário a pagar, a fim de evitar o excesso de procura e, portanto, a escassez típica do socialismo, agravada pela falta de incentivos que recompensem a inovação em caso de serem bem sucedidas. Reconhece a incidência mais grave de corrupção numa economia capitalista com um grande orçamento estatal, mas considera o mercado como uma condição necessária, embora não suficiente, para a democracia. No entanto Kornai parece subestimar o papel do Estado na criação do progresso técnico (Mazzucato 2011, 2013), também porque negligencia o papel do setor militar e as consequências adversas da proteção excessiva de patentes e dos direitos de propriedade intelectual como um fator que retarda a inovação. Por último, é altamente questionável se as atuais taxas elevadas de desemprego, agravadas pelas políticas de austeridade aplicadas pelo FMI e pela UE (com as rígidas limitações do Tratado de Maastricht, o chamado Pacto de Crescimento e Estabilidade, e o Compacto Fiscal) e concentradas nas gerações mais jovens, são realmente necessárias para promover o dinamismo capitalista e a inovação.

8 Veja-se, por exemplo, o caso das tulipas holandesas no século XVI, a bolha dos mares do Sul no século XVIII, o “exuberância irracional” (assim referida pelo então presidente do Federal Reserve, Alan Greenspan; veja-se também Schiller 2000) relativamente à bolha dot-com da década dos anos de 1990, e ainda a recente bolha com a valorização rápida do valor de bitcoins e de outras cripto-moedas virtuais e da extrema volatilidade verificada em 2017-18.

Pelo contrário, Kleinknecht (2016) considera que a estagnação salarial devido ao desemprego efetivamente desencoraja o investimento em tecnologias que poupem a utilização de trabalho e, conseqüentemente, retardam a inovação assim como retardam o crescimento da produtividade: em 19 países da OCDE durante um período de 44 anos o aumento salarial (redução) de um ponto percentual leva a um aumento (redução) de 0,32%-0,44% no valor acrescentado horário por cada trabalhador. Além disso, o rápido volume de negócios associado à maior flexibilidade e precariedade do emprego dificulta o mecanismo de inovação schumpeteriana devido à “acumulação criativa” (o acumular contínuo de pequenas melhorias, especialmente em complexos produtos e serviços com uma alta intensidade em conhecimentos), um efeito menos conhecido, mas talvez mais importante do que a “destruição criativa” de Schumpeter.

5. CAPITALISMO MODERNO: CONDENADO, TRANSFORMADO OU CORROMPIDO?

Naturalmente, ao longo do tempo o capitalismo tem mudado e muito radicalmente, mas as tendências atuais têm sido interpretadas de forma diferente, como constituindo a prova de que está condenado (Mason 2015), ou domesticado (Kay 2018), ou corrompido (Standing 2016).

Mason (2015) argumenta que as novas tecnologias como a *Internet* e a ascensão da economia digital “não são compatíveis com o capitalismo... Uma vez que o capitalismo já não se pode adaptar mais à mudança tecnológica, o pós capitalismo torna-se necessário... em suma... o capitalismo é um sistema complexo e adaptável que atingiu os limites da sua capacidade de adaptação “(para uma recensão positiva ver Gillies, *Real World Economics* n. 73, 2015).

Muitos bens de consumo - todos os meios de comunicação, literatura, partituras e as gravações musicais, fotografias, filmes, programas de televisão, reproduções de obras de arte - e produtos de produção em massa, tais como software, são produtos digitais, cujo preço não pode exceder o seu custo de reprodução que é zero ou quase zero. Mason argumenta que “o aparecimento de bens de informação desafia o marginalismo nos seus próprios fundamentos, porque a sua hipótese básica era a escassez, e a informação é abundante. Walras, por exemplo, foi categórico: ‘ não há produtos que possam ser multiplicados sem limite. Todas as coisas que fazem parte da riqueza social... existem apenas em quantidades limitadas ‘ “ (p. 163).

Gilles (2015) observa que estas “áreas do capitalismo que estão agora a ser afetadas são precisamente aquelas em que as

grandes fortunas capitalistas foram feitas nos anos de 1980 e de 1990”, pelos proprietários de empresas de *software* e por magnatas dos *mídia*. Teoricamente, o financiamento da produção de bens digitais poderia ser alcançado através da publicidade ou da aplicação estrita da proteção jurídica da propriedade intelectual, mas ambos os métodos têm uma eficácia limitada, o primeiro devido à sua dimensão limitada e o segundo devido à pirataria generalizada. Alternativamente, a produção de bens digitais poderia ser organizada “de uma forma descentralizada e colaborativa,” como a Wikipedia, “não utilizando nem o mercado nem a hierarquia de gestão” (Mason, p. 129).

Gillies argumenta que, se os grupos de trabalhadores vão ser pagos para produzir bens digitais, eles não podem ser pagos pelo setor privado e, portanto, o seu salário teria que ser pago pelo Estado: o pós capitalismo seria uma forma de socialismo, não um tradicional burocrático e autoritário socialismo, mas uma versão mais igualitária e libertária, “em rede”. Gillies espera que o novo socialismo será internacional, e que a mesma ascensão da economia digital que causou um declínio do capitalismo vai “claramente favorecer a esquerda no plano político”.

Mas há uma solução mais trivial e mais brutal para os efeitos da economia digital, ou seja, uma solução em que os bens digitais, limitados por um custo de reprodução e de preço igual a zero, só serão produzidos numa escala muito reduzida dentro dos limites da generosidade altruísta voluntária, de rendimentos limitados de publicidade e de uma proteção ineficaz quanto à propriedade intelectual. Um mundo um tanto empobrecido e um sistema em grande parte inalterado seria o pouco atraente mas mais provável desfecho. A economia digital assenta na produção real contínua de bens físicos e da sua troca, sob a impulsão de mercados normais tal como uma qualquer forma anterior de capitalismo. As notícias sobre o colapso capitalista foram muito exagerados.

Kay (2018) vai ao ponto de escrever: “Eu gostaria que deixássemos de utilizar a palavra capitalismo”. Lembra-nos que, no capitalismo do século XIX, as médias e grandes empresas estavam nas mãos de proprietários-empresários; no século XX, no Reino Unido e nos Estados Unidos, o papel dos empresários foi delegado nos gestores profissionais, até mesmo nas empresas familiares e, especialmente, em nome de uma infinidade de acionistas. Mais recentemente, o papel dos acionistas foi assumido principalmente por fundos de pensões, por companhias de seguros e por fundos mútuos, cujos investimentos são tratados por profissionais especializados na gestão das suas carteiras de ativos.

Após a última guerra as empresas tornam-se internacionais e multinacionais, gerem muitas fábricas em diferentes países

e operam numa economia global que as liberta de muitos constrangimentos domésticos, dando acesso à mobilidade do capital, do trabalho, de bens e serviços. As empresas “esvaziam-se” (gerando-se empresa ocas), no sentido de se transformarem elas próprias numa rede de relacionamentos, com uma divisão fragmentada do trabalho em todo o mundo regida por intermediários organizados por mercados, e não por hierarquias como no modelo empresarial desenvolvido por Ronald Coase em 1937. (Coase tinha-se questionado sobre a razão de a produção ser organizada em empresas, em vez de ser efetuada por indivíduos independentes que se estabelecem em relações mercantis e porque é que a produção não foi organizada numa só empresa gigante. Encontrou a resposta nos custos de transação das relações de mercado versus as de direção centralizada por um empresário).

A capitalização de uma grande empresa depende do valor dessas relações, que é particularmente ilíquida: as relações como tal ou a marca que as representa não podem ser transferidas para os outros sem perder muito do seu valor, se não mesmo todo o seu valor. Por esta razão, as ações dessas empresas tendem a acabar nas mãos dos seus gestores bem como dos seus empregados. Estas empresas precisam, numa primeira fase, de uma cotação em bolsa para permitir aos seus fundadores realizar o valor que eles acrescentaram ao seu capital e de acalmar os acionistas sobre o valor e, sobretudo, a liquidez das suas ações, mas que de outra maneira não seriam financiados pelos mercados de capitais mas sobretudo não o seriam pelo reinvestimento dos seus lucros.

Deste conjunto deriva pois uma certa fragilidade mas também uma certa resiliência, ou seja, a capacidade de sobreviver a uma má gestão, mesmo que o seu próprio capital seja ineficientemente utilizado. De acordo com Kay a empresa do século XXI e, portanto, o novo capitalismo de hoje - deixaria de envolver uma relação de confronto entre o capital e o trabalho, mas sim uma parceria, uma relação inclusiva que funde os interesses de gestores e colaboradores, de fornecedores e clientes, enquanto a posição dos investidores é secundária e precária; um paraíso para as partes interessadas, talvez assim possa ser chamado. Kay espera que um tal carácter inclusivo das empresas deve desencorajar o comportamento egoísta de busca de rendimento e manter a coesão, sem pôr em perigo a legitimidade externa da empresa através do uso indevido do processo político, reafirmando o seu carácter como organizações sociais incrustadas nas comunidades.

A teoria de que os acionistas não são os proprietários de sua empresa é um tema favorito de Kay, alheio a considerações como: os acionistas que discordam de decisões dos gestores podem sempre votar pela liquidação da empresa,

vender as suas ações a qualquer pessoa que tenha uma visão alternativa de como torná-la mais rentável, ou simplesmente vender as ações na bolsa de valores deprimindo a sua cotação, tornando mais fácil que potenciais compradores possam assumir a gestão da empresa.

Marris (1964) tentou construir uma teoria do Capitalismo “de gestão” em que os gestores profissionais sacrificam parte do valor dos acionistas (a maximização do lucro e da valorização de capital relativamente ao capital aplicado), a favor de um maior crescimento do volume de negócios da empresa, do capital e do emprego, que beneficiam os gestores direta e indiretamente através da remuneração, prestígio social e oportunidades de promoção. No entanto, esta redução de rentabilidade é restrita, na teoria de Marris, pelo perigo de que a incapacidade de maximizar a valorização da bolsa de valores da empresa possa induzir um investidor ou uma equipa de gestão alternativa a tentar uma oferta de aquisição, que se bem-sucedida levaria à demissão dos gestores e ao aumento da rentabilidade também no interesse de todos os outros acionistas. Paradoxalmente, portanto, a tentativa de Marris de teorizar a alegada diferença específica do capitalismo de gestão levou-o a confirmar o seu tradicional comportamento descrito nos manuais.

Quanto ao modelo da empresa moderna como uma rede de relações mediada pelos mercados, em vez de uma hierarquia de comando centralizado, é fácil compreender a sua maior fragilidade, mas não o seu alegadamente mais inclusivo e menos conflituoso carácter. Pelo contrário, a fragmentação do processo produtivo e a feroz concorrência entre os trabalhadores globais só podem intensificar os conflitos entre o capital e o trabalho, como confirma a diminuição contínua dos rendimentos do trabalho relativamente ao rendimento nacional à escala mundial.

A evolução capitalista descrita por Kay não altera em nada as tendências do sistema para com o desemprego do trabalho e capacidade não utilizada, flutuações económicas e crises, aumentando a desigualdade de rendimento e de riqueza. “Ir para lá do capitalismo?” Não, isto pode parecer mais um caso de “voltar ao futuro”⁽⁹⁾.

Standing (2016) elabora um cenário ainda pior. Com a chegada ao poder de Reagan e de Thatcher no final dos anos 1980 e na década de 1990 o capitalismo moderno seguiu uma rota hiper liberal, onde a pretensão de promover a concorrência e os mercados livres levou à difusão mundial

de um sistema dominado pelos “rentiers” de um sistema monopolista e oligopolista totalmente corrompido pela eliminação da concorrência e dos mercados livres.

Este modelo hiper liberal foi desenvolvido pela escola de Direito e de Economia de Chicago e pelos economistas da sociedade Mont Pelerin, fundada em 1947 por Friederich Hayek, Milton Friedman e outros cinco economistas todos posteriormente homenageados por um prémio Nobel de economia, bem como 32 outros economistas conservadores, tais como Eucken, Mises, Roepke. A sua agenda propunha - como reação às políticas keynesianas, redistributivas e sociais-democratas - a promoção de “uma economia de mercado e de uma sociedade aberta,” ou seja, as liberalizações, as privatizações, o desmantelamento de instituições de solidariedade social, a desregulamentação dos mercados financeiros, as políticas monetárias anti-inflacionistas restritivas, a redução do papel do Estado em paralelo com a redução da dívida pública e dos défices orçamentais.

Outras associações similares envolviam também grupos políticos, financeiros e industriais, como o grupo de Bilderberg (1954), orientados para o fortalecimento do capitalismo de “mercado livre”, com participantes cruzados em instituições como o Conselho de Relações Exteriores dos EUA, a Comissão Trilateral (1973, criado para promover a cooperação entre a Europa, a América do Norte e a região Ásia-Pacífico), o circuito do Fórum de Davos e a participação de multinacionais e instituições financeiras internacionais.

Todas estas instituições controlavam generosos fundos para a investigação e, portanto, poderiam influenciar e direcionar projetos de investigação, publicações académicas, currículos universitários e nomeações para o ensino, influenciar as políticas governamentais e as nomeações de altos funcionários nacionais e internacionais.

Este projeto multifacetado de promoção da economia de mercado foi acompanhado pela realização de um sistema que, pelo contrário, limitava e dificultava o funcionamento dos mercados livres. Standing (2016) fala da *Corrupção do Capitalismo*, tendo em conta a tolerância de situações monopolistas e oligopolistas, a criação de monopólios através da proteção da propriedade intelectual (com vinte anos de patentes, estendida para 40 anos para a indústria farmacêutica, proteção de direitos autorais por 70 anos após a morte do autor, a patente de produtos naturais e de medicamentos populares), um sistema de privilégios fiscais e subsídios para as empresas privadas favorecidas, a estipulação de tratados para o regulamentação dos fluxos comerciais e investimentos diretos estrangeiros que protegem os investidores contra os

9 Veja-se também Galbraith 2007 e, em particular, a introdução de Jamie Galbraith a esta obra.

possíveis efeitos negativos das políticas nacionais quanto à sua rentabilidade. Longe de conduzir a “uma eutanásia do rentier” como Keynes (1936, cap. 12) tinha esperado, este sistema capitalista hiperliberal impulsionou as rendas em detrimento dos salários dos trabalhadores, e exacerbou para além do que seria pensável a tendência natural do capitalismo para a desigualdade, o desemprego do trabalho e da capacidade produtiva, para as flutuações e crises.

6. A TEORIA DE MARX DOS MODOS DE PRODUÇÃO

Uma das principais contribuições de Marx para a economia política é uma teoria evolutiva (“darwinista”, segundo Engels no seu discurso sobre o túmulo de Karl Marx)) dos modos de produção, compreendidos no sentido moderno de sistemas económicos, como configurações institucionais que regulam a produção e a troca de bens económicos. Esta teoria está apresentada em *Introduction to the Critique of Political Economy de Marx* (1904, Appendix) e é desenvolvida em *Grundrisse* (1857-58) bem como em outros escritos de Marx e Engels (ver Lange 1963).

Para Marx, o trabalho atua sobre a natureza e conduz ao desenvolvimento de forças de produção (recursos naturais, acumulação do capital físico e humano, o estado de conhecimento técnico). Este desenvolvimento leva ao aparecimento de contradições entre o potencial produtivo da sociedade e as relações de produção vigentes (por exemplo, regras sobre propriedade, organização de produção, etc.). As relações de produção são então modificadas como resultado, de modo a eliminar tais contradições, realizando a “lei da correspondência necessária das relações de produção com o carácter das forças produtivas” (Lange, 1963, cap. 2).

Outras contradições surgem entre a base económica (ou as relações de produção) e a superestrutura da sociedade, compreendida como as relações sociais e a consciência social (religião, ideologia, cultura, etc.; Lange dá o exemplo do apoio ao capitalismo que está implícito na ética protestante), que contribui para a legitimação do modo de produção existente. Conflitos e contradições entre os vários elementos do sistema e a sua resolução guiam a sua evolução, de acordo com a “lei da correspondência necessária da superestrutura com a base económica”. As forças produtivas e as relações de produção definem um modo de produção, mas em qualquer momento um modo de produção coexiste com resíduos de modos anteriores e com embriões da superestrutura das sociedades futuras (Lange, 1963).

Em muitos aspetos, esta teoria marxista da evolução dos modos de produção é menos desenvolvida do que a teoria

proposta pelos pensadores da Grécia antiga sobre o ciclo político dos governos de uma sociedade. Desenvolvendo o conceito de Platão de *kyklos* (a República, cap. 8 e 9) Políbio (Histórias, livro VI, cap. 9) teoriza um ciclo de formas sucessivas de governo que surgem a partir da degeneração das formas precedentes. Assim a monarquia tende a degenerar na tirania, que por sua vez tende a degenerar na aristocracia, que tende a transformar-se na oligarquia, derrubada geralmente por movimentos populares que estabelecem a democracia. Mas a democracia está condenada a transformar-se numa “oclocracia”, ou seja, uma degeneração da demagogia violenta produzida pela corrupção das massas atomísticas pelos ricos. Fora da oclocracia surge um líder mais forte que restabelece a ordem com a monarquia, e o ciclo (*anakyklosis*) repete-se. O conceito de oclocracia foi posteriormente desenvolvido por Alexis de Toqueville como ditadura da maioria (*tyrannie de la majorité* ou *des assemblées politiques*, 1981, p. 172 e p. 230), e re-introduzido em discussões recentes sobre as formas modernas do inapropriadamente chamado “populismo”, como argumentaremos mais à frente no presente texto.

Na sua abordagem original à evolução dos sistemas económicos, em todo o caso, Marx cometeu três erros importantes: ele acreditava que: 1) haveria um ponto final de chegada para um tal percurso evolutivo, ou seja, o comunismo pleno (com os bens livres a serem prevaletentes, a distribuição de acordo com as necessidades, extinção do Estado, e abundância de bens económicos) sem classes e, portanto, sem antagonismos, deixando de existir conflitos e contradições; 2) haveria uma progressão linear dos sistemas económicos, das sociedades primitivas à escravidão, ao feudalismo, ao capitalismo (com um desvio possível representado pelo modo de produção asiático), seguido pelo socialismo e pelo comunismo pleno; 3) essa evolução do sistema seria dominada por uma forma extrema de materialismo dialético, ou determinismo económico, com um papel único para os fatores económicos. Pelo contrário, sabemos hoje que o comunismo pleno permaneceu sempre um objetivo nunca alcançado; que na década de 1990 o socialismo foi re-transformado de regresso ao capitalismo, e além disso, numa forma extrema de capitalismo hiper liberal; e que os fatores económicos são apenas uma parte, embora importante, das múltiplas causas das transformações sistémicas.

A bibliografia soviética e do leste-europeu de inspiração marxista sustentou não só o fim dos conflitos e as contradições dialéticas na economia socialista, dada a suposta correspondência entre as relações de produção e as forças produtivas, mas também a surgimento de novas “leis” nessas economias (para uma discussão da literatura polaca ver Nuti 1973). Estas supostas “leis” incluem a “lei da satisfação sempre

mais completa das necessidades materiais e sociais crescentes da população através do desenvolvimento contínuo e do aperfeiçoamento da produção social” (sic) e da “lei do desenvolvimento proporcional planeado” - proposições vagas que são simplesmente uma re-declaração da natureza prevista da economia socialista. A “lei do valor”, no sentido de disciplina de mercado, foi considerado (Estaline 1951) que continuava a manter-se numa economia socialista, pelo menos na esfera de bens de consumo - uma admissão simples de que o planeamento não era omni-abrangente.

Entre estas supostas “leis”, a mais significativa em textos oficiais é a chamada “lei do crescimento mais rápido da produção de meios de produção relativamente à produção de bens de consumo”, que representa uma declaração precisa sobre as políticas da acumulação realmente seguidas na União Soviética e na Europa Oriental, exceptuando por períodos breves e esporádicos, mas, como veremos mais tarde, sem quaisquer fundamentos teóricos rigorosos. Tratar isto como uma lei do socialismo é somente uma tentativa da propaganda para legitimar as políticas seguidas que tinham realmente sido aplicadas. Estas pseudo-leis não têm nada em comum com a lei marxista do desenvolvimento da sociedade, mas em termos marxistas poderiam ser consideradas como parte da superestrutura do sistema socialista.

Houve, no entanto, pelo menos duas tentativas sérias de formular leis genuínas de desenvolvimento de uma sociedade socialista, por Włodzimierz Brus (1963, 1965, 1973, 1975) na Polónia, e pelo já citado Rudolf Bahro (1977) na Alemanha. Brus afirma claramente que “com o socialismo não acabam as contradições socioeconómicas” (1973, p. 82) e reconhece que “num sistema socialista os fatores económicos e políticos são inseparáveis” (ibidem, p. 89). Brus (1964, especialmente no cap. 1) já havia indicado os conflitos e contradições do socialismo: a formação de grupos, o enfraquecimento dos incentivos, a tendência monopolista das empresas devido à concentração industrial, o surgimento de desequilíbrios na esfera de consumo, a deterioração da disciplina laboral e a instabilidade do emprego, a burocracia – todos os fenómenos que estavam em conflito com a socialização dos meios de produção e com o papel progressivo do planeamento económico. Brus (1973) sublinhou que a socialização dos meios de produção era um processo mais do que um ato executado de uma vez por todas e discutiu as premissas políticas e as implicações do planeamento descentralizado e, especialmente, o papel do auto-governo dos trabalhadores, o impacto do planeamento central sobre a inovação, as restrições técnicas das escolhas políticas, as vantagens informáticas da democracia política. Brus (1975) desenvolveu e aprofundou esta abordagem e

afirmou firmemente “a necessidade de democratização política” da economia socialista (p. 207).

Bahro (1977) considera as tentativas de reforma do quarto de século antecedente como uma expressão do conflito interno entre as duas componentes da burocracia socialista, isto é, os burocratas centrais encarregados do planeamento e os gestores das empresas responsáveis pela realização e controlo das atividades de produção. Relaciona o modelo soviético de “industrialização despótica” com o modo de produção asiático de Marx; Sublinha o aspeto “proto-socialista”, ou seja, o carácter primitivo do modelo soviético, bem como a conexão entre a repressão estadual e o subdesenvolvimento. Vê o partido como uma “dupla burocracia” e assinala “as contradições insuperáveis entre a função social do partido e a forma política e organizacional da sua existência”. A sua análise de classe das sociedades de tipo soviético (parte III, cap. 12) leva-o a afastar a possibilidade e a própria conveniência de um sistema político pluralista (isto é, com partidos também diferentes do partido comunista), mas espera que as sociedades socialistas evoluam na sequência de um processo de renovação e democratização do partido comunista-uma profecia que, como veremos mais tarde, se realizou em 1985 com Mikhail Gorbachov à frente da direção do PCUS, embora sem salvar o sistema de colapso. Curiosamente, Bahro (1977) observou que, na experiência da evolução, as novas espécies que emergem e se estabelecem nunca são o resultado de uma mutação das espécies mais desenvolvidas existentes, mas sim uma manifestação originalmente menos desenvolvida e, portanto, mais flexível, (um tiro ao lado), portadoras de mutações mais apropriadas para novas circunstâncias.

A permanência de conflitos e contradições na economia socialista também é investigada por Nuti (1979, 1984, 1985), que presume uma correlação positiva entre a centralização económica e centralização política; a centralização económica envolve ineficiências e instabilidade e, por conseguinte, pressões para a realização de reformas, mas ao mesmo tempo leva a uma aceleração da acumulação de capital, levando ao crescimento económico e ao pleno emprego, mas também, dado o compromisso sistémico para com a estabilidade de preços, gera sistematicamente uma procura em excesso e a existência de situações de penúria. Este excesso de procura é indevidamente atribuído por Kornai (1980) ao carácter brando das limitações orçamentais das empresas, que reconstituem o poder de compra das empresas com subsídios e/ou créditos em caso de aumento dos preços, enquanto os orçamentos flexíveis não são nem necessários nem suficientes no caso de se estar perante uma situação de escassez, para a qual é necessário e suficiente que

os preços sejam mantidos consistentemente abaixo do seu nível de compensação de mercado (Nutti, 1986a).

O excesso de procura é agravado pela deriva salarial em condições de pleno emprego ou de sobreaquecimento da economia, mas é influenciado também por fatores exógenos que podem aliviá-lo ou agravá-lo. Estes fatores exógenos são o volume do comércio mundial e a tendência dos termos de troca do país, o desempenho da produção agrícola, a disponibilidade e os termos dos créditos internacionais, a participação do país na corrida aos armamentos, o progresso técnico e a exaustão ou a descoberta de recursos naturais.

A situação de escassez obriga as autoridades a aumentar a centralização económica. O efeito líquido da pressão para a realização de reformas, devido à ineficiência sistémica e escassez, e para a centralização a fim de evitar o aparecimento de situações de escassez, é ambivalente: pode levar a uma reforma bem-sucedida e, portanto, a um círculo virtuoso de mais descentralização económica e política mas também pode levar a uma falta ou falha de reformas que, sob o impulso de escassez, bem como da instabilidade e ineficiências do sistema, pode levar a protestos políticos. O impacto dos protestos, mais uma vez, tem um impacto ambivalente: um protesto leve é suscetível de favorecer reformas leves, possivelmente lançando um círculo virtuoso, mas haverá forçosamente um ponto de rotura em que um protesto político forte desencadeia uma involução autoritária, com a recentralização económica que o acompanha e com um conseqüente agravamento dos resultados económicos alcançados.

Este modelo baseia-se na experiência da União Soviética e dos países do Leste Europeu do último pós-guerra; nas secções seguintes, consideraremos a evolução do sistema de tipo soviético, desde o comunismo da guerra à nova política económica, ao planeamento centralizado e às tentativas fracassadas de reforma, e tentaremos exemplificar os conflitos de contradições envolvidos, sem adotar ou justificar uma abordagem redutora e determinista para os fatores económicos que poderão estar por detrás dessa evolução.

7. COMUNISMO DE GUERRA (URSS 1918-1921)

Era esperado que o socialismo surgisse nas economias mais maduras, desenvolvidas e industrializadas (embora, aparentemente, Marx, na correspondência de 1881 com a sua influente discípula russa, Vera Zasulich, exigisse apenas um grande proletariado industrial, também acreditava que o socialismo se podia desenvolver na Rússia a partir da comunidade camponesa). Em vez disso, o socialismo surgiu numa economia subdesenvolvida, com uma força de trabalho

abundante, com uma tradição autocrática, despótica, aliás muito grande, devastada por uma guerra mundial e por uma guerra civil e a operar num ambiente internacional hostil.

Na Rússia, apesar do seu rápido desenvolvimento, de 1885 a 1913, a uma taxa média de 5,8% que levou a que a classe trabalhadora fosse constituída por cerca de 2,5 milhões em 1913, 80% da população ainda era constituída por camponeses analfabetos ou semianalfabetos, metade dos empregos industriais estavam no setor têxtil, e a produção industrial era de 6,9% e o produto per capita era 4,8% dos valores correspondentes nos Estados Unidos (Nove 1969). A população cresceu rapidamente, mas o capital era escasso; um terço das empresas estavam na posse de estrangeiros.

O comércio exterior tinha as características típicas de um país atrasado: mais de metade das exportações russas eram de cereais e outros géneros alimentícios; as matérias-primas e os produtos manufaturados constituíam mais de um terço das importações (metade dos quais eram produtos semiacabados). A dependência da Rússia dos países ocidentais e especialmente da Alemanha (com quem fazia metade de seu comércio externo) era tal que durante a Primeira Guerra mundial a Rússia continuou a importar produtos químicos, metais e maquinaria da Alemanha, especificamente isentando estes produtos da proibição de negociar com países inimigos (Dobb 1966, p. 37; o comércio entre os países em guerra não é invulgar, como também aconteceu durante a guerra do Vietname com os Estados Unidos). O esforço de guerra e as destruições de guerra, agravados pelas dificuldades de transportes, levaram a graves carências de combustíveis, materiais e géneros alimentícios.

Nestas condições, o sistema estabelecido imediatamente após a Revolução de Outubro foi principalmente o de uma economia de guerra: a rápida expansão da propriedade estatal, primeiro espontaneamente e, em seguida, decretada pelo governo; “todo o poder aos soviéticos” (*Vsya Vlast’ Sovietom*, os conselhos dos trabalhadores que Bukarine, 1920, considerou como essencial); o controlo político sobre a economia; a militarização do trabalho; a entrega obrigatória e a requisição dos excedentes agrícolas; o repúdio da dívida pública; desmonetarização; a abolição do comércio privado; criação obrigatória de cooperativas de consumo; a organização de toda a economia como permuta centralizada; uma quota crescente de serviços gratuitos; a afetação direta de recursos para vários usos de acordo com um sistema de prioridades (Carr 1952, cap. 17; Dobb, 1966; Szamuely 1974).

O comunismo de guerra foi em parte ditado pela situação de emergência, e em parte a implementação deliberada

de um projeto concebido previamente. Szamuely (1974) mostra que “uma economia de subsistência centralizada, gerida com comandos, com base em princípios igualitários”, como o comunismo da guerra, era a imagem e o conceito operacional de uma economia socialista nos escritos de Kautsky, Hilferding, Bukharin, Preobrajenski, Strumilin, muitos dos protagonistas da administração do Estado soviético, e certamente de Trotsky e de Lenine em pessoa, não só antes do comunismo de guerra, mas durante o tempo de seu desenvolvimento. Só quando se tornou claro que o sistema não poderia sobreviver às pressões económicas e políticas que tinha gerado, passou a ser considerado como “um desvio do curso normal”, uma “medida temporária” que “não era nem poderia ser uma política correspondente às tarefas económicas do proletariado “ (Lenine, citado por Szamuely 1974).

O comunismo de guerra foi ensombrado pela multiplicação de objetivos centrais cruciais, todos tratados como “prioridades”; a interrupção intermitente das provisões entre empresas, as dificuldades de aprovisionamento de cereais, as pressões políticas (greves, absentismo, oposição nas fábricas; a rebelião dos marinheiros de Kronstadt, brutalmente reprimida, etc.). Esse sistema alcançou a sua própria sobrevivência mas não pôde assegurar a reconstrução do pós-guerra, sem falar já da industrialização e do crescimento; foi destruído pelas suas próprias contradições. Bertrand Russell, que em 1920 visitou Moscovo com uma delegação inglesa e se encontrou com Lenine, percebeu imediatamente que os ideais de liberdade e igualdade tinham sido postos de lado. Não obstante, o comunismo de guerra deixou uma marca importante na evolução do socialismo, porque era o primeiro modelo socialista embora estabelecido em circunstâncias longe das condições ideais, porque forneceu uma orientação para o modelo estalinista de uma outra guerra, a guerra contra o atraso, e porque antecipou vários dos problemas económicos e políticos do modelo estalinista.

8. A NOVA POLÍTICA ECONÓMICA (NEP, 1921-26)

No início de 1921 o Décimo Congresso do Partido Comunista introduziu a Nova Política Económica (NEP), com a qual foram restabelecidas a produção privada e o comércio. Um imposto em espécie na agricultura, com a produção restante a poder ser utilizada e negociada em mercado livre, foi direcionado para salvar o *smychka*, a aliança entre trabalhadores e camponeses, e aumentar o fornecimento de alimentos. O surgimento do comércio local exigiu a recriação de meios monetários de pagamentos e de crédito, levando à reabertura do banco central

(*Gosbank*) em Outubro de 1921. Iniciou-se um processo de desnacionalização, com cedência de exploração de unidades fabris na posse do Estado a empresários nacionais e estrangeiros, muitas vezes incluindo antigos proprietários expropriados durante o Comunismo de Guerra; novas empresas privadas foram autorizadas a empregar até 20 assalariados (além de membros da família). Os fluxos monetários ordinários foram restabelecidos, o orçamento estava equilibrado, a moeda foi estabilizada e tornou-se convertível; foram concedidas concessões ao capital estrangeiro; o comércio exterior aumentou e a economia recuperou (ver Dobb, 1966; Nove, 1969; Carr, 1952, 1954, 1958.)

A superestrutura rapidamente se ajustou a esta nova base económica: a liberalização económica trouxe consigo a completa centralização política. Temendo o perigo da restauração capitalista, todos os partidos políticos que não os bolcheviques foram finalmente banidos e, no mesmo *Décimo Congresso* que introduziu a NEP, a proposta de Lenine (secreta) segundo a qual os grupos ou fações organizadas dentro do próprio partido deveriam ser banidas, sob ameaça de expulsão, foi aprovada e imediatamente posta em prática; os conselhos dos trabalhadores foram marginalizados (Descer 1954, p. 519 e FF.). Subsequentemente, a proibição de fações tornou-se a base do “papel condutor” do Partido Comunista, inserido na Constituição estalinista de 1936 (Art. 126) e em documentos constitucionais posteriores (por exemplo, a Constituição Soviética de 1977 e as Constituições de outros países socialistas no último período do pós-guerra). Este papel condutor vai sobreviver até à transição pós-socialista da década de 1990.

Um posterior ajustamento da superestrutura do sistema ocorreu com o que Szamuely (1974, cap. 4) chama a “revisão teórica” da NEP: já no Outono de 1921 Lenine formulou os três princípios subjacentes da NEP: 1) os incentivos pessoais; 2) a introdução de contabilidade de custos e princípios de autonomia nas empresas estatais (*khozraschot*) e 3) a manutenção de relações comerciais e monetárias durante o período de construção socialista. No décimo primeiro Congresso do Partido em 1922, Lenine “chamava à concorrência com o capital privado no mercado interno e internacional “o eixo da NEP”; a essência da política do Partido”; o teste crucial”; a última e decisiva batalha “a partir do qual dependeria o futuro do socialismo “(Szamuely, cit. pp. 77-78). A partir dos escritos de Lenine parece que não só aceitou a ideia de que as empresas estatais devem seguir a economia de mercado, mas também considerou uma economia mista como uma forma de concretizar um plano, especialmente em associação com os incentivos materiais (ibidem, p. 79).

A NEP era o tipo da economia mista que hoje teria a bênção do FMI. A NEP permitiu a reconstrução, que dependendo dos critérios adotados, foi concluída algures, entre 1926 e 1928. O crescimento, no entanto, esteve baseado na sua maior parte na reativação da capacidade existente não utilizada e na reabsorção do trabalho industrial disponível; Mas o investimento bruto estava muito pouco acima dos níveis de depreciação (Nove 1969).

“O socialismo num só país - não como uma desejável estratégia escolhida (que Trotsky tinha considerado como “um sonho estreito e reacionário”), mas como um facto da vida, dado o fracasso das revoluções europeias - impediu qualquer utilização extensiva de capital estrangeiro para financiar a acumulação de capital. A União Soviética tinha acumulado uma dívida externa substancial, cujo custo em juros e amortizações estavam em crescimento; os termos de troca eram-lhe desfavoráveis; as exportações agrícolas estavam a definhar.

O imposto em espécie foi substituído por um imposto monetário. Logo, a realização de excedentes agrícolas tinha de passar pelo mercado. Logo, a degradação dos termos de comércio da agricultura conduziu a dificuldades de abastecimento (a “crise em tesoura” dos preços industriais a subirem e de queda dos preços agrícolas em 1925, e as similares dificuldades subsequentes a esta situação).

Um problema adicional foi o de gerar acumulação de capital dentro do setor socializado (a chamada “acumulação primitiva socialista” de Preobrajenski 1974). A expropriação dos camponeses e dos homens prósperos no período da NEP teria prejudicado as próprias bases da NEP; embora a utilização de incentivos de preços para obter um excedente comercializado maior teria levado ao desenvolvimento de uma classe de kulakes, ou seja, de camponeses ricos, e ao abandono da ideia de utilizar a agricultura para financiar a acumulação primitiva socialista. Ou o nível de vida dos trabalhadores no sector socializado tinha de ser comprimido, ou a acumulação teria de prosseguir a um ritmo lento, o que teria causado a permanência se não o aumento do desemprego do trabalho que já tinha aparecido e flutuado durante o NEP.

Por fim, surgiu uma contradição entre a manutenção da economia mista da NEP e a realização simultânea do crescimento económico, do PIB e do setor socializado, e também do crescimento dos padrões mínimos de distribuição socialista. Por conseguinte, a NEP foi descartada a favor da propriedade estatal e do planeamento central e da coletivização da agricultura.

A coletivização da terra envolveu imensos custos económicos e humanos. 100 Milhões de camponeses russos foram privados da terra que tinham adquirido no século anterior e perderam a sua independência tornando-se funcionários do Estado. A expropriação em massa foi contraposta uma resistência fortemente agressiva, provocando a destruição de colheitas e o abate de animais (da ordem de metade dos cavalos, bovinos e suínos existentes), provocando a morte por fome de um número de pessoas estimadas em cerca de 5,5 a 6 milhões. Houve também uma queda drástica na natalidade, envolvendo no começo de 1935 uma perda demográfica de aproximadamente 18 milhões de que dois terços consistiram em morte fetal. Tentativas repetidas de adicionar a esses custos as vítimas políticas do estalinismo têm encontrado problemas metodológicos extremamente complexos, divergências entre fontes com origem em arquivos como o comprova a existência de episódios parciais, o tratamento idêntico de criminosos simples e de políticos dissidentes, a classificação das crises de fome generalizada e a libertação dos prisioneiros que já não eram capazes de um trabalho produtivo. Em vez de tentarmos aqui uma síntese discutível, referimo-nos ao tratamento destes problemas por Ellman (2002a).

A coletivização e o trabalho forçado, sem dúvida, contribuíram para os preparativos de guerra que possibilitaram a vitória soviética sobre Hitler; ao mesmo tempo, deve ser reconhecido que os comunistas alemães e soviéticos também contribuíram para a ascensão de Hitler ao poder⁽¹⁰⁾. Em 1925, os comunistas alemães, desviando para o seu próprio terceiro candidato perdedor votos suficientes para evitar a vitória do partido centro-socialdemocrata, foram instrumentais na eleição presidencial do monárquico Paul von Hindenburg, que em 1933 nomeou Hitler como Chanceler. E em 1928-33 o *Comintern* adotou uma política extremista de esquerda que considerou o partido social-democrata como o seu pior inimigo, enfraquecendo assim as forças antinazis na Alemanha. Finalmente, as notícias de deportações em massa e de fome na União Soviética durante a coletivização da agricultura, sem dúvida, deslocaram votos da esquerda alemã para os nazis considerados como anticomunistas confiáveis.

Na segunda metade da década de 1920 houve uma intensa discussão sobre a natureza do planeamento e da política de investimento (Erlich, 1960; Spulber, 1964; Carr-Davies, 1969; Dobb, 1960, 1965, 1967). Sobre o planeamento económico surgiram duas escolas, a genética e a teleológica (Charemza e Kiraly, 1990). A escola genética (por exemplo,

10 Agradeço a Michael Ellman a discussão havida sobre estas questões.

Groman, Kondratieff, Bazárov) via o planeamento como uma extrapolação de tendências passadas, sujeito a restrições objetivas, incluindo a capacidade produtiva de antes da guerra; viam o plano como uma previsão e atribuíam-lhe uma grande importância ligada ao crescimento equilibrado.

A escola teleológica ou de objetivos (por exemplo Strumilin), ao contrário da anterior, sublinha a grande discricionariedade do planeador, especialmente no que se refere ao longo prazo e ao custo da acumulação; o planeamento era concebido como um ato deliberado de mudança, de mobilização de recursos físicos e pessoais, até mesmo como um ato de guerra, destinado a mudar a estrutura da economia, o que podia exigir um crescimento desequilibrado.

Shann sustentou a necessidade de uma seqüência de desenvolvimento em que a prioridade deveria ter sido dada primeiramente à agricultura, a seguir à indústria ligeira que responde à expansão da procura no setor agrícola, a seguir à indústria pesada somente depois do crescimento dos dois primeiros sectores que tinham dado origem a uma procura suficiente de bens de capital. A oposição de esquerda, representada sobretudo por Preobrajenski, por seu lado, atribui a prioridade à indústria pesada, cujo crescimento por si mesmo teria sustentado a procura de bens de capital (ver Preobrajenski 1965 e a coleção das mais importantes contribuições contemporâneas em Spulber 1964).

Feldman (1928) desenvolveu os esquemas de Marx de reprodução alargada no quadro de um modelo de aceleração de crescimento em economia fechada caracterizada por trabalho abundante e capital escasso, além do mais, específico na sua capacidade de produzir bens de consumo ou bens de capital (indiferentemente entre os dois tipos até que estes sejam realmente feitos). A chave para a aceleração do crescimento era a escolha de que fração (estipulada como constante) de investimento deve ser dedicada ao setor de produção de bens de capital. Uma fração zero corresponderia a um aumento absoluto constante da produção de bens de consumo⁽¹¹⁾ (sob a hipótese simplificadora de vida infinita e de produtividade constante desses bens de capital). Uma fração positiva teria reduzido a capacidade de produção do consumo no curto prazo, mas fazendo-a crescer mais rapidamente no decurso do tempo; tanto a redução temporária como a aceleração sucessiva teriam sido maiores quanto maior seria a fração atribuída à produção de bens de

capital. Para uma opção de investimento máximo (fração igual à unidade) a dedicar à produção de bens de capital, o consumo teria estagnado durante todo o tempo em que essa política de investimento fosse seguida, mas, em qualquer momento subsequente, se essa quota de investimento fosse reduzida então seriam alcançados aumentos de consumo mais elevados do que se fossem escolhidas políticas menos ambiciosas de uma fração inferior a 1. Quanto mais o investimento fosse reservado à produção de bens de capital, maior seria depois o aumento do consumo.

O modelo de Feldman foi simplificado e melhorado por Domar (1957); um modelo semelhante foi desenvolvido por Mahalanobis (1953) para explorar as implicações da aceleração do crescimento na economia indiana em circunstâncias equivalentes, e forneceu os fundamentos teóricos do segundo plano quinquenal indiano que começou em 1956, foi modificado em 1958 devido a pressões inflacionistas e a desequilíbrios externos com perdas de reservas monetárias, e foi abandonado e substituído em 1961.

Tal como Feldman (1928) argumentava quanto à capacidade de crescimento virtualmente ilimitada de uma economia socialista que o quisesse concretizar, no período a seguir à Segunda Grande Guerra, Michael Kalecki (1969) teorizava, ao contrário de Feldman, sobre os limites para a viabilidade e eficácia de uma tal política. A continuação da aceleração do crescimento através da acumulação de capital exigia uma disponibilidade de trabalho praticamente ilimitada. Mas mais cedo ou mais tarde, para taxas de crescimento que excedessem a taxa de crescimento natural (definida como o aumento da população mais a taxa de aumento da produtividade do trabalho) poderia ser alcançado o pleno emprego do trabalho. Nesse ponto o crescimento exigiria necessariamente um aumento maior do capital por unidade do produto adicional: o custo do desenvolvimento, em termos de fração do investimento no rendimento nacional, aumentaria devido à necessidade de substituir o trabalho em escassez por mais capital. Os aumentos de custos semelhantes limitam o crescimento sustentável devido à necessidade de cultivar terras menos produtivas ou de se terem de explorar minas menos rentáveis ou menos acessíveis, e à necessidade de equilibrar o comércio exterior com exportações menos competitivas ou aumentar os custos de transporte para destinos mais distantes. Haverá sempre um momento em que a carga de um investimento mais elevado exigido para manter o crescimento acima da taxa natural se torna mais pesada do que o seu impacto positivo no crescimento: uma política do crescimento acelerado reduz realmente o consumo sustentável per capita em vez de o aumentar - uma proposição equivalente à chamada "*regna de*

11 No caso de duração infinita do capital e da sua produtividade constante; caso contrário, a estagnação do consumo exigiria substituição de capital no final da sua vida útil, consagrando-se à produção de bens de capital uma fração de investimento igual ao inverso da duração do capital.

ouro” da acumulação, na qual a taxa de crescimento deve ser igual à taxa de rentabilidade do investimento (Nutti 1986b).

9. O DESENVOLVIMENTO DO MODELO DE TIPO SOVIÉTICO (AMADURECIDO EM 1928-32)

Em 1926-27, há indícios de uma tendência para a recentralização da economia, com a preparação de balanços sectoriais, materiais e financeiros, e “ números de controlo”, a partir dos quais Vassily Leontief (1966) desenvolveu as matrizes intersectoriais de *input-output* (sobre a relação entre essas matrizes e os procedimentos atuais ou possíveis do planeamento ver Montias 1962 e Ward 1967). Nesse período, houve uma série de planos, mas nenhum planeamento macroeconómico global consolidado de toda a economia.

1) Em 1928 foi lançado o Primeiro Plano Quinquenal, juntamente com planos operacionais de mais curto prazo, de grande ambição e englobando toda a economia, para a industrialização acelerada do país através de acumulação massiva de capital. Os planos foram designados na literatura como sendo planos tensos ou apertados, associados a um conjunto de prioridades para os principais produtos (os “principais elos”) representando estrangulamentos; a ênfase estava nas grandezas físicas, os preços tinham um papel simples de agregação (Carr-Davies, 1969).

2) A colectivização forçada da agricultura é realizada, com o enorme custo humano acima mencionado, mas de modo a aumentar a disponibilidade de bens salariais, sem o custo que, de outra forma, teria sido envolvido pela melhoria necessária dos termos de troca para os géneros alimentícios, o que reduziria a acumulação de capital. A colectivização da terra também aumentou a oferta de trabalho e gerou oportunidades para a substituição de importações e para maiores exportações de bens agrícolas (Ellman 1975).

3) A centralização das transacções entre empresas é melhorada, através de uma estrutura sectorial, com a reorganização do Alto Conselho da Economia Nacional (*Vesenkha*) em três Comissariados ou Ministérios Industriais. Os seus departamentos (*glavki*) assumiam aspectos funcionais (finanças, entregas, investimento). O número de ministérios (ao nível das repúblicas e para toda a União) e as suas subdivisões, as tarefas específicas da Comissão de Planeamento (Gosplan), por exemplo, entre curto e longo prazo, variam muito ao longo do tempo, mas a sua estrutura vai permanecer inalterada até à descentralização regional de 1957 (com Sovnarkhozy ou conselhos regionais). O número de ministérios é geralmente tomado como uma boa imagem para o real grau de centralização.

4) Foi estabelecido o controlo através do rublo, ou seja, o controle central foi reforçado pela monitorização financeira da realização do plano. Lenine sempre considerou os bancos como grandes instituições para a gestão da economia socialista; em 1930-32 o banco central Gosbank adquiriu também o monopólio de empréstimos de curto prazo, imposta pela proibição de financiamento direto de empresas por fornecedores e clientes. Assim, o dinheiro e o crédito destinavam-se a fornecer os fluxos de pagamentos correspondentes aos fluxos físicos planeados. Os fluxos financeiros pertenciam a dois circuitos separados, um de dinheiro líquido para os pagamentos de salários e para a compra de bens de consumo por parte da população (e, naturalmente, para as transações entre as famílias e no comércio do setor privado), o outro de dinheiro bancário para compras e entregas de bens entre empresas (Nutti 1992c).

5) O princípio da contabilidade económica (ou *khozraschot*) introduzido no âmbito da NEP foi mantido, ou seja, os custos acrescidos dos lucros previstos (ou de perdas) tinham de ser cobertos pelas receitas nas empresas estatais autónomas. Todos os lucros adicionais seriam absorvidos no orçamento de Estado por um imposto sobre o volume de negócios (praticamente um imposto pela diferença, indistinguível do lucro); os fundos de investimento e a maior parte do capital circulante obtinham-se a partir de lucros retidos ou a ficarem isentos de dotações para encargos no quadro do orçamento do Estado (sujeito ao cumprimento das regras oficiais relativas à escolha das técnicas, o que equivalia a um agravamento sobre o capital fictício). A retenção do lucro pelas empresas era regida pela taxa de acumulação e não o seu contrário.

6) Os preços ou critérios de fixação de preços eram decididos centralmente; as mercadorias produzidas estavam disponíveis para as empresas a esses preços por meio de afetação planeada direta (*a economia documentário* descrita por Berliner 1957); os bens do consumo estavam disponíveis aos consumidores a esses preços dentro dos limites estreitos da sua disponibilidade. As faltas eram normalmente persistentes e endémicas no que diz respeito aos bens de consumo mais elaborados, levando a renegociação se tecnicamente viável, aos preços mais elevados do mercado negro. As carências eram devidas a objectivos demasiado ambiciosos, difíceis de realizar e muitas vezes irrealizáveis, com a prioridade a ser dada à indústria pesada ou à produção e importação de bens de investimento; mas principalmente a escassez era simplesmente devida aos preços oficiais que estavam a ser fixados a níveis mais baixos do que aqueles que teriam equilibrado os mercados, igualando a procura e a oferta.

7) Foi estabelecida a gestão por um só homem (*edinonachalie*), em teoria terminando no final da década de 1920, na prática muito mais tarde – enquanto o que se verificava até aí na prática era a gestão baseada num “triângulo” constituído pela União Sindical, a célula do partido e o gestor. O diretor e outros diretores recebiam não apenas um salário, mas também bónus progressivos associados aos resultados no que se refere ao cumprimento e supercumprimento de vários indicadores, principalmente expressos em unidades físicas, em termos de produção bruta (*kult vala*), exceto para a utilização de preços constantes (em vez de preços correntes) para a agregação de produtos heterogéneos da mesma empresa.

8) Os sindicatos são transformados de órgãos para a promoção dos interesses de classe dos trabalhadores em instituições que se concentram na execução dos planos de produção, com um papel limitado nos domínios do bem-estar e da segurança social, e totalmente subservientes aos objetivos do governo, a ponto destes serem definidos como “correias de transmissão” desses objetivos.

9) O compromisso de princípios igualitários foi enfraquecido: o nivelamento salarial (*uravnilovka*) foi rejeitado por Estaline ; foram acrescentadas outras recompensas materiais, especialmente a favor de um trabalho escasso e especializado; houve um acesso privilegiado a bens de consumo a categorias selecionadas de pessoas; os sistemas de pagamento à peça foram generalizados. Criaram-se também incentivos não-materiais ligando a “emulação socialista” aos trabalhadores de choque⁽¹²⁾, e outras iniciativas para a mobilização do trabalho e do esforço de trabalho.

10) A acumulação de capitais continuou e foi efetuada de forma crescente, com prioridade concedida à indústria sobre a agricultura, à indústria pesada sobre a indústria ligeira, sectores que produzem bens de produção em vez de bens de consumo. “Acumular! Acumular! ‘: a máxima que Marx tinha associado com o capitalismo, tornou-se a máxima daqueles que diziam ser seus discípulos (Hicks, 1966).

Na União Soviética o rápido aumento do investimento

começou em 1928, e continuou até 1936 com apenas um ano de relaxamento em 1933. Os cálculos de Abram Bergson sobre a proporção da acumulação relativamente ao rendimento nacional (incluindo serviços) a preços correntes chegou aos 23% em 1928, 21% em 1937, 23% em 1950 e 24% em 1955. A medida do crescimento soviético tem sido objeto de longos debates, mas, mesmo deixando de lado as estatísticas oficiais, as estimativas ocidentais independentes indicam um impressionante aumento na ordem do triplo da produção industrial de 1928 para 1937 (dos quais uma duplicação de 1932 para 1937) e um aumento adicional de cerca de duas vezes e meia de 1937 a 1955 (Bergson 1961; Nutter et al. 1962; Trembl-Hardt, 1972). Esta rápida industrialização foi acompanhada por uma urbanização sem precedentes, o aumento da população activa de ambos os géneros e o estabelecimento de elevados padrões de educação. No entanto o consumo real das famílias soviéticas per capita efetivamente declinou de 1928 a 1940 a uma taxa anual de 0,6%, aumentou a uma taxa modesta de 1,9% nos anos 1940 e só começou a aumentar significativamente a partir da década de 1950, a uma taxa anual de 6,7% (Bergson 1961).

11) No comércio exterior, a facilidade da execução do plano conduziu naturalmente os planeadores centrais a favorecer estruturas autárquicas ou quase-autárquicas. No processo de construção do plano eram estimadas primeiramente as exigências necessárias da importação de níveis planeados de produção bruta por grupos de produtos, a seguir os planos da exportação eram adaptados às necessidades em divisas do plano de importações. Se aparece um défice, sobre o que poderia ser financiado fora de reservas ou por novos empréstimos e se a substituição de importações não pudesse preencher a lacuna, os planos de produção eram então reduzidos.

Neste sistema, as exportações são consideradas como um “mal necessário”; como uma subtração ao mercado interno. O comércio planeado é realizado através de grandes empresas estatais de importação e exportação, especializadas por grupos de mercadorias, desfrutando de um forte poder de mercado, actuando por conta própria e não em nome dos produtores, que permanecem bastante isolados dos estímulos objectivos dos mercados internacionais.

As realizações económicas acima indicadas, a que se deve adicionar a vitória na guerra e a sobrevivência num ambiente internacional hostil, foram acompanhadas por problemas crescentes, enraizados na estrutura centralizada descrita acima. Em certa medida, esses problemas eram os mesmos que se encontraram durante o comunismo de guerra, mas outros decorreriam da permanência do planeamento central

12 Os trabalhadores de choque, ou stakhanovistas, foram assim apelidados depois de Alexej G. Stakhanov, um mineiro da bacia de Don, famoso pela sua produtividade excepcionalmente elevada associada a uma técnica da sua própria invenção para a utilização do equipamento de escavação e a divisão do trabalho com numerosos colaboradores, o que lhe permitiu, em 1935, produzir um recorde de 14 vezes a valor de referência oficial. O tratamento privilegiado dos stakhanovistas foi ressentido por seus colegas, como mostra de forma eficaz Andrzej Wajda no seu filme “O homem do mármore” (*Człowiek z marmuru*) de 1976: um pedreiro, cuja produtividade excepcionalmente elevada é comemorada pela estátua mencionada no título do filme, está a tentar bater um recorde na construção rápida de uma parede, mas um companheiro passa-lhe um tijolo incandescente, que o queima gravemente e lhe arruina a vida.

ao longo do tempo, devido aos padrões de comportamento oportunista adquiridos pelos participantes no processo de planeamento, e devido à natureza cumulativa ao longo do tempo de alguns dos problemas inerentes. Como resultado, o progresso económico do sistema sofreu com isso.

A primeira admissão oficial destes problemas é expressa no relatório do Presidente soviético Nikolai Bulganin enviado ao CC do PCUS em julho 1955. Bulganin enumera : 1) as tendências autárquicas dos ministérios sectoriais, que tentaram assegurar a disponibilidade das suas necessidades de factores intersectoriais através de uma integração vertical dispendiosa; 2) o atraso com que as empresas recebem os seus planos; 3) a subutilização estrutural das fábricas devido a entregas irregulares de produtos intermédios; 4) a negligência da qualidade dos produtos e a introdução de novos produtos, devido à natureza puramente quantitativa dos métodos de planeamento e à verificação da execução do plano; 5) a sistemática falta de correspondência entre a variedade de produção e a estrutura da procura, especialmente para os bens de consumo, devido à sistemática sobre e sub realização dos planos por parte das empresas; 6) a “*tutela mesquinha*” exercida pelos ministérios e órgãos do partido sobre os gestores, cujos poderes foram reduzidos em detrimento da sua iniciativa; 7) a natureza cíclica da produção, com a sua concentração e redução da qualidade correspondente para o final do período do plano (trabalho de choque ou *shturmouchina*); 8) o aparecimento de desequilíbrios regionais.

A fim de atenuar estes problemas Bulganin no seu relatório sugeriu a introdução de maiores incentivos materiais, maior autonomia de gestão e maior dependência de tecnologias estrangeiras. Mas havia também outros problemas, relatados na imprensa e debatidos cada vez mais frequentemente por economistas e engenheiros: 9) existência de grosseiras, às vezes grotescas distorções na utilização de *inputs* ou na qualidade dos produtos devido aos indicadores físicos e brutos empregados, e a correspondente *kult vala* já mencionada; 10) A ocultação das reservas de capacidade produtiva por parte dos gestores que pretendiam cumprir ou ir além do cumprimento dos planos sem esforço, e a relutância administrativa associada para sobrecumprir os planos por receio de que o centro elevaria os objectivos sistematicamente acima das melhores realizações já alcançadas (o efeito de aumento repentino da produção - efeito *Ratchet*); as tentativas dos gestores em negociarem metas mais baixas e afetações de bens necessários à produção mais elevadas em termos de capital fixo e circulante, relativamente ao que era, na verdade, tecnicamente necessário.

Popov (2007, 2010 e 2014) interroga-se por que razão o

sistema soviético, que estava a convergir com o Ocidente até meados da década de 1960, nos anos seguintes começou a ficar para trás, com taxas de crescimento da produtividade do trabalho de 6% na década de 1950 a caírem para 2% na década de 1960 e para 1% na década de 1980. Sugere a existência de um ciclo de vida de investimento em economias centralizadas: a aceleração inicial do investimento em torno de 1928 levou naturalmente a um ciclo de substituição necessário cerca de vinte anos depois, mas a persistente escassez endémica que atormentava o planeamento central desviou os recursos de investimento para a criação de novas capacidades e não para a sua substituição, mantendo em uso equipamentos cada vez mais obsoletos com o objetivo também de reduzir a escassez. A produtividade do trabalho caiu como resultado disto.

Esta é uma explicação plausível, mas depende claramente da falha tanto para minimizar os custos (pela equalização dos custos operacionais em fábricas antigas e custos totais em novas unidades fabris) e para aumentar os preços para os níveis de equilíbrio do mercado (que teria reduzido a escassez sem adiar as reposições). O investimento também foi desperdiçado na produção de stocks em excesso de bens não pretendidos relativamente às necessidades tais como bicicletas, máquinas de costura e máquinas fotográficas tradicionais. Além disso, os inconvenientes de planeamento central mencionados entre outros por Bulganin 1955 estavam a tornar-se mais graves devido à sua natureza cumulativa e ao comportamento oportunista que se espalhou entre os actores do processo de planeamento. Basicamente, as políticas que foram adequadas nas condições soviéticas dos anos 1930-1940 tornaram-se inadequadas para a economia soviética mais madura e complexa dos anos de 1950.

10. EUROPA CENTRAL E ORIENTAL

Apesar de todos os defeitos ilustrados acima, o modelo soviético básico de planeamento central foi exportado, sem modificações significativas, para outros países que quiseram rumar ao socialismo depois da Segunda Guerra Mundial, na Europa Central e Oriental e na América Latina, Ásia e África, englobando até um terço do rendimento mundial e da população na década de 1970.

Em muitos aspectos, as condições dos novos países socialistas eram semelhantes às da União Soviética que beneficiou do modelo de planeamento centralizado. Muitos dos novos membros do bloco socialista eram países subdesenvolvidos, na maior parte agrícolas e com trabalho abundante. As únicas exceções foram a Morávia na Checoslováquia, a região da Silésia na Polónia e a Alemanha Oriental, que já tinham atingido um grau significativo de

industrialização; no entanto, estavam menos desenvolvidos do que a Europa Ocidental e todos tinham sofrido devastações de guerra e tiveram de empreender a reconstrução no pós-guerra. Com exceção da Checoslováquia, não tinham muita experiência de democracia parlamentar; no período entre as duas guerras mundiais, a maioria dos países da Europa Oriental tinha sido submetida a ditaduras nacionais ou estrangeiras. Tal como a União Soviética, os novos membros do bloco operaram num ambiente internacional hostil: efetivamente há pouca diferença entre o socialismo nos dez países pequenos contíguos e o socialismo num único e enorme país.

Em vários outros aspectos, no entanto, estes novos países socialistas não se conformavam com as condições do modo de produção soviético ou da sua superestrutura estalinista. Brus (1975) enumera várias destas condições específicas: 1) não só o nível mais elevado de desenvolvimento, mas também a maior diversidade social no que diz respeito à Rússia pré-revolucionária, de modo que os inconvenientes apareceram mais cedo e os benefícios foram menos sentidos pelas suas populações e, portanto, eram politicamente menos eficazes; 2) embora as suas instituições democráticas não fossem muito desenvolvidas, os novos países não tinham as tradições autocráticas que tinham os soviéticos, havia “um nível mais elevado de civilidade nas relações interpessoais”, bem como elos mais fortes com o Ocidente; isso enfraqueceu o papel da ideologia soviética e causou uma maior consciencialização sobre “a disparidade entre ideais e a realidade”; 3) a fraqueza das raízes internas das revoluções socialistas fez com que o socialismo fosse percebido como um produto importado, embora fosse mais aceitável pelas reformas agrárias (mas na Checoslováquia o partido comunista tinha obtido quase 40% dos votos nas eleições livres de 1946, e na Jugoslávia o socialismo emergiu da revolução dos partidários de Tito durante a última guerra mundial); 4) “a dominação de facto da União Soviética sobre as denominadas democracias populares, amplificada em muitos casos por factores psicológicos e históricos (sobretudo na Polónia) dificultava a utilização de ideologias nacionalistas como instrumentos para a atração política das massas”; embora a questão alemã fornecesse um certo apoio nacionalista para o papel condutor e de liderança da União Soviética (Brus 1975, cap. 2, seção 2).

Estas circunstâncias afastaram a possibilidade de um retorno às origens dos Sovietes dos tempos de Lenine; além disso, as considerações de Bahro (1977) sobre a evolução do sistema, mencionadas acima, indicam que mesmo que o sistema soviético estivesse no auge das conquistas socialistas do pré-guerra, a sua melhoria teria dependido do aparecimento de um sistema mais flexível, mais adequado às condições da Europa central-oriental após a reconstrução,

iniciando-se como uma mutação lateral. No entanto, com exceção das pequenas variações, o modelo soviético importado pela Europa central-oriental permaneceu praticamente inalterado – com exceção do modelo “associativista” do socialismo de mercado adoptado pela Jugoslávia, após a sua ruptura com Moscovo em 1948 (ver Uvalić 1992, 2017, 2018), que, no entanto, não se transformou numa mutação de nível superior.

A mesma política de acumulação foi seguida pelos novos membros do bloco: a parte do investimento da União Soviética e da Europa Oriental no seu produto nacional líquido (que diferia das convenções ocidentais principalmente devido à exclusão de serviços e à inclusão de os inputs utilizados na prestação dos chamados serviços de base material) esteve durante muito tempo situado com pequenas margens na casa dos 25 por cento, regularidade esta que as fontes das Nações Unidas referem como uma “regra pragmática” (UN-ECE, 1967, cap. 11).

Um bloco de comércio socialista - o *Comecon* ou Conselho de Assistência Económica Mútua (SEV em russo, também chamado de *Comecon*, mas apenas na literatura ocidental, que omitiu a referência à assistência mútua) -foi fundado em 1949 pela União Soviética, Bulgária, Checoslováquia, Polónia, Roménia e Hungria, com a rápida adesão da Albânia e da Alemanha Oriental, e sucessivamente com a associação da Mongólia, Cuba e Vietname. Inicialmente a integração económica era muito limitada, exceto para a circulação praticamente livre da propriedade intelectual entre membros do COMECON. Houve denúncias de exploração soviética de países satélites, por exemplo, pela importação de carvão polaco; estudos subsequentes descobriram que os termos de troca dentro do bloco eram muito próximos dos do comércio mundial, mas que a exploração pode ter tomado a forma da imposição de produtos e quantidades que estavam a ser negociadas que eram diferentes daquelas que os países satélites teriam decidido voluntariamente transacionar.

Somente depois da morte de Estaline, é que se começaram a verificar tentativas para coordenar os planos quinquenais nacionais. Até ao final da década de 1960 a ênfase era dada à cooperação, e só mais tarde é que foi substituída pela integração. Foram estabelecidas comissões sectoriais permanentes; foi introduzido o “rublo transferível” como uma unidade virtual de conta para a contabilização dos desequilíbrios comerciais bilaterais. Em 1962, Khrushchov propôs “um órgão de planeamento conjunto”, mas encontrou a oposição da Checoslováquia, da Polónia e da Hungria e, sobretudo, da Roménia, que resistiu à especialização proposta em produtos agrícolas. Dentro do COMECON os fluxos

comerciais tendiam a ser compensados bilateralmente (mais ainda também dentro de grupos dos produtos de base considerados “duros” e “moles” nos mercados mundiais. Não havia moeda comum; as moedas nacionais não eram convertíveis em produtos de base (fora da esfera das compras dos consumidores nacionais), muito menos conversíveis noutras moedas. As taxas de câmbio tiveram um papel puramente contabilístico, impostos variáveis e subsídios foram utilizados para tornar todas as exportações planeadas igualmente rentáveis, como as vendas nacionais para os produtores, e as importações competitivas com os substitutos domésticos, se os houvesse disponíveis.

Os saldos comerciais entre os países COMECON foram expressos em termos dos chamados “rublos transferíveis”, uma unidade puramente contabilística que não era convertível em produtos soviéticos nem transferível para outros países sem o acordo expresso dos parceiros comerciais; os saldos foram acumulados ao longo do tempo, a uma taxa de juro puramente simbólica, na expectativa de que os saldos seriam reequilibrados através de compensações subsequentes.

Os preços entre os países do COMECON foram geralmente indexados a uma média de preços internacionais em moedas convertíveis, primeiro a uma média móvel calculada de 5 em 5 anos (a fórmula de Bucareste), em seguida, numa base anual (a fórmula de Budapeste). O aumento do preço do petróleo e das matérias-primas que tiveram lugar na década de 1970 a partir de 1974, foi, portanto, aplicado às exportações soviéticas para os outros países COMECON com um atraso significativo, embora decrescente ao longo do tempo. Este atraso, portanto, correspondia a um subsídio involuntário - que derivou de acordos contratuais anteriores para a determinação dos preços, e não era um benefício - por parte da União Soviética, que por meados da década de 1980 foi estimado num montante cumulativo de mais de \$60 mil milhões. O mesmo atraso na transmissão de tendências de preços para o comércio no quadro do COMECON para o final da década de 1980 foi revertido para elevar o preço dos produtos exportados pela União Soviética acima dos preços internacionais (sobre as questões de comércio exterior ver Lavigne 1991).

Em geral, as transações de comércio exterior dos países do COMECON eram determinadas administrativamente e não havia nenhum mecanismo automático capaz de transmitir aos produtores nacionais os sinais e os estímulos de oportunidades comerciais e induzi-los a lucrar com tais oportunidades.

II. EXPECTATIVAS E REALIZAÇÕES

Esperava-se que o sistema acima descrito oferecesse

coordenação *ex-ante* de decisões económicas (ou seja, de equilíbrio, “antes que os desequilíbrios fossem solidificados em cimento armado”, como Joan Robinson costumava dizer nas suas aulas em Cambridge), uma maior eficiência, o crescimento económico e o pleno emprego do trabalho e do capital sem inflação, uma maior igualdade.

Como já observámos o crescimento económico foi muito impressionante na URSS de 1928 até cerca de 1960, e na Europa Oriental a partir da conclusão da reconstrução do pós-guerra alcançada por volta de 1950 até meados dos anos sessenta, a um custo de grandes e crescentes proporções de acumulação de capital relativamente ao rendimento nacional. Em 1956, Nikita Khrushchov poderia dar-se ao luxo de dizer numa reunião com os embaixadores ocidentais “nós enterrar-vos-emos!”, esclarecendo numa ocasião subsequente que o que ele quis dizer era que a classe operária capitalista o faria (fazendo eco de uma declaração do Manifesto Comunista que dizia que “a burguesia produz os seus próprios coveiros”). No entanto, o crescimento económico diminuiu significativamente, as flutuações e as quedas reais de rendimento apareceram apesar da continuação e até mesmo da aceleração da acumulação de capital, cada vez mais financiada por empréstimos estrangeiros. De acordo com Maurice Dobb, o juro composto (ou seja, o crescimento económico) foi a principal força do socialismo: eventualmente, esta força não só desapareceu, mas o seu lugar foi substituído pelo de juros compostos sobre a dívida externa do bloco, com que os países socialistas tentaram aliviar as conseqüências do abrandamento do crescimento, e que tinha sido prontamente concedida pelos dirigentes ocidentais, utilizando com grande clarividência os empréstimos estrangeiros como uma arma económica, a corda com que os países socialistas se enforcariam.

O planeamento apertado/tenso nunca permitiu a realização do equilíbrio *ex-ante*. Os desequilíbrios internos e externos têm sido fenómenos típicos do sistema. Durante o Comunismo de Guerra a inflação foi deliberadamente utilizada como um instrumento de expropriação da riqueza financeira, “a metralhadora... que teria atingido pelas costas a burguesia através do seu sistema monetário” (Preobrazhensky 1920, citado por Ellman 2018). Os preços durante a NEP foram estabilizados, mas a partir de 1926 a inflação nunca foi eliminada, exceto por um curto período de tempo após a Segunda Grande Guerra na década de 1950 que foi caracterizada pela estabilidade de preços e por uma deflação ligeira. Ao lado da inflação oficial, havia fenómenos generalizados de inflação oculta (sob a forma de aumentos de preços oficialmente subestimados ou não-registados) e uma inflação reprimida (sob a forma de procura excessiva

persistente e endêmica e de períodos de escassez que atingia tanto os produtos de consumo como bens de produção). Estimou-se que nos finais dos anos de 1980 na União Soviética se perdiam anualmente alguns 35 milhões de homem-ano a fazerem fila de espera para as suas compras.

O pleno emprego foi alcançado na União Soviética por volta de 1928-29 através da mobilização massiva do trabalho e da sua redistribuição independentemente das competências e do estatuto dos trabalhadores. O trabalho era frequentemente subutilizado ou “não utilizado” dentro das empresas em caso de necessidade, mas o retrato geral na União Soviética e na Europa Oriental tem sido o de uma penúria de mão-de-obra e não da existência do desemprego (com exceção do desemprego sazonal ou friccional, especialmente nas repúblicas asiáticas). O pleno emprego continuou a ser um importante objetivo para os planeadores, mas foi obtido como um subproduto de políticas ambiciosas de acumulação de capital e de crescimento, sem se ter que sacrificar outros objetivos, por exclusão ou - de acordo com Phil Hanson - alcançados por acaso (ou seja, por um feliz acidente).

A igualdade era efectivamente mais elevada do que a que era característica dos sistemas capitalistas, apesar da sua sobreestimação dada a presença de acesso privilegiado aos bens em défice e a preços artificialmente baixos – como a carne, o caviar, os automóveis, os bens duráveis, os medicamentos e os cuidados médicos, educação, moeda estrangeira e viagens ao estrangeiro. Podemos atualmente argumentar que, por vezes, a igualdade de rendimentos monetários era excessiva, tendo em conta o desincentivo para investir no capital humano e para assumir riscos.

Até ao final dos anos de 1960, os observadores deste sistema falaram da ineficiência microeconómica a ser compensada pela racionalidade macroeconómica. A ineficiência cedo se tornou reconhecida, pelas economistas locais e pelos políticos do sistema ainda mais clara e vigorosamente do que o foi pelos seus críticos ocidentais.

Basicamente, o sistema, ignorando ou distorcendo os preços e os custos de produção, negligenciou todas as oportunidades de substituição na estrutura do consumo e na escolha das técnicas de produção, bem como na estrutura do comércio exterior. Por exemplo, a intensidade material e, especialmente, a energia que tinha sido reduzida significativamente nas economias capitalistas na sequência do aumento de preços no mercado mundial, nas economias socialistas continuou a aumentar, desperdiçando completamente a sua riqueza relativa nesta área. Os períodos de gestação de investimentos eram excessivos. Muitos

investimentos, incluindo máquinas importadas dispendiosas, já estavam obsoletos no momento da sua instalação ou permaneceram sem serem colocadas em atividade por falta de trabalho ou outros produtos necessários ao seu funcionamento. Havia preconceitos absurdos na qualidade e na variedade da produção devido aos indicadores expressos em unidades físicas ou no valor bruto em vez de ser expresso pelo seu valor acrescentado.

Hare e Hughes (1991) mostraram que, na véspera da transição na Checoslováquia, na Hungria e na Polónia, entre um quinto e um quarto da produção da indústria transformadora exportado apresentava um valor acrescentado negativo calculado a preços mundiais (utilizando as matrizes de *inputs-outputs* de 1988-89 e as taxas de câmbio de então). O Japão comprava maquinaria soviética para sucata, e o alumínio do bloco socialista era vendido internacionalmente a um preço mais baixo do que o preço internacional da energia que incorporava.

As normas sanitárias e ambientais eram altas, mas não observadas. Feshbach e Friendly (1992) falam de um “ecocídio” soviético: 103 cidades com uma população de 70 milhões de habitantes tinham um nível de poluição atmosférica superior a cinco vezes os níveis de segurança; 70% das águas superficiais foram contaminadas, grandes rios como o Don e o Volga foram reduzidos a esgotos químicos, dois terços do mar de Aral foi desertificado e os ecossistemas dos mares Negro e Cáspio foram danificados provavelmente de uma forma irremediável.

O sistema que emergiu como vitória na Segunda Guerra mundial, conquistou espaço, encurtou a sua distância relativamente aos países capitalistas avançados, mas tornou-se incapaz de prover as necessidades básicas da população de alimentos, roupas e sapatos, produtos elementares como pizza, hambúrgueres, jeans e refrigerantes quanto mais automóveis, bens de consumo ou produtos de alta tecnologia. A crescente inadequação do modelo soviético de planeamento central para as condições da URSS na viragem da década de 1960, e ainda mais para as condições da Europa central-oriental depois das reconstruções do pós-guerra, gerou pressões crescentes para a mudança nas políticas económicas.

12. AS TENTATIVAS DE REFORMA E O SEU FRACASSO

Michel Tatu (1987) argumenta que o sistema soviético-tipo foi construído “ não para mudar [mas] para resistir a toda e qualquer pressão social, técnica ou humana imaginável, tanto interna como internacional”... “é tão perfeito que é impossível

remover uma única pedra sem destruir todo o sistema” (Nutti 1988). No entanto – para além do socialismo associativista de mercado da Jugoslávia - após a morte de Estaline, de 1953 em diante, houve inúmeras tentativas de reforma. Estas começaram com a descentralização regional soviética em 1957, embora Nove a tenha definido “não como um passo para a frente, mas como um passo para o lado” (Nove-Nuti 1972, Introduction), porque substituiu o localismo ou *mestnichestvo* pela dispendiosa auto-suficiência setorial dos Ministérios. Outras tentativas de reforma abundam: reforma económica e política na Polónia em 1956; reformas na Hungria em 1956 e na Checoslováquia em 1968, ambas reprimidas militarmente pelas tropas do Pacto de Varsóvia; setores verticalmente integrados na RDA de Honecker na década de 1970; as grandes empresas (WOG e *Wielkie Organizacje Gospodarcze*, ver Nutti 1977) na Polónia de Gierek; o novo mecanismo económico do pós-1968 na Hungria, apelidado de “socialismo goulash”; as reformas das empresas autogeridas propostas pela *Solidarnosc* na Polónia em 1980-1981; a Perestroika e Glasnost (reestruturação e transparência), introduzidas por Gorbachev em 1985-90, até o plano russo de 500 dias proposto *in extremis* por Shatalin em 1990.

Além disso, houve inúmeras experiências: as reformas monetárias confiscatórias, reduzindo o excesso de dinheiro nas mãos da população através de taxas de conversão diversificada e progressiva entre as moedas antigas e as novas (na década de 1950 na União Soviética, em vários países europeus de Leste e na China); o uso de métodos matemáticos das matrizes de *input-output* no planeamento, combinados com as técnicas de programação linear e não linear (Ellman 1973); a introdução de preços duais ao nível dos mercados livres e administrados; a introdução do comércio grossista na afectação de matérias-primas, máquinas e produtos semiacabados; a promoção de novas empresas privadas e, em especial, cooperativas, com sublocação parcial de uma parte das actividades das empresariais estatais; incentivos materiais orientados para as receitas e lucros empresariais⁽¹³⁾; introdução de preços sombra na valorização de recursos que de outra forma seriam livres ou distribuídos abaixo do custo; controle de qualidade administrativa e a sua certificação; leilões públicos de divisas e utilização extensiva de preços internacionais.

Todas estas numerosas, repetidas e muitas vezes radicais tentativas de reforma falharam por várias razões:

- foram melhorias fragmentadas, que não atingiram uma mudança sistémica global;
- a estas resistiram os gestores e os funcionários do partido pelo seu medo de perder poder económico e controlo político; e acima de tudo
- a sua eficácia foi irremediavelmente prejudicada pelo generalizado e endémico excesso de procura e pelas situações de escassez que paralisaram o funcionamento dos elementos do mercado à medida que estes foram sendo introduzidos.

Seriam necessários recursos substanciais para restabelecer o equilíbrio no mercado, (preços de equilíbrio entre procura e oferta) para reduzir a dívida externa e para reestruturar a capacidade produtiva. Infelizmente os esforços de Gorbachev coincidiram com o registo recorde de baixos preços das exportações de petróleo e do gás soviético. O antigo sistema sofria da falta de controlo democrático, ainda mais importante numa economia planificada, onde o público de consumidores e trabalhadores não pode transmitir sinais aos dirigentes através dos preços de mercado, por exemplo, forçando a que houvesse mais consumo e menos investimento do que o planeado. Mas Gorbachev introduziu a liberalização política à frente da liberalização económica (uma sequência oposta à que foi adoptada pela China de hoje), desencadeando assim a oposição às reformas económicas e à própria integridade e unidade da União. O tempo urgia; na sua visita a Berlim, em Agosto de 1989, Gorbachev declarou que “a história pune aqueles que chegam demasiado atrasados”, ditando assim o seu mais apropriado epitáfio.

13. O PECADO ORIGINAL DO SOCIALISMO: A VIOLAÇÃO DAS LEIS ECONÓMICAS

Sem dúvida, o socialismo sofreu enormemente do pecado original cometido por Nikolai Bukharin, Rosa Luxemburgo, Rudolf Hilferding e a maior parte dos economistas bolchevistas para quem “o socialismo marcaria o fim da economia política como uma ciência” (Brus 1973). Da economia política só “restaria problemas técnicos, as leis dos balanços materiais da produção, a ciência da organização racional de forças produtivas” (ibidem).

Para Bukharine “assim que nós tenhamos uma economia social organizada, todos os “problemas” básicos da economia política desaparecem: o problema do valor, do preço, do lucro e outras coisas do mesmo género. Aqui, as relações entre as pessoas não são expressas em “relações entre as coisas”, e a economia social é regulada não pelas forças cegas do mercado

13 De acordo com Domar (1974) esta fórmula, introduzida com as reformas de Kossiguine de 1965, através de sucessivas tentativas e erros foi capaz de pressionar as empresas para equalizarem o custo marginal e preço como se estivessem a funcionar em condições de concorrência perfeita.

e da concorrência, mas conscientemente por um... plano. Consequentemente aqui podemos ter, por um lado, uma certa descrição do sistema e por outro lado, podemos dispor de um sistema de normas. Mas não pode haver lugar para uma ciência que estude “as leis cegas do mercado”, uma vez que não haverá mercado. Assim, o fim da sociedade capitalista será o fim da economia política “(Bukharin 1920, citado por Cohen 1980, p. 93).

Rosa Luxemburgo escreve: “se a economia política é uma ciência que lida com as leis específicas do modo de produção capitalista, então as razões para a sua existência e a sua função estão confinadas ao período de vida deste, e a economia política perderá a sua base, logo que o modo de produção capitalista tenha deixado de existir “(Luxemburgo 1925, em Waters 1970 p. 244). “Consequentemente, o fim da economia política como uma ciência representa uma tarefa histórica mundial “ (ibidem, p. 248).

Também Rudolf Hilferding expressou vigorosamente a ideia de que “o controle centralizado da economia à escala nacional e, eventualmente, a uma escala internacional permitiria a regulação social consciente de produção e distribuição e criaria as condições objetivas para uma economia planeada que deixa de estar sujeita à regulamentação pela lei do valor “(Mattick, 1983; Veja também Howard e King 2003).

Além disso, Hilferding parece ter acreditado que as leis económicas podem já ser suspensas na luta política pelo socialismo. Segundo Breit e Lange (1934) “inventou uma teoria dos chamados salários políticos, argumentando que, utilizando a sua força política no Estado democrático, o movimento da classe operária impõe ao capitalismo salários mais elevados do que aqueles que seriam os resultantes das leis capitalistas da oferta e da procura. Acontece que isso não leva em conta a natureza da propriedade capitalista. Não é possível impor numa economia capitalista uma distribuição de rendimento que seja diferente da que é determinada pelo funcionamento automático das leis que regem a economia capitalista, as leis da oferta e da procura, da concorrência. “

Magdoff (1985) pergunta se existem leis económicas do socialismo, e sublinha que a ideia de que as leis económicas objetivas não estão presentes numa economia socialista foi, de facto, a doutrina ortodoxa na União Soviética até ao início dos anos de 1950, quando foi Estaline (1951), ele próprio, a sustentar que o planeamento deve respeitar as leis económicas. No entanto, as “leis” de Estaline não eram nada senão *slogans* e desejos piedosos, como se mostrou acima, pelo que até mesmo um comunista ortodoxo, como Magdoff,

tem evidentes reservas. No entanto, Estaline reconhece que a chamada lei do valor, também conhecido como o mercado, continua a manter-se no socialismo, na medida em que as mercadorias enquanto mercadorias continuam a existir: isto, fortemente disfarçado, é a verdadeira e tardia inovação do texto de Estaline, no entanto contrariado e anulado pela inflação endémica e permanentemente reprimida que bloqueou todas as reformas orientadas para o mercado que foram tentadas depois da sua morte e que, portanto, terá levado eventualmente o modelo socialista à Queda.

A ilusão do fim da economia política na economia socialista, o pecado original do socialismo, é o fundamento do decisionismo e voluntarismo típico da gestão económica (ou melhor, da gestão não-económica) na União Soviética e nos países que mais tarde adotaram o seu sistema e, por fim, os levaram à sua queda. É a fundação da já mencionada vitória da escola teleológica de planeamento como um ato de guerra, do *slogan* favorito de Estaline, “não há fortaleza que um bolchevista não possa conquistar”, da aritmética do planeador $2 + 2 = 5$ (o primeiro plano quinquenal foi realizado em quatro anos, sem considerar o custo). É ainda na década de 1970 na Polónia do socialista Gierk este gabava-se de que “*Polak Wszystko Potrafi*” (um polaco triunfa sempre em tudo).

Visar objetivos super ambiciosos, até mesmo impossíveis, pode ocasionalmente levar a alcançar melhores resultados do que seriam obtidos de outra forma, mas desafiar as leis da física é, em geral, uma estratégia fortemente perdedora: a apontar para a lua é mais provável que se possam perder objetivos desejáveis que teriam ficado ao nosso alcance se se tem apontado diretamente para eles.

Aqui, também, está a fundação do sistema de prioridades do investimento sobre o consumo, da indústria sobre a agricultura, do investimento na indústria pesada sobre o investimento na indústria ligeira, de modo a produzir aço para produzir mais aço e cada vez mais aço, independentemente das necessidades da população. A prioridade é atribuída a muitos objetivos em conflito uns com os outros, e como resultado nenhum objetivo obtém uma “prioridade” efetiva (Dobb 1966 observa que em dado momento no fim do comunismo de guerra a prioridade do comunismo foi estendida para a produção de aparos para canetas).

As *prioridades* no plural são um paradoxo pernicioso: as prioridades significam que os custos reais ou de oportunidade de objetivos alternativos são ignorados ou negligenciados: um sistema não económico é construído, ignorando um qualquer compromisso entre objetivos alternativos na decisão económica.

Na sua forma mais espetacular e mais perniciosa, a violação das leis económicas no sistema socialista consiste em adoptar o objectivo de manter preços baixos e estáveis, o que é impossível enquanto as mercadorias estão disponíveis em quantidades inferiores às necessárias para validar tais preços, dada a liquidez das famílias e das empresas e dada também a sua procura a esses preços. Daí a inevitabilidade da escassez, das filas de espera, das listas de espera, dos mercados negros e de várias cores – que dificultaram a introdução de elementos de mercado nos numerosos projectos de reforma do bloco socialista. Quando os objetivos dos preços estáveis e inamovíveis chocavam contra a força irresistível da inflação, o sistema era esmagado. Quando a realidade não poderia ser forçada a conformar-se com esse choque, eram então forçadas mudanças: assim, falsos milagres genéticos foram proclamados; falsas realizações do plano foram anunciadas⁽¹⁴⁾.

14. A QUEDA: SÚBITA, RÁPIDA E CONTAGIOSA

A queda do muro de Berlim (9/11/1989) é geralmente tomada como o emblema e a data do colapso do sistema político e económico de estilo soviético.

Na verdade, o início do fim pode ser datado de 6 de fevereiro de 1989, quando a Mesa Redonda de representantes do Governo polaco e da oposição Solidariedade se reuniram em Varsóvia. No início de abril de 1989, esta Comissão conjunta concordou em realizar as primeiras eleições livres disputadas livremente em todo o bloco oriental europeu desde o final da última guerra. Em 4 de junho, os parceiros de coligação do governo – o Partido Comunista e o Partido dos Camponeses – sofreram uma derrota retumbante, obtendo necessariamente os 60% dos assentos parlamentares, que lhes estavam reservados na Câmara Baixa, mas não um único lugar dos postos a votos naquela Câmara nem no Senado onde não tinham lugares reservados.

Em setembro de 1989 Tadeusz Mazowiecki tinha estabelecido o primeiro governo não-comunista na Europa Oriental do pós-guerra, iniciando um processo de transição radical para uma economia de mercado, com propriedade privada e empresas privadas, abertas ao comércio internacional e ao investimento estrangeiro.

No prazo de três a quatro meses um efeito dominó fez com que outros regimes de tipo soviético na Europa de Leste caíssem, sem derramamento de sangue exceto por um breve episódio na Roménia. Caíram “como maçãs podres de uma árvore,” como observou na época Marie Lavigne.

A reunificação alemã (de facto, em 9 de novembro de 1989, *de jure*, em 3 de outubro de 1990), foi acompanhada por outros eventos de desintegração e reintegração: no intervalo de dois anos, o Pacto de Varsóvia desintegrou-se; depois do golpe fracassado de agosto de 1991, a URSS desintegrou-se em dezembro de 1991. A Jugoslávia desintegrou-se em 1991 desencadeando um conflito e em 1994 as repúblicas Checa e Eslovaca acordaram numa divisão pacífica. Os países do Leste Europeu foram reintegrados na economia mundial e especialmente na Europa, tornando-se membros da UE em várias vagas (2004, 2007 e 2013). A NATO foi alargada a leste, violando os compromissos assumidos por Bush com Gorbachev no momento da reunificação alemã. Em 1991, o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento foi fundado para facilitar a transição e opera hoje em mais de 30 países, incluindo muitos para além do seu objetivo original, como a Mongólia, países do Sul e do Mediterrâneo Oriental, mais a margem ocidental do Jordão e Gaza; das economias de transição originais apenas a República Checa é reconhecida como tendo concluído suficientemente a sua transição para deixar de ser elegível para os empréstimos do BERD.

O processo de transição foi inesperado, rápido e acelerado. Um *cartoon* do *Internacional Herald Tribune* mostrou um homem a assistir ao telejornal na TV, que exclamou: “*Gosh!* Devo ter pressionado na tecla de avanço rápido!”

Ninguém tinha previsto a velocidade, a profundidade e a amplitude destes processos, muito menos o seu possível calendário. Hipóteses e previsões foram consideradas “profecias acidentais” (Laqueur 1996), sem fundamento científico, baseadas em premissas erradas. Amalrik (1969) previu a dissolução da URSS para 1984, a lembrar Orwell, como resultado de conflitos sociais e étnicos e de uma guerra com a China. Todd (1976) baseou a sua previsão sobre as tendências demográficas soviéticas adversas como o aumento da mortalidade infantil. Carrère d’Encausse (1978) anunciou o fim da URSS numa data não especificada como resultado da alta taxa de natalidade nas repúblicas islâmicas da Ásia Central. Shtromas (1981) tinha previsto a liberalização política “avançando a causa da liberdade individual e nacional à escala global” e observou a natureza anticomunista e anti-soviética do nacionalismo russo, bem como a fragilidade do sistema soviético, mas não pôde prever o colapso económico soviético e confiou no exército para desempenhar um papel

14 Na villa onde Ceausescu estava abrigado em Janeiro de 1990, antes da sua prisão, há um ginásio onde este praticava ginástica; durante uma visita a este ginásio, após a sua queda, um guia mostrou aos visitantes os pesos reais dos alteres que Ceausescu costumava levantar, significativamente mais leves do que a indicação impressa sobre os mesmos pesos. Se os seus cortesãos reduziram o peso efetivo desses pesos para que este se sentisse mais feliz, podemos imaginar o que eles poderão ter feito com as estatísticas.”

importante na mudança política soviética; também não deu nenhum intervalo de tempo provável (Ellman 2002b dá uma avaliação mais positiva das teses de Shtromas). Levin (1993) pretende ter previsto em 1977 o colapso soviético para 14 de Julho de 1989, espantosamente com um intervalo de algumas semanas; Mas simplesmente tinha acrescentado precisamente dois séculos ao dia em que a Bastilha foi tomada na Revolução francesa, formulando assim uma profecia totalmente acidental.

Em junho de 1981, num seminário do Birmingham Center for Russian and Eastern Studies, perspetivei uma grave crise económica na Europa Oriental, mas fui severamente criticado por colegas que me acusaram de generalizar indevidamente a todo o bloco o que era essencialmente uma questão polaca. A uma pergunta sobre como é que a crise se iria manifestar na União Soviética, especificamente citei a sua desintegração. Mas na verdade eu estava tão inseguro da minha conjectura que não apresentei essa palestra para a publicação até mais de três anos depois. (Nutti 1984).

A única premonição profética, mas improvável, do que realmente aconteceu em 1989 foi publicada por um semanário italiano satírico, *Il Male (Evil)*, em duas edições em 1980 (Vincino 2007):

- *uma paródia do Pravda, com notícias proféticas da desintegração Soviética (“não há mais União, não há mais Soviética, não há mais socialista, apenas repúblicas”), a queda do regime comunista e a restauração do capitalismo, com as liberdades políticas e religiosas, com o retorno das velhas famílias aristocráticas e reais, com a restituição de activos nacionalizados aos seus legítimos proprietários, incluindo a igreja, as privatizações;*
- *uma paródia de Bild, que realmente antecipou a então improvável re-unificação alemã.*

Apenas a fértil imaginação dos humoristas era capaz não tanto de prognosticar mas sim de imaginar o que realmente aconteceu em 1989.

15. A TRANSIÇÃO E O SEU FIASCO

Não há dúvida de que a transição pós-socialista trouxe a expansão das liberdades políticas e a redução das tensões internacionais. No entanto, ninguém tinha previsto que isso significou também - nas palavras de Ellman (2002b) - “mergulhar dezenas de milhões de pessoas num mundo de conflitos militares, de desigualdade, insegurança, pobreza, desemprego, crime, doença, deterioração dos serviços públicos e abandono forçado das suas casas. Que “o progresso

da causa da liberdade individual e nacional à escala global” [prevista por Shtromas 1981] custaria o que foi pago pelas vítimas do conflito armado entre a Arménia e o Azerbaijão, dos conflitos na Moldávia, Geórgia, Tadjiquistão, Chechénia, e ex-Jugoslávia, pelas vítimas russas e ucranianas da difteria, tuberculose, sífilis e alcoolismo que se tinham disseminado nestes países; e pelos pobres na Rússia, Ucrânia, Cazaquistão, Bielorrússia, Lituânia, Roménia e Bulgária... Nem os assuntos internacionais se tornaram mais harmoniosos. O colapso da URSS e o fim da guerra fria não eliminaram todos os conflitos internacionais existentes e criaram até alguns novos “(Ellman, 2002b).

Poderíamos acrescentar que os dividendos de paz tão amplamente esperados nunca se materializaram.

Tinha-se geralmente esperado que a transição pós-socialista conduziria ao início de melhorias significativas no nível e no crescimento do consumo e do rendimento das pessoas. Esta era uma expectativa plausível: o novo sistema iria gerar preços de equilíbrio no mercado tanto nas transações nacionais como nas internacionais, iria igualmente reavivar os incentivos para os acompanhar, graças à maximização e apropriação de lucros pelos proprietários das empresas privadas e, ao mesmo tempo, iria mobilizar e disciplinar a iniciativa empresarial.

Poucos dos responsáveis pela transição encararam a possibilidade de quedas de rendimento, mas previram no máximo uma baixa modesta e temporária de um só dígito, seguida por um crescimento acelerado que teria permitido que se alcançassem as outras economias de mercado. Em vez disso, o processo de transição foi acompanhado por uma profunda e muitas vezes prolongada “recessão de transformação” (rótulo de Kornai). Apenas Laski (1990) tinha previsto com grande precisão a recessão polaca.

A Polónia sofreu a mais curta e a menor queda de rendimento (17% do PIB de 1989 em pouco menos de três anos) recuperando o nível de rendimento de 1989 por volta de 1996 e movendo-se rapidamente em frente, enquanto a Geórgia teve a maior e mais prolongada queda (75% por volta de 1994 antes de reverter a situação, mas em 2017 ainda estava abaixo do nível de 1989) – deixando de lado os países de transição que sofreram a guerra (como a Bósnia-Herzegovina com uma perda de mais de 80% do PIB e ainda não totalmente recuperado).

Este inesperado registo estatístico provocou três reacções contrastantes entre os observadores: a descrença ao ponto da sua negação, aceitação tanto da recessão como da sua

necessidade, a crença na recessão juntamente com a rejeição da sua necessidade.

A resposta inicial foi de que a recessão da transformação era, em grande medida, uma ilusão estatística, devido a mudanças nas convenções estatísticas e no comportamento empresarial (Åslund 1991). No antigo sistema todas as empresas que tinham incentivos para exagerar os resultados da produção bruta eram obrigadas a apresentar um relatório a fim de evitar penalidades envolvidas no caso de não atingirem as metas planeadas e de poderem receber os bónus decorrentes da execução do plano e ou de ultrapassar os objetivos fixados. No novo sistema a cobertura por amostragem dos produtores era incompleta, que em todo o caso tinham um incentivo para subdeclarar os seus resultados líquidos, a fim de evitarem pagar impostos. Uma quantidade significativa de produção era de mercado negro, simplesmente não sendo declarada. E as pessoas beneficiaram de um aumento do seu excedente de consumo, por terem acesso a uma gama mais vasta de mercadorias, enquanto os aumentos de preços eram, em certa medida, justificados por melhorias de qualidade.

Todas estas considerações não podem ser negligenciadas, mas podem ser facilmente sobrevalorizadas. Já havia uma economia ilegal cinzenta/negra sob o sistema de planeamento central, mas era ilegal; na transição, a sua legalidade recentemente encontrada conduziu a que pelo menos alguma dela aparecesse à superfície, o que indevidamente impulsionou os resultados do novo sistema registando uma melhoria que na realidade não existia.

O excedente do consumidor não é e nunca foi incluído na contabilidade nacional do rendimento em qualquer lugar no mundo, e não há nenhuma razão para começar a fazê-lo na transição.

Os preços paralelos e aumentos na qualidade não foram necessariamente uma melhoria para todos. A disponibilidade e a qualidade dos serviços públicos caíram a pique. O desempenho de transição foi impulsionado em grande medida pelo crescimento de quantidades e preços no setor de serviços, anteriormente subvalorizados e subestimados, e pela real reavaliação da moeda nacional, inicialmente amplamente subavaliada. Uma fila única muito longa de trabalhadores desempregados à procura de emprego substituiu as antigas muitas filas para a compra de mercadorias. A desigualdade e a pobreza aumentaram consideravelmente.

A segunda resposta à recessão da transformação foi a de que esta era, sem dúvida, uma verdade mas que era inevitável.

A transição foi comparada a “transformar uma sopa de peixe de volta para o aquário”; na Polónia era comparada a “transformar vodka, de novo, em batatas”: tentar tais processos impossíveis tinha que sair caro.

Outros referiram-se à recessão como uma forma de “destruição criativa” de Schumpeter. Na verdade, na transição, houve destruição do antigo tipo de capacidade organizacional sem uma nova que a substituísse, enquanto qualquer inovação exige uma reorganização de processos produtivos na empresa e em todo o país. No entanto, a transição não foi acompanhada pela destruição efetiva da capacidade como em tempo de guerra, nem pela obsolescência dos produtos e dos métodos produtivos devido à concorrência feita através de novos investimentos, tendo também em conta a falta de investimentos e de concorrência. Pelo contrário, a destruição das actividades de subtração de valor deveria ter impulsionado o rendimento nacional em vez de o reduzir.

Shleifer e Treisman (On the Road without a Map, 2000) justificam a recessão que seria devida à natureza inédita da transição. É verdade que, em território desconhecido, todos nós nos podemos facilmente perder, mas todos nós sabíamos muito bem o ponto de partida, e todas as vantagens e desvantagens imagináveis do sistema de tipo soviético; sabíamos o que estava a ficar cada vez pior nesse sistema; tivémos- ao contrário de qualquer transição sistémica anterior - mapas completos e detalhados dos pontos alternativos de chegada da transição, ou seja, as várias versões de modelos disponíveis do capitalismo.

Por isso, sabíamos precisamente o que tinha de ser alterado para implementar a transição do nosso ponto de partida para o modelo- alvo. O que não sabíamos era a velocidade desejável da transição e, portanto, em caso de transição não instantânea, não sabíamos a sequenciação adequada das mudanças necessárias.

Num aspecto, contudo, a política da transição, mais do que a economia, envolveu necessariamente o disfuncionamento. O comércio internacional foi muito perturbado pela desintegração económica e monetária associada à transição. A desintegração do COMECON (*de jure* em setembro de 1991, mas de facto, no início de 1990), envolveu uma mudança nos pagamentos comerciais para moedas ditas duras e, portanto, tendo em conta a sua escassez, deu-se uma drástica redução do volume comercial no comércio bilateral equilibrado. A URSS dividida nas 15 repúblicas que a compunham (1992) levou a que existissem 15 moedas das repúblicas, emitidas primeiramente em

rublos de substituição, depois, em verdadeiras moedas nacionais (inconvertíveis), sem o mecanismo tampão de transferências inter-repúblicas e com um choque de preços relativos. Mundell (2000) atribui grande parte desta recessão sem precedentes à desintegração monetária. (um efeito semelhante, em menor escala porque não implicaria a transição para um sistema económico diferente, poderia acontecer como resultado da desintegração total ou parcial da zona euro).

Nos Estados que tinham feito a transição pós-socialista os diferentes modelos adotados como alvos, a diversidade das etapas já atingidas ou previstas na sua realização, tornaram praticamente impossível a preservação do COMECON, a URSS, a República Socialista da Checoslováquia, de sigla CSSR, e a Federação Jugoslava.

Se a recessão de transição foi ligeiramente exagerada pelas estatísticas e, em certa medida foi, deveu-se à desintegração monetária, principalmente à adopção de políticas económicas inadequadas.

Primeiro, houve a aceitação não-crítica de um modelo particular e controverso da economia de mercado capitalista, ou seja, o hiperliberalismo de Reagan-Thatcher prevalecente na época. Sob a forte influência desta ideologia, a instigação da maioria dos conselheiros estrangeiros, a condicionalidade imposta pelo FMI e pelo Banco Mundial, e a aquiescência da União Européia, o modelo mais difundido na transição foi um modelo hiper liberal que foi mais fundamentalista do que qualquer modelo capitalista moderno existente, incluindo o capitalismo americano.

O carácter hiperliberal do modelo de transição pós-socialista é confirmado pela adoção dominante das seguintes políticas: abertura unilateral imediata do comércio externo, frequentemente invertida e, portanto, comprovadamente prematura; liberalização excepcionalmente rápida dos fluxos de capitais, em contraste com a experiência de outras economias europeias após a segunda guerra mundial; uma privatização massiva e sem precedentes (uma excepção notável foi a Hungria), através da distribuição para a população de *vouchers* gratuitos ou fixados a preços simbólicos, convertíveis em activos estatais ou acções em empresas estatais-uma experiência macroscópica em engenharia social de eficácia duvidosa; a demolição do Estado, que levou a atrasos ou lacunas na regulação do mercado, especialmente nos mercados financeiros (ver a difusão desastrosa de pirâmides bancárias na Rússia, Roménia, Albânia, Sérvia, Macedónia e em outros lugares), para a protecção dos acionistas e mais genericamente para a

governança empresarial ; o desmantelamento do Estado-Providência que, nestas economias, era em grande medida da responsabilidade das empresas estatais, sem o reconstruir a nível central; uma reforma dispendiosa do sistema de pensões passando do sistema por repartição, (em que os pensionistas são financiados pelas contribuições dos empregados atuais), a um sistema por capitalização, sistema de contribuições definidas ou sistema financiado (com as pensões a serem pagas a partir das receitas acumuladas geradas pelas contribuições passadas)¹⁵; uma taxa baixa e uniforme de tributação directa (*flat tax* em inglês), por conseguinte apenas ligeiramente progressiva, em famílias e empresas, principalmente sem tributação das mais-valias, mas com elevada tributação indirecta; “deserção estatal” de empresas públicas e, mais geralmente, a não criação de instituições reguladoras dos mercados; sindicatos fracos e contratos de nível empresarial prevalecendo sobre a negociação coletiva; controlos directos sobre os salários, frequentemente sujeitos a tributação punitiva (o chamado *papiwek* na Polónia) em caso de aumentos superiores aos modestos limites pré-estabelecidos; ausência de instituições de consulta e concertação entre os parceiros sociais e o governo; um banco central não apenas excepcionalmente independente, mas também não sujeito ao controle político e sem qualquer coordenação com a política orçamental, com as políticas restritivas de contenção da inflação e de altas taxas de juros, positivas em termos reais, apesar da valorização da moeda nacional inicialmente subvalorizada (uma política desnecessariamente dispendiosa em termos quer da sobrevalorização da taxa de câmbio quer da esterilização dos aumentos de reservas daí resultantes); em geral, um peso dominante dos mercados em relação às instituições (Nutti 2013).

A segunda categoria de políticas inadequadas que contribuíram para a recessão de transição é a adoção das políticas do consenso de Washington, aplicadas com algum êxito na América Latina na década de 1980 (liberalização dos preços e do comércio internacional, privatizações de

15 Em teoria, o sistema de pensões por capitalização é autofinanciado, embora na prática ainda exija uma contribuição estatal em caso de crise financeira que faz baixar o valor dos ativos das pensões. No entanto, mesmo que este fosse preferível a um sistema por repartição, a transição deste último sistema para um sistema de capitalização tem um custo enorme, uma vez que a mudança faz aparecer nas contas públicas a dívida futura para com os atuais reformados, dívida esta que deixará completamente de ser financiada a partir das contribuições dos atuais trabalhadores que passam, a partir da mudança de sistema, a financiar as suas próprias futuras pensões. Em vez disso, a manutenção do sistema de pensões por repartição, por seu lado, preservaria o carácter puramente virtual dessa dívida, e o regresso de um sistema de pensões por capitalização para um sistema de pensões por repartição restabeleceria o espaço orçamental perdido aquando da reforma anterior. Recentemente, a Polónia e a Hungria restabeleceram o sistema antigo obtendo uma maior flexibilidade orçamental como resultado. Veja também Montes e Riesco (2018).

empresas estatais e de outros bens públicos) para reduzir a hiperinflação, promover o comércio e disciplinar a gestão das empresas estatais. Estas políticas foram inadequadas para as economias de transição, em que a inflação foi reprimida, as empresas estatais careceram da experiência e de incentivos para operar em mercados internacionais e as privatizações ocorreram sem uma regulamentação prévia da governança empresarial e dos mercados financeiros, e só ocorreram depois de se ter pulverizado com a hiperinflação de transição as poupanças líquidas da população.

A terceira forma de políticas inadequadas para as economias de transição é o recurso sucessivo à excessiva dependência dos benefícios da chamada terapia de choque em relação ao gradualismo (Kolodko 2000). Na verdade, existem medidas que podem e devem ser introduzidas instantaneamente e simultaneamente, tais como: aumentar os preços para os níveis de equilíbrio de mercado; legalizar a propriedade privada e as empresas; permitir que todos os sujeitos económicos- indivíduos e empresas- tenham livre acesso ao comércio internacional; eliminar as restrições quantitativas às importações e exportações; unificar as taxas de câmbio; estabelecer a convertibilidade para as transações na balança corrente (não imediatamente para as transações da balança de capitais) pelos residentes.

Todas essas mudanças podem e devem ser feitas por decreto, literalmente de um dia para o outro, de uma só vez. Retardá-las é contraproducente. No outro extremo há as medidas que precisam de tempo para a sua realização e consequentemente deve-lhes ser dado todo o tempo que razoavelmente seja necessário. Tais medidas incluem: (i) elaboração e introdução de legislação; (ii) estabelecer um sistema jurídico devidamente funcional separado da política; (iii) acabar com os monopólios e estabelecer a concorrência; (iv) reestruturação da capacidade produtiva; (v) criar mercados financeiros; e (vi) estabelecer relações de reputação e confiança entre as autoridades governamentais e o setor privado. Não faz sentido, na verdade é mesmo contraproducente, fingir que estas mudanças podem ser aceleradas, muito menos que podem ser instantâneas.

Os casos em que há uma possível escolha entre a terapia de choque e o gradualismo podem literalmente ser contados pelos dedos de uma mão, a saber: liberalização do comércio; a eliminação dos subsídios; privatização; convertibilidade na balança corrente; e, especialmente, a desinflação. Considero esta uma lista exaustiva de áreas políticas onde não há superioridade absoluta de qualquer gradualismo ou da terapia de choque. Os seus méritos relativos dependem dos custos e benefícios respectivos, isto é, dos *trade-offs* que a economia

oferece entre objetivos do governo e as preferências atuais do governo entre aqueles objetivos.

O sucesso relativo da recuperação precoce e o crescimento rápido na Polónia, apesar da retórica da sua terapia de choque ser celebrado, é devido na verdade ao ritmo lento da sua desinflação, que levou mais de uma década para chegar a uma taxa de inflação de um dígito, a uma política orçamental que não negligencia o investimento público, à lentidão acidental das suas privatizações em massa (devido ao método indirecto e complicado eventualmente seleccionado após longos e acalorados debates) e à adopção de uma política industrial (inicialmente rejeitada pelo anterior governo, dizendo que “a melhor política industrial é não haver nenhuma política industrial”; veja-se Kolodko-Nuti 1997).

16. A SOCIAL-DEMOCRACIA E O MODELO SOCIAL EUROPEU

O rótulo da social-democracia aplica-se a uma economia totalmente capitalista com uma política económica ativa do governo, um significativo peso do setor público, embora não necessariamente dominante, com as políticas de preços e de investimento das empresas estatais a serem utilizadas para promover os objetivos governamentais, com a política monetária e orçamental a ser utilizada para aumentar o investimento e o emprego, a utilização de controlos directos se necessário, a responsabilidade do Estado-Providência pela saúde, a educação, as pensões e a disponibilidade de habitação a preços acessíveis, com medidas de redistribuição de rendimento, a fim de reduzir a pobreza e a desigualdade. Estas medidas são baseadas num imperativo político e moral - embora políticas e realizações similares devam ser creditadas política e moralmente também aos governos conservadores ou liberais, de Bismarck a MacMillan, a fim de assegurar a paz social num sistema capitalista com conflitos.

A social-democracia também sofreu, ainda que em menor escala do que o socialismo, da pretensão de que as leis económicas poderiam ser consideradas suspensas ou ignoradas. Isso é verdade tanto para a extrema-esquerda - por exemplo, com Potere Operaio na Itália, recomendando aos trabalhadores a estratégia de *“recusa do trabalho”*, como se todos pudessem desfrutar da condição de *rentiers*, ou com o slogan de Maio de 1968 em Paris “sejam realistas, peçam o Impossível” - como é verdade para a social-democracia. Por exemplo, na conferência do Partido Trabalhista em Blackpool em 1949, Aneurin Bevan declarou que “a linguagem das prioridades é a religião do socialismo”, confirmando o pensamento confuso e o abandono de uma correta valorização económica de estratégias alternativas por parte dos líderes sociais-democratas.

Durante muito tempo, até que o *New Labour* chegou ao poder no Reino Unido, (1997) raramente os sociais-democratas se perguntaram se pode haver limites de viabilidade para o Estado-Providência ou consideraram a possibilidade e a implicação de comportamentos oportunistas (o chamado risco moral). Ou se uma economia capitalista pode prosperar e crescer sem margens de lucro suficientes para financiar e incentivar o investimento. Ou se uma economia aberta ao comércio internacional e ao investimento se deve ou não preocupar com a sua própria competitividade internacional. Se pode ou não haver limites - embora flexíveis, mas precisamente por causa da sua flexibilidade também perigosamente incertos- para a despesa pública, se financiada através da inflação ou pelo aumento da dívida pública. Se as empresas públicas devem ter ou não ter um papel na promoção do crescimento não só em setores estratégicos como a energia ou o aço ou no desenvolvimento de novas tecnologias, mas também em setores como o de bens alimentares ou têxteis.

Os sindicatos, que são uma força motriz da social-democracia, estão em manifesto conflito de interesses com o resto da população, já que representam apenas uma parte (continuamente a diminuir) de trabalhadores dependentes, principalmente homens. Quando as greves interrompem a produção de bens que continuam disponíveis ao público graças aos stocks existentes, os grevistas infligem um prejuízo aos seus empregadores, aumentando assim a sua probabilidade de vitória num conflito; Mas quando as greves dizem respeito aos serviços essenciais (transportes, comércio, saúde, educação), a maior parte dos danos são infligidos aos utentes dos serviços (viajantes, compradores, doentes, estudantes) e, portanto, as greves são contraproducentes, alienam o público e, necessariamente, devem ser limitadas e reguladas.

É verdade que, por vezes, os sindicatos reconheceram que existem limites para a compatibilidade das reivindicações salariais com a luta contra a inflação e a promoção do emprego e do crescimento: por exemplo, muitos sindicatos italianos reconheceram que o salário não é uma «variável independente» da economia capitalista, mas está sujeita a ser coerente com outros objetivos. Mais frequentemente, contudo, os sindicatos estabelecem objetivos impossíveis, como a preservação dos postos de trabalho em empresas que enfrentam a bancarrota ou em situações da crise, embora devessem ter consciência das implicações económicas das suas posições negociais.

Apesar de todas estas limitações, o modelo social-democrata foi concretizado em grande escala e teve um

êxito considerável em vários países da Europa Ocidental, numa forma que foi designada como modelo social europeu (MSE). O Tratado de Roma (1957) não contemplava a evolução social; sucessivamente, a coordenação dos sistemas de segurança social dos países membros foi negligenciada ou bloqueada pela oposição do Reino Unido, incluindo o bloqueio do Espaço Social Europeu desejado por Jacques Delors. Apenas em 1989 foi aprovada a Carta que garantiu os direitos sociais mínimos estabelecidos, sob a forma de uma declaração política não vinculativa (Vaughan-Whitehead 2003).

Um documento do Conselho Europeu de Nice (2000) afirma que “o modelo social europeu, caracterizado, nomeadamente, por sistemas que oferecem um elevado grau de protecção social, pela importância do diálogo social e pelos serviços de interesse geral que abrangem as actividades essenciais para a coesão social é hoje baseado, para além da diversidade dos sistemas sociais dos Estados-Membros, num núcleo comum de valores” (parágrafo 11, p. 4; ver Giannetti-Nuti 2007). Esta caracterização foi sublinhada na Cimeira de Barcelona de 2002 e em muitas outras ocasiões, por exemplo no Parlamento Europeu (2006).

Uma caracterização lúcida do Modelo Social Europeu, o modelo europeu do diálogo social, e do modelo americano é apresentada por Freeman (2005). Em alguns aspectos, as duas economias são como “duas ervilhas na mesma vagem”: sistemas capitalistas avançados, respeitando o estado de direito, protegendo a propriedade privada, garantindo a liberdade de associação, com vários graus de segurança social e sistemas de bem-estar, combinando “regulamentos institucionais e mercados para determinar os desenvolvimentos económicos. A diferença está nos pesos que se coloca nas instituições ou nos mercados, não nas diferenças qualitativas que dividem o capitalismo do planeamento estatal comunista” (Freeman 2005, p. 3).

Para Freeman (2005) a economia dos EUA, na sua forma idealizada, conforma-se com a teoria neoclássica dos mercados “onde a mão invisível de saída e entrada dos mercados determina os resultados” (p. 3). A sindicalização dos trabalhadores tem diminuído para um nível muito baixo e os salários e o emprego tornaram-se na sua maior parte determinados pelo mercado. A política de emprego e a política salarial das empresas não têm de ser negociadas com os trabalhadores, que podem aceitá-las ou recusá-las. Os mercados de produtos são pouco regulamentados e as empresas podem entrar e sair facilmente de cada mercado. O emprego é a principal forma de protecção social, incluindo o acesso aos cuidados de saúde. A atividade universitária

e o financiamento são orientados para as exigências das comunidades empresariais.

O sistema da UE, em vez disso, “depende mais da “voz” das instituições não mercantis para determinar os seus resultados, particularmente no mercado de trabalho” (ibidem; a referência a ‘Voz’ é retirada de Hirschman 1970). A UE exige o diálogo entre parceiros sociais ao nível da empresa, através dos conselhos de trabalhadores (CE 94/45/CE), ao nível sectorial e interprofissional, através de Comitês Sectoriais e de Diálogo Social, a nível global, através da Comissão Permanente sobre o Emprego e de Comitês Consultivos (por exemplo, a Segurança Social); há também Comitês de Saúde e Segurança no Trabalho. Os salários são determinados pela negociação coletiva através de acordos entre federações de empregados e empregadores e aplicam-se também a empresas que não são parte do acordo. A entrada e o encerramento das empresas e os despedimentos dos trabalhadores enfrentam grandes obstáculos administrativos na maioria dos países da UE. O financiamento do Estado-Providência exige impostos mais elevados. O ensino superior é financiado e gerido pelo governo, com menor preocupação e apoio por parte dos círculos empresariais. Judt (2005) sustenta que o modelo social europeu é “o que une os europeus”: “Estamos tão empenhados em lembrar tudo o que os Estados fazem mal, que temos esquecido o que eles fazem bem... O modelo anglo-americano com o seu culto das privatizações não é apenas eticamente disfuncional, mas rapidamente será reconhecido como economicamente disfuncional”.

Um grande problema na comparação dos sistemas é até que ponto as diferenças de desempenho podem ser atribuídas a diferenças institucionais (Freeman 2005). No entanto, Freeman salienta que os resultados dos EUA superavam os da UE na década de 1990 até meados da década de 2000, mas alguns dos países mais pequenos da UE com diálogo social, como a Irlanda, a Áustria, os Países Baixos e a Dinamarca, tiveram um desempenho exemplar no mesmo período, enquanto a UE superou os EUA da década de 1950 até à década de 1990. Eichengreen (2006) salienta também que o desempenho relativo da UE e dos EUA depende estritamente dos períodos selecionados. “Desde a viragem do século, a zona euro criou mais empregos do que os Estados Unidos” (The Economist, 27 de janeiro de 2007; a posição foi invertida nos anos subsequentes, principalmente por causa de diferentes políticas adotadas para lidar com a grande recessão e por causa da crise do euro). A desigualdade de rendimentos é mais baixa na UE do que nos EUA, também, e com melhores cuidados universais de saúde e a um custo mais baixo na UE do que nos EUA.

O Modelo Social Europeu foi sujeito, contudo, a críticas particularmente fortes. Goodin (2003), por exemplo, afirma que todas as economias de mercado quando são economias coordenadas “estão naturalmente condenadas à extinção”, porque a coordenação não mercantil leva muito tempo a construir e pode ser muito rapidamente interrompida; o sistema é vulnerável e instável. “As economias do mercado liberal em última instância [vão] prevalecer”. Shackleton (2006) considera o modelo “não tanto como uma categoria descritiva, mais como um desejo” (p. 46), uma crítica justificada pelo facto das características do modelo nunca terem feito parte do acervo comunitário, ou seja, das obrigações estatutárias dos Estados-Membros. No entanto, ao mesmo tempo, Shackleton considera o modelo social europeu responsável pelo crescimento mais lento da UE, pela criação mais lenta de emprego e pelo desemprego mais elevado (olhando somente para 2003-2005), o que atribui principalmente às rigidezes do mercado do trabalho e da produção, aos níveis mais elevados de despesas públicas, ao alto nível de tributação e ao forte envolvimento dos parceiros sociais; o modelo “está em crise” e não tem futuro.

Na realidade, o Modelo Social Europeu passou a desvanecer-se e praticamente desapareceu como uma tendência geral devido a outras razões: a sua natureza facultativa, não estatutária já referida, a diluição do modelo através do alargamento da União aos países hiper-liberais da transição pós-socialista de 2004 em diante; a redução do poder contratual dos trabalhadores em consequência da globalização, que elevou a concorrência global do trabalho através de migrações, da deslocalização da produção e sobretudo através do comércio exterior; a difusão progressiva do hiperliberalismo e da austeridade na UE; e a grande recessão que começou em 2007 e que ainda se está a verificar.

De tempos a tempos, as instituições europeias reafirmam, de forma intermitente, princípios vagos que correspondem à concepção original de um Modelo Social Europeu. Por exemplo, em 17 Novembro 2017 o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu e a Comissão Europeia proclamaram um pilar europeu dos direitos sociais em Gotemburgo. A ideia de base desta iniciativa foi a de que a estabilidade da zona euro exigia uma capacidade efectiva de estabilização em qualquer dos Estados que lhe pertenciam: para começar, subsídios de desemprego generosos, o fim da segmentação do mercado de trabalho (entre o emprego precário a termo fixo e o emprego de duração indeterminada), a activação dos desempregados; o re-seguro dos sistemas de seguro nacionais contra o desemprego. Ao mesmo tempo, foi reconhecida a presença de uma externalidade: um país que se segura contra o desemprego beneficiaria também os países vizinhos.

Oficialmente, o extremamente ambicioso pilar de 2017 deve “conceder novos e mais eficazes direitos aos cidadãos”; O Presidente da Comissão Europeia Juncker solicitou a sua aprovação “para evitar a fragmentação social e o *dumping social*”. No entanto, não existe uma concepção coerente para uma União Social Europeia, nenhum projecto de legislação europeia obrigatória; assim, todos estes belos princípios permanecem como sendo da responsabilidade individual e voluntária dos Estados-Membros.

17. A SOCIAL-DEMOCRACIA PERVERTIDA: GLOBALISTA, AUSTERITÁRIA, DESIGUAL

No final dos anos 1990, a queda do muro de Berlim e a vitória, aparentemente definitiva na época, do hiperliberalismo, provocaram uma conversão tardia e exagerada da social-democracia ao hiperliberalismo.

Isto aconteceu primeiramente nos países da transição, quer pela parte dos governos de direita como de esquerda, (como já anteriormente vimos), depois na Europa Ocidental sob a liderança do *New Labour* de Tony Blair e da sua Terceira Via, reproduzida depois sob a liderança de Gerhard Schroeder com a *Neue Mitte* na Alemanha. Até ao final de 1998, 13 dos 15 membros da UE (com excepção da Irlanda e Espanha), tinham governos de coligação socialdemocrata ou de esquerda; Os sociais-democratas também mantiveram uma posição dominante no Parlamento Europeu que perderam rapidamente em 1999. Uma estratégia semelhante pode ser encontrada nas políticas seguidas pelo presidente Bill Clinton nos Estados Unidos (Meeropol 2000).

Blair e Schroeder (1999) reafirmam o seu empenho em defender os valores socialistas tradicionais: “equidade e justiça social; liberdade e igualdade de oportunidades; solidariedade e responsabilidade para com os outros: estes valores são eternos. A social-democracia nunca irá sacrificá-los”.

Contudo, este projeto social-democrata diferiu drasticamente da social-democracia tradicional em três principais aspectos.

1. a aceitação da primazia e da conveniência dos mercados internos e internacionais, reconhecendo plenamente a sua natureza global no mundo moderno. “O mercado é parte da organização social que desejamos, não é apenas um meio necessário que reconhecemos contra vontade que necessitamos e que precisamos de controlar” (Karlsson 1999). Assim, os sociais-democratas permaneceram alheios às implicações de distribuição adversa, a nível nacional e global, das afetações de mercado. Em 1998 Peter Mandelson

– secretário dos Negócios, Empreendimentos e Reforma Regulatória do governo trabalhista e Comissário Europeu para o comércio – declarou: “Estamos intensamente descansados quanto às pessoas que se tornam podres de ricas – desde que paguem os seus impostos”, embora em 2012 tenha admitido que não teria repetido tais afirmações “espontâneas e impensadas”, porque a “globalização não gerou o aumento de rendimentos para todos” (*Guardian* 26/1/2012).

A crença de que a globalização beneficia toda a gente, uma maré que faz subir todos os barcos, cujos benefícios em qualquer caso são de tipo “*trickle down*”, isto é, são ganhos que escorreriam dos ganhadores iniciais para o resto da população, é uma crença generalizada (por exemplo, Yergin e Stanislav 1998). Na realidade, a liberalização do comércio internacional envolve, sem dúvida, benefícios líquidos, mas, ao mesmo tempo, inflige prejuízos brutos a alguns dos agentes nacionais afectados. A possibilidade de uma sobrecompensação a favor dos perdedores por parte dos ganhadores não é suficiente para declarar uma melhoria no bem-estar geral, porque a sobrecompensação real é essencial para esse fim. E, precisamente ao nível internacional, as possibilidades práticas de sobrecompensação são limitadas pela falta de órgãos de governança supranacional com funções de redistribuição. Além disso, uma tal sobrecompensação, mesmo que fosse possível, poderia envolver transferências inigualitárias de ganhadores pobres para perdedores relativamente mais ricos. Por último, as vantagens da liberalização comercial não se estenderiam necessariamente à liberalização dos movimentos de capitais financeiros e das migrações laborais, nem aos acordos que regulamentam as normas, a concorrência e as jurisdições (Rodrik 2018A).

2) a rejeição da propriedade e empresa públicas, em apoio ao empreendedorismo privado e a uma privatização decisiva e continuada dos activos estatais. “O governo faz o possível a apoiar a empresa, mas não acredita que possa substituí-la... queremos uma sociedade que celebre empreendedores bem sucedidos como o faz com os artistas e os jogadores de futebol e aprecia a criatividade em todas as esferas da vida” (Blair e Schroeder, 1999). As privatizações envolveram a abdicação do papel empresarial do Estado em matéria da investigação e da inovação (Mazzucato 2011, 2013), a negligência dos serviços públicos essenciais e a difusão de parcerias públicas privadas (PPP) que coletivizaram o risco e privatizaram os lucros, a destruição das sociedades de construção e de todo o sector das sociedades mútuas através da privatização do capital que pertencia aos seus membros e que não cabia ao governo desfazer-se desse capital. Todas estas distorções demonstraram em breve os limites e desvantagens da privatização. Finalmente, os promotores da Terceira Via insistiam que:

3) A viabilidade, no sentido da disciplina orçamental e da política monetária restritiva, rejeitando, portanto, tanto as políticas keynesianas de défices públicos financiados pela dívida como a expansão monetária inflacionista.

“Ter saudáveis finanças públicas deve ser motivo de orgulho para os social-democratas”. “... as despesas do défice não podem ser utilizadas para ultrapassar as deficiências estruturais da economia, e são um obstáculo ao crescimento mais rápido e ao emprego mais elevado. Os social-democratas, além disso, não devem tolerar níveis excessivos de dívida pública, o que impõe um encargo excessivo para as gerações futuras e poderia ter outros efeitos distributivos indesejáveis. Todo o dinheiro gasto para o serviço de uma elevada dívida pública não está disponível para outras prioridades [sic] entre os quais um aumento no investimento em educação, formação ou infra-estruturas de transporte”. (Blair e Schroeder 1999).

Estas propostas surpreendentes afastam pois intervenções contra-cíclicas, independentemente da fase do ciclo de negócios, tomam como um dado efeitos intergeracionais que são inexistentes ou exageradas ou no mínimo questionáveis, e confundem objetivos com “prioridades” e presumem que os objetivos mais importantes devem necessariamente ser sacrificados à disciplina fiscal e monetária.

Uma tal política orçamental restritiva encontrou inicialmente um forte apoio em duas vertentes da teoria económica que apareceram nos anos 1990 e 2000, a presumida “consolidação orçamental expansionista” (por exemplo Giavazzi e Pagano 1990, 1996) e a ideia de uma alegada existência de uma dívida pública limiar de 90% do PIB anual, para além do qual a dívida exerceria um impacto negativo sobre o crescimento do PIB (Reinhart e Rogoff, 2010).

A consolidação orçamental – a redução do défice público através de cortes na despesa pública e/ou de impostos mais altos – promoveria o crescimento através da expansão do setor privado pela via da redução das despesas do setor privado, pela expectativa de impostos futuros mais baixos (devido à equivalência ricardiana de empréstimos e impostos no financiamento da despesa pública), pela melhoria na confiança, pela baixa da taxa de juro, pela promoção líquida de exportações através de uma moeda mais fraca. Salvo que, por volta de 2012, os investigadores do FMI reviram as estimativas dos multiplicadores orçamentais, tendo-se geralmente assumido estarem em torno de 0,5 nos países da OCDE para os últimos vinte anos, para valores agora situados na faixa de 0,9-1,7, devido à recessão, às rigidezes da

taxa de câmbio, especialmente na zona euro, e à consolidação orçamental praticada em simultâneo, o que ocorreu num grande número de países (FMI 2012, Blanchard e Leigh 2013).

Isto significou que o custo da consolidação orçamental foi grosseiramente subestimado. Além disso Nuti (2013b) mostra que, se o multiplicador orçamental é maior do que o inverso do rácio dívida pública/PIB, a consolidação orçamental necessariamente aumenta, em vez de reduzir, o rácio da dívida pública/ PIB com relação ao que se teria verificado sem consolidação. Este parece ser o caso de todos ou quase todos os países avançados, assumindo que os multiplicadores nacionais sejam iguais à média revista estabelecida recentemente pelo FMI. A consolidação orçamental reduz o rácio dívida pública/PIB apenas nos países menos endividados que não necessitam de uma tal consolidação. A consolidação torna a dívida menos sustentável em vez de mais sustentável, tornando consequentemente necessária uma maior consolidação fiscal, ativando um círculo vicioso. Por último, a manutenção e o crescimento de uma diferença entre o rendimento potencial e o rendimento efectivo desencoraja o investimento e abranda o crescimento potencial e efectivo.

A noção de limiar para a dívida pública baseava-se num novo conjunto de dados de 44 países que abrangem cerca de 200 anos, incorporando “mais de 3.700 observações anuais que cobrem uma vasta gama de sistemas políticos, instituições, acordos de taxas de câmbio, e circunstâncias históricas”; Reinhart e Rogoff descobriram que “a relação entre a dívida pública e o crescimento do PIB real é fraca para rácios dívida/PIB abaixo de um limiar de 90 por cento do PIB. Acima de 90 por cento, as taxas de crescimento medianas caem em um por cento, e o crescimento médio cai consideravelmente mais.”

No entanto Herndon et al. (2013), que replicaram a análise de Reinhart e Rogoff, utilizando os dados originais, descobriram que tinham excluído seletivamente dados disponíveis para várias nações aliadas - Canadá, Nova Zelândia e Austrália- que emergiram da II Guerra Mundial com elevada dívida, mas que, no entanto, se apresentavam com um crescimento sólido. E as estatísticas sumárias foram todas ponderadas igualmente, independentemente da duração da dívida elevada e do desempenho de crescimento. Herndon et al. (2013) concluem que “... quando devidamente calculado, a taxa média de crescimento do PIB real para os países que suportam uma relação dívida pública/PIB de mais de 90 por cento é realmente de 2,2 por cento e não de 0,1 por cento, como foi publicado por Reinhart e Rogoff”. Verifica-se que “o crescimento médio do PIB relativamente ao rácio dívida pública/PIB de mais de 90 por cento não é

dramaticamente diferente do que quando as taxas de dívida/PIB são inferiores.”

Infelizmente, um descrédito final tão espantoso, cumulativo e definitivo quanto à consolidação orçamental expansionista e do limiar associado de 90% à sustentabilidade da dívida, não parece ter tido muito impacto sobre as políticas reais, sobretudo por parte da UE e, especialmente, dos países da zona euro. Nos Estados-membros do Sul da zona euro, o apoio social-democrata ou mesmo a aquiescência na criação prematura de uma moeda comum, posta à frente da unificação política, fiscal e bancária, condenou-os ao desnecessário desemprego e à estagnação e isto é simplesmente imperdoável.

Os adeptos da Terceira Via afirmam defender os valores da social-democracia, mas – para além da espectacular reversão das tradições pacifistas da social-democracia no Iraque – retiraram do governo todos os instrumentos tradicionais de política económica necessários para pôr em prática a social-democracia: a política orçamental é restringida aos orçamentos equilibrados, a política monetária é delegada num banco central que não é apenas independente do governo, mas está totalmente desligado da política orçamental; as privatizações eliminam a capacidade governamental de influenciar a distribuição e o crescimento através da política de preços e de investimento das empresas públicas; os controlos directos são substituídos por parâmetros de mercado. Na prática, os únicos instrumentos que restam à política económica do governo são as denominadas “reformas” e, em especial, as alegadas “reformas estruturais” (FMI 2015).

Uma reforma por definição deve ser uma mudança para melhor, e uma reforma estrutural deve ser uma mudança significativa incorporada para melhor, o que consequentemente teria de ser aceite por unanimidade e não ser politicamente controversa. O problema é que não existe e não pode existir um acordo total sobre a conveniência de uma reforma determinada, tendo em conta os seus efeitos redistributivos. E, em qualquer caso, qualquer efeito positivo das reformas levadas a cabo, mesmo que presentes, só terá lugar no período mais longo (cinco ou dez anos), com prováveis efeitos negativos fortes no curto período. Por outras palavras, mesmo as reformas bem-sucedidas são uma forma de investimento, cujo retorno mesmo se positivo não pode necessariamente ser suficientemente elevado para que seja totalmente desejável ou aceite.

Na verdade, as reformas, sejam elas estruturais ou não, são apenas um eufemismo ofensivo e enganador para o que

caracteriza a precariedade do emprego (Standing, 2009), a facilidade para despedir trabalhadores dependentes, mesmo sem justa causa e o contínuo e profundo desmantelamento do Estado-Providência. O FMI confirmou a ineficácia dessas medidas com o propósito de relançar a economia, mas, no entanto, os governos hiper-liberais – mesmo os sociais-democratas – adotaram tais instrumentos com um entusiasmo digno de melhores causas.

O projecto da Terceira Via trabalhista de 1996-97 propôs também a realização de uma economia dita de partes interessadas (*os stakeholders*), compreendida como portadores de interesses legítimos diferentes dos interesses dos proprietários das empresas/accionistas, na sua qualidade de empregados, gestores, clientes, fornecedores, credores e devedores, autoridades locais e comunidades, o meio ambiente. A multiplicidade de partes interessadas da empresa faz com que a resolução dos seus conflitos de interesses seja inevitavelmente uma tarefa extremamente difícil senão mesmo praticamente impossível. Não é por acaso que a proposta foi rapidamente retirada e se esfumou.

Uma solução descentralizada dos conflitos das partes interessadas pode surgir do reconhecimento voluntário por parte das empresas da sua responsabilidade social, sacrificando a maximização do lucro para a consecução da paz social e do consenso. Contudo, não há nenhuns razão pela qual os gestores das empresas que tomem esta posição devem realmente sacrificar os seus lucros a longo prazo; presumivelmente sacrificariam somente uma pequena parte dos seus lucros a curto prazo, que se converteriam numa maior paz social, sem resolver o problema fundamental dos conflitos entre accionistas e entre eles e os accionistas, que pela sua própria natureza não podem ser resolvidos (Nuti 1998).

Outro exemplo de uma política de trabalho aparentemente inovadora da Terceira Via, que acabou por ser ingénua e ineficaz, é o conceito de “pre-distribuição”, introduzido por Hacker (2011) e re-lançada por Ed Miliband (numa entrevista ao *New Statesment*, 6 Setembro 2012), enquanto líder da oposição. De acordo com esta abordagem, o Estado, em vez de reduzir as desigualdades pela redistribuição através de impostos e transferências depois de já terem ocorrido as desigualdades, deve impedi-las antes que aconteçam.

A redução da desigualdade de mercado poderia ser alcançada de várias maneiras: aumentar a produtividade dos trabalhadores mais mal pagos, formando-os e, em geral, facilitando o investimento em capital humano; melhorar as

estruturas de cuidados infantis, melhorando assim o acesso parental; redução do fosso salarial de género; facilitar o emprego de trabalhadores deficientes e idosos. Ao mesmo tempo, os salários excessivamente elevados podem ser reduzidos, juntamente com diferenças salariais injustificadas e os obstáculos à concorrência. O papel dos sindicatos na protecção dos trabalhadores de mais baixos salários e das suas condições de trabalho poderia ser fortalecido; a participação dos trabalhadores na governança da empresa pode ser introduzida. Os mercados de produtos de consumo e de capitais e, especialmente, de energia, podem tornar-se mais competitivos, promovendo o emprego. Por fim, às autoridades locais devem ser concedidas mais recursos discricionários para a construção de casas de renda baixa. Um tratamento favorável às sucessões precoces pode melhorar o acesso ao capital pela parte dos jovens.

É difícil discordar com a conveniência de todas estas medidas: toda a gente iria querer uma economia de altos níveis salariais da mesma forma que toda a gente gosta da maternidade e da torta de maçã. Mas estas medidas de pré-distribuição são complementares e não substitutivas das intervenções tradicionais de redistribuição; não há nada de milagroso nelas, uma vez que requerem igualmente recursos escassos, uma enorme capacidade administrativa e uma forte determinação política. Assim, a estratégia de pre-distribuição teve uma vida efêmera e foi imediatamente liquidada numa publicação do Partido Trabalhista como “uma fórmula sem sentido em vez de políticas reais” (Hatwal 2012).

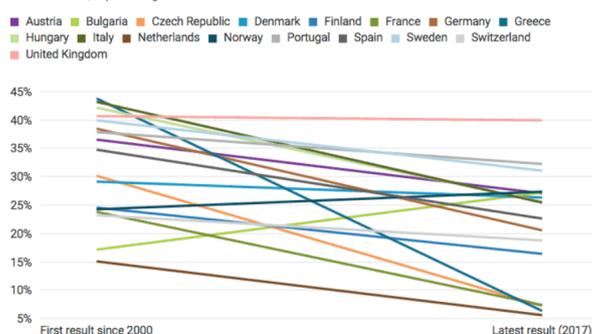
Ao mesmo tempo, os defensores da Terceira Via não se moveram de forma suficientemente rápida ou suficientemente longe na via que tinham escolhido: ainda falaram de “prioridades”, propuseram a redução da semana de trabalho para 35 horas sem reduções salariais correspondentes, queriam reduzir a idade de passagem à reforma numa sociedade envelhecida, propuseram uma taxa Tobin sobre as transações financeiras, impossível de tributar sem que a sua adopção seja universal e virtualmente impossível no ciberespaço. Ao mesmo tempo, todos foram muito longe em assumir o hiperliberalismo (ver Nuti 1999) e a incondicional globalização, incluindo a livre circulação de capitais e de trabalho num mundo sem fronteiras, desencadeando em 2007-08 a pior crise económica, financeira e política na idade moderna, cujos efeitos desastrosos ainda estamos a sofrer hoje.

Nos últimos anos, esta perversão do projecto social-democrata foi rejeitada pelos eleitorados de um grande número de países, nos Estados Unidos com a eleição de Donald Trump como Presidente, em muitos países europeus

independentemente de serem ou não membros da UE (como na Alemanha, Suécia, França, Espanha, Áustria) e nos países da Commonwealth (Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, Canadá). Nos 15 países da Europa pós-comunista, hoje, sete têm partidos “populistas” no poder, dois têm-nos como membros de uma coligação e em outros três são a maior força da oposição. Hodgson (2018) fala de *Wrong Turnings – How the Left Got Lost*; Kennedy e Manwaring (2017) perguntam “porque é que a esquerda perde”. Existem várias causas: a redução da base eleitoral dos trabalhadores industriais e manuais; o aparecimento de partidos mais comprometidos à esquerda (por exemplo, *Die Linke*) ou à direita (como a Frente Nacional ou a AFD); a crescente falta de confiança nos partidos políticos, muitas vezes conducentes à abstenção dos eleitores; o descontentamento e a desafeição devido à crise económica. Significativamente, o fenómeno é particularmente acentuado em países dirigidos pelos sociais-democratas numa coligação com a direita⁽¹⁶⁾, caracterizado pela alta imigração, pela redução e degradação dos serviços sociais e do Estado-Providência e, mais genericamente, pelo empobrecimento absoluto ou relativo das classes médias (ver Pauly 2018, do qual foram reproduzidos os dois gráficos seguintes; o quadro geral é agravado na Primavera de 2018 pelos resultados de eleições italianas e húngaras, que não estão nos gráficos).

The decline of Europe's Social Democrats

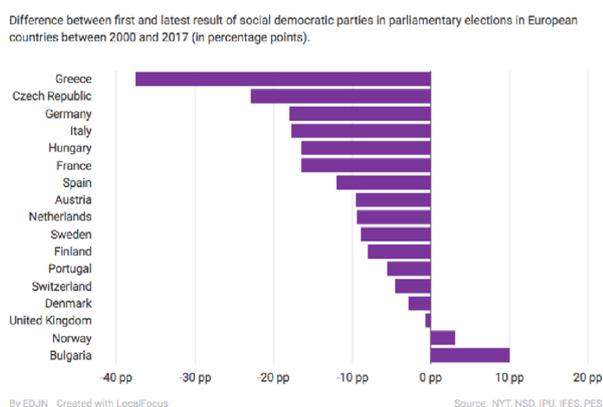
First and latest results of social democratic parties in parliamentary elections in European countries between 2000 and 2017, in percentage.



O declínio dos sociais-democratas europeus⁽¹⁷⁾

16 As perdas eleitorais do SPD em Setembro de 2017, depois da participação na Grande Coligação com o CDU e o CSU, continuaram a verificar-se nas sondagens de opinião com uma descida dos seus apoiantes de 20,5% para 16% depois do anúncio da renovação da Coligação, apesar dos consideráveis ganhos de SPD no governo, quer em termos das políticas económicas quer dos principais postos ministeriais.

17 As eleições italianas de 4/03/2018 marcaram uma derrota ainda mais pesada da social-democracia, com os dois “populistas” – o Movimento 5 Estrelas e o Liga – a formarem atualmente a nova coligação governamental.



Muitas vezes, a perda de apoio eleitoral por parte dos partidos sociais-democratas é atribuída ao “populismo”, num sentido pejorativo. Rodrik (2018B) distingue entre o populismo político, que compromete o pluralismo e as regras democráticas liberais, e o populismo económico que, pelo contrário, encontra justificação nas falhas políticas dos governos, incluindo os progressistas, e pode ser uma via necessária e, por vezes, a única maneira de evitar o populismo político.

Em geral, podemos definir como populismo a promessa de políticas impossíveis ou não sustentáveis, acompanhadas pelo apelo aos sentimentos egoístas do eleitorado. Na verdade, este populismo é indistinguível da democracia, sendo simplesmente a expressão da dissidência eleitoral relativamente às políticas governamentais, mesmo que apoiadas ou toleradas pelos sociais-democratas, e mesmo quando incentiva injustificada mas legitimamente preconceitos do eleitorado (por exemplo xenofobia, que como um simples medo do estrangeiro ou do diferente é um direito inalienável do cidadão). Este populismo pode ser incentivado ou literalmente comprado com concessões e promessas dos líderes políticos sem preconceitos sem com isso cair no perigo da “oclocracia” descrita por Políbio ou da ditadura maioritária temida por Toqueville (ver seção 6 acima); a sua ameaça não pode ser evitada sem se limitar ou destruir a democracia.

Piketty (2018) observa que, nos anos 1950 e 1960, o Partido Democrata nos Estados Unidos e os partidos sociais-democratas da Europa (embora os seus dados europeus se refiram principalmente ao Reino Unido e à França) foram apoiados por eleitores de todos os géneros com baixo nível de educação e baixo rendimento. A globalização (que cria uma divisão entre a desigualdade interna e externa) e a expansão da educação (gerando desigualdades de educação assim como de riqueza) criaram novos conflitos multidimensionais sobre

a desigualdade e a redistribuição. Porque é que os regimes democráticos não conseguiram reduzir a desigualdade? Porque – de acordo com Piketty – “sem uma plataforma fortemente igualitária e internacionalista é difícil que os eleitores de baixo nível de educação e de baixo rendimento votem todos no mesmo partido. A divisão entre o racismo e o nacionalismo é uma força poderosa que divide os pobres quando está a faltar uma forte plataforma de união. A política nunca foi um simples conflito entre os pobres e os ricos; é necessário olhar com maior atenção para as clivagens políticas”.

A partir de 1970-1980 teria sido criado um sistema político que justapõe duas coligações transversais, uma contra a outra: o elite intelectual “os brâmanes da esquerda” contra a elite dos negócios /a direita mercantil, ambas dividindo entre si o apoio de uma classe operária cujos interesses são radicalmente diferentes e não encontram expressão nos partidos políticos; uma tese semelhante é avançada por Rovny (2018). É evidente que há alguma verdade nestas propostas, mas ambos os autores negligenciam a diferença entre os EUA e a Europa, as diferenças entre os países europeus, e entre os períodos relevantes, bem como as raízes cívicas da evolução do Estado-Providência atribuída ao socialismo.

O actual fracasso da social-democracia não se deve à recusa do modelo social-democrata enquanto tal, mas à sua perversão na sequência do hiperliberalismo, das tendências austeritárias e globalistas, não só no comércio, mas também em movimentos de capitais, investimentos directos estrangeiros, de localização de produção para economias emergentes de salários baixos e migrações de trabalhadores. Estas tendências favorecem grandes empresas multinacionais, secam as receitas fiscais incentivam a concorrência fiscal entre os Estados, facilitam a evasão e a fraude fiscal com a proliferação de paraísos fiscais e reduzem consideravelmente o espaço político dos governos nacionais. Esta é a social-democracia pervertida que hoje perdeu o apoio eleitoral na maior parte de todo o mundo desenvolvido.

18. ALGUMAS CONCLUSÕES

A ascensão do socialismo estava enraizada nas desvantagens do capitalismo, que mobilizaram o trabalho humano e a imaginação trazendo prosperidade sem precedentes, mas também gerando desemprego do trabalho e da capacidade produtiva assim como flutuações e crises intermitentemente mas com frequência crescente e em escala cada vez maior, criando assim ao longo do tempo uma desigualdade cada vez maior, especialmente no último período do pós-guerra.

A construção do socialismo num país atrasado, com trabalho abundante, vasto e despótico, afectou o desenvolvimento do planeamento centralizado na URSS, com os seus próprios conflitos e contradições agravados pela falta de democracia política e pela convicção de que as leis económicas não funcionariam de modo algum na economia socialista (Rosa Luxemburgo, Bukarine, Hilferding e outros pensadores bolchevistas). O sistema de tipo soviético foi impressionantemente bem-sucedido na realização da industrialização, urbanização, crescimento acelerado, rearmamento e na vitória numa guerra mundial; na conquista do espaço e no aumento dos níveis de educação, saúde e de maior igualdade do que a alcançada nas economias capitalistas. Entretanto sofreu do autoritarismo, da repressão de liberdades básicas e da falta da democracia política. O sistema de tipo soviético também não conseguiu adaptar-se aos desafios levantados pelas suas próprias realizações, e, eventualmente, foi derrubado pela sua ineficiência, instabilidade, desequilíbrios internos e externos que conduzem a uma dívida esmagadora e à perda de apoio popular.

A transição para as economias de mercado abertas com a propriedade privada e empresas, por sua vez, foi muito cara - com algumas exceções - por causa da abordagem da terapia de choque adotada, da interrupção inevitável dos fluxos comerciais devida à desintegração económica e monetária e das instituições hiperliberais e das políticas que prevaleceram na transição.

No último período pós-guerra, um modelo social-democrata, que prosseguia os valores socialistas numa economia de mercado sem a propriedade e empresa pública dominante, foi desenvolvido na Escandinávia e noutros países capitalistas, exemplificado pelo Modelo Social Europeu na UE, e serviu bem os países que o adotaram. No final da década de 1990, o modelo social-democrata foi pervertido pelos seus líderes políticos que passaram a adotar um capitalismo hiperliberal, austero e globalista, levando à crise, ao desemprego e à desigualdade crescente. Nos últimos anos esta deformação da social-democracia chocou com derrotas eleitorais estrondosas e repetidas, a favor de partidos rapidamente acusados de populismo quando estes são a expressão do descontentamento popular.

Uma sequela deste longo ensaio, em preparação, ocupar-se-á do futuro do socialismo. O modelo chinês de uma economia de mercado sob o capitalismo de estado é considerado e rejeitado devido à sua natureza autoritária. O modelo jugoslavo do socialismo do mercado associativo é também considerado e rejeitado como desigualitário e

tendencialmente ineficiente. Outras formas de enxertar instituições socialistas num modelo capitalista também são consideradas e consideradas de ajuda positiva, mas limitada na concepção de uma alternativa social-democrata.

Popov (2017) encara a possibilidade da criação bem-sucedida de um “novo socialismo”, com a realização de políticas mais igualitárias por parte de algumas economias de mercado, adotando a redistribuição de rendimento, maior regulamentação e um fardo orçamental mais pesado, e com maior ênfase na propriedade pública numa economia mista. A redução da desigualdade e o seu impacto adverso nas tensões sociais tornarão estas economias mais igualitárias e mais competitivas ao nível internacional relativamente aos seus concorrentes menos esclarecidos. Sigo a abordagem de Popov, mas ao mesmo tempo rejeito a conveniência de uma maior igualdade de rendimento alcançada através de migrações incondicionais e sem limites num mundo sem fronteiras.

O novo socialismo, para além de controlar e gerir as migrações, precisa de enfrentar os desafios da gestão da globalização, reduzindo os seus impactos distributivos adversos, lidando com o desemprego e com as implicações distributivas da robotização e da inteligência artificial, lidando com as alterações climáticas e com a conservação de recursos. A diferença em relação ao capitalismo existente será primeiramente uma diferença de políticas, mas essas políticas exigem diferenças fundamentais nos instrumentos de políticas económicas disponíveis, para se construir um sistema muito diferente do capitalismo que realmente existe hoje.

Disse e assim salvei a minha alma

Dixi et salvavi animam meam (Marx 1875).

Florença, 16 Abril de 2016.

FONTES

Domenico Mario Nuti, *The rise and fall of socialism*. Texto publicado originalmente por DOC Research Institute, cujo endereço eletrônico é : https://doc-research.org/2018/05/rise_and_fall_of_socialism/ e no seu blog cujo endereço é: <https://dmarionuti.blogspot.com/>

REFERÊNCIAS

Alberto, Stefanie Stantcheva and Edoardo Teso (2017). “Intergenerational Mobility and Preferences for Redistribution”, NBER Working Paper Series n. 23027, January, Cambridge, <http://www.nber.org/papers/w23027>

Amalrik Andrei (1970), *Will the Soviet Union Survive Until 1984?*, New York, Harper and Row.

Åslund Anders (2000), *The Myth of Output Collapse after Communism*, Carnegie Institute, Washington.

Baddeley Michelle C. (2018), “Financial Instability and Speculative Bubbles: Behavioural Insights and Policy Implications”, in Philip Arestis (Ed.), *Alternative Approaches in Macroeconomics: Essays in Honour of John McCombie*, Springer International, Berlin.

Bahro Rudolf (1977), *Die Alternative: zur Kritik des realexistierendem Sozialismus*, Europäische Verlagsanstalt, English translation *The Alternative in Eastern Europe*, New Left Books, London 1978.

Baran Paul A. and Sweezy Paul M. (1966), *Monopoly Capital. An Essay on the American Economic and Social Order*, Monthly Review Press, New York.

Berg Andrew G. and Jonathan D. Ostry (2011), “Inequality and Unsustainable Growth: Two Sides of the Same Coin?”, *IMF Staff Discussion Note*, April 8.

Berg Andrew G. and Jonathan D. Ostry (2012), “Equality and Efficiency”. *Finance and Development*, International Monetary Fund, 48 (3).

Bergson Abram (1961), *The Real National Income of Soviet Russia Since 1928*, Cambridge Mass.

Blair Tony and Gerhard Schroeder (1999), *The Way Forward for Europe's Social Democrats – A Proposal*, June, The Labour Party, London.

Blanchard Olivier J. (2018), “On the future of macroeconomic models”, *Oxford Review of Economic Policy*, 34,1-2, 5 January, 43–54, <https://doi.org/10.1093/oxrep/grx045>

Blanchard Olivier J. and Daniel Leigh (2013), “Growth Forecast Errors and Fiscal Multipliers”, *IMF Working Paper* No. 13/1, January, <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2013/wp1301.pdf>

Breit Marek and Oskar Lange (1934), “The Way to the Socialist Planned Economy”, *History of Economics Review*, <http://heta.soc.anu.edu.au/review/ejournal/pdf/37-A-2.pdf>

Brueckner Markus and Daniel Lederman (2017), “Effects of Income Inequality on Aggregate Output”, *Policy Research Working Paper* n. 7317, The World Bank, Washington, <http://documents.worldbank.org/curated/en/291151468188658453/pdf/WPS7317.pdf>

Brus Włodzimierz (1964), *Ogólne problemy funkcjonowania gospodarki socjalistycznej* (General Problems of the Functioning of a Socialist Economy), PWE, Warsaw, English translation *The Market in a Socialist Economy*, Routledge and Kegan Paul, London, 1972.

Brus Włodzimierz (Ed.) (1965), *Ekonomia Polityczna Socjalizmu* (Political Economy of Socialism), 3rd edition, Warsaw.

Brus Włodzimierz (1973), *The Economics and Politics of Socialism - Collected Essays*, with a foreword by Maurice Dobb, Routledge and Kegan Paul, London.

Brus Włodzimierz (1975), *Socialist Ownership and Political System*, Routledge and Kegan Paul, London.

Bukharin Nikolai I. (1920), *The economics of the Transition Period*, Communist Academy, Moscow, <https://thechannelhouse.org/wp-content/uploads/2015/05/nikolai-bukharin-the-politics-and-economics-of-the-transition-period-1920.pdf>

Bukharin Nikolai I. and Evgenii Preobrashensky (1920), *The ABC of Communism*, English translation 1969, Penguin Books.

Buiter Willem (2007), Economists Forum, *Financial Times*, 14 February.

Buiter Willem (2009), “Should you be able to sell what you do not own?”, *Mavericon Blog*, 16 March.

- Bulganan N.A. (1955), *Tasks of the Further Development of Industry, Technical Progress and Better Organization of Production*, Foreign Languages Publishing House, Moscow.
- Carr E. H. (1952), *The Bolshevik Revolution, 1917-23*, Vol. 2, (1953) Vol. 3, Macmillan, London.
- Carr E. H. (1954), *The Interregnum 1923-24*, Macmillan, London.
- Carr E. H. (1958), *Socialism in One Country, 1924-26*, Vol. 1; (1959), Vol. 2, Macmillan, London.
- Carr E.H. and Robert W. Davies (1969), *Foundations of a Planned Economy, 1926-29*, Macmillan, London.
- Carrère d'Encausse Hélène (1978), *L'Empire éclaté: La révolte des nations en URSS*, Flammarion, Paris.
- Causa Orsetta and Mikkel Hermansen (2017), "Income redistribution through taxes and transfers across OECD countries," *OECD Economics Department Working Papers* No. 1453, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/bc7569c6-en>
- Charemza Wojciech and Julia Kiraly (1990), "Plans and Exogeneity: The Genetic-Teleological Dispute Revisited," *Oxford Economic Papers*, (42), 3, 562-73.
- Coase Ronald (1937), "The Nature of the Firm," *Economica*, 4(16), 386-405.
- Coase Ronald and Ning Wang (2012), *How China Became Capitalist*, Palgrave Macmillan, London and New York.
- Coase Ronald and Ning Wang (2015), "How China Became Capitalist," RIETI-BBL, Tokyo, <https://www.scribd.com/document/370340718/How-China-became-capitalist>
- Cohen Stephen F. (1980), *Bukharin and the Bolshevik Revolution: a political biography 1888-1938*, Oxford UP.
- Cohen Avi J. and Geoffrey C. Harcourt (2003), "Whatever Happened to the Cambridge Capital Theory Controversies?," *Journal of Economic Perspectives*, 17, 1 Winter, pp. 199-214.
- Debreu Gérard (1959). *Theory of Value. An axiomatic analysis of economic equilibrium*, New Haven and London, Yale U.P.
- de Tocqueville Alexis (1981 edition), *De la démocratie en Amérique*, t. 1, Paris, Flammarion.
- Deutscher Isaac (1954), *The Prophet Armed, Trotsky 1879-1921*, Oxford UP.
- Dobb Maurice H. (1960), *An Essay on Economic Growth and Planning*, Routledge, London.
- Dobb Maurice H. (1965), 'The Discussions of the Twenties on Planning and Economic Growth,' *Soviet Studies*, October.
- Dobb Maurice H. (1966), *Soviet Economic Development Since 1917*, London, 1966.
- Dobb Maurice H. (1967), 'The Discussions of the 1920s about Building Socialism,' *Annali dell'Istituto Giangiacomo Feltrinelli*, Milan.
- Domar Evsey (1957), "A Soviet Model of Economic Growth", Ch. 9 of *Essays in the Theory of Economic Growth*, Oxford UP, New York.
- Domar Evsey D. (1974), "The Compensation of the Socialist Manager," *Quarterly Journal of Economics*, 88 (1), pp. 1-18.
- Drèze, Jacques H. (1999) "On the Macroeconomics of Uncertainty and Incomplete Markets", Presidential Address, International Economic Association, n. 9964.
- Eichengreen Barry (2006), *The European Economy Since 1945: Co-ordinated Capitalism and Beyond*, Princeton UP.
- Ellman Michael (1973), *Planning problems in the USSR: the contribution of mathematical economics to their solution, 1960-71*, Cambridge UP.
- Ellman Michael (1975), 'Did the Agricultural Surplus Provide the Resources for the Increase in Investment in the USSR during the First Five Year Plan?' *Economic Journal*, December
- Ellman Michael (2002a), "Soviet repression statistics: Some comments," *Europe-Asia Studies*, vol 54 no.7 pp.1151-1172.
- Ellman Michael (2002b). "Was the collapse of the USSR entirely unforeseen?," *Perspectives on Political Science*, Vol. 31, 3, pp. 132-135.
- Ellman Michael (2018), "Money, prices and payments in planned economies", in Battilossi S, Y. Cassis and K.Yago (Eds), *Handbook of the History of Money and Currency*, Springer, Berlin.

- Engels Friederich (1883), *Speech at the Grave of Karl Marx*, 17 March, Highgate Cemetery, London, <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1883/death/burial.htm>
- Erlach A. (1960), *The Soviet Industrialisation Debate 1924-28*, Cambridge Mass.
- European Parliament (2006), "A European Social Model for the future", Brussels, September.
- Fama, Eugene (1965), "Random walks in stock market prices", *Financial Analysts Journal*, 21 (1), pp. 55-59.
- Feldman Grigori A. (1928), "K teorii tempov narodnogo dokhoda" (On the theory of growth of national income), *Narodnoe Khoziasstvo* n. 11 pp. 146-170 and n. 12 pp. 151-178; English translation in Spulber 1964.
- Feshbach Murray and Alfred Friendly (1992), *Ecocide in the USSR: Health and Nature Under Siege*, New York, Basic Books.
- Freeman Richard B. (2005), "Can the Social Dialogue EU compare with the Market-Driven US?", Conference paper, University of Rome "La Sapienza", March.
- Furman Jason (2017), "Should Policymakers Care Whether Inequality Is Helpful or Harmful For Growth?", Harvard Kennedy School and Peterson Institute for International Economics, Conference paper, 5 October <https://piie.com/system/files/documents/furman20171012paper.pdf>
- Galbraith John K. (2007), *The New Industrial State*, foreword by James K. Galbraith, Princeton University Press.
- Galor O. and J. Zeira (1993), "Income Distribution and Macroeconomics." *Review of Economic Studies*, 60: 35-52.
- Gertz Geoffrey and Homi Kharas (2018), "The road to ending poverty runs through 31 severely off track countries", Brookings, 13 February https://www.brookings.edu/blog/future-development/2018/02/13/the-road-to-ending-poverty-runs-through-31-severely-off-track-countries/?utm_
- Giannetti Marilena and D. Mario Nuti (2007), "The European Social Model and its dilution as a result of EU enlargement", *TIGER Working Papers Series* n. 105, https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1031908
- Giavazzi Francesco and Marco Pagano (1990), "Can Severe Fiscal Contractions Be Expansionary? Tales of Two Small European Countries", NBER Macroeconomics Annual Vol. 5, (1990), MIT Press. Cambridge Mass.
- Giavazzi Francesco and Marco Pagano (1996), "Non-Keynesian Effects of Fiscal Policy Changes: International Evidence and the Swedish Experience", *NBER Working Papers* 5332.
- Gillies Donald (2015), "Paul Mason's PostCapitalism", *Real World Economic Review*, n.73, pp. 110-119, <http://www.paecon.net/PAEReview/issue73/whole73.pdf>
- Goodin Robert E. (2003), "Choose Your Capitalism?", *Comparative European Politics*, 2003, 1, 203-213.
- Goodwin Richard M. (1947), "Dynamical coupling with especial reference to markets having production lags", *Econometrica* 15 (3), pp. 181-204, July.
- Goodwin Richard M. (1948), "Secular and Cyclical Aspects of the Multiplier and the Accelerator", in A.H. Meltzer (Ed.), *Income, Employment and Public Policy: Essays in Honour of Alvin Hansen*, WW. Norton & Company, Inc., New York, pp. 108-132.
- Goodwin Richard M. (1949), "The Multiplier as Matrix", *Economic Journal*, 59 (4), pp. 537-55.
- Goodwin Richard M. (1951a), "Iteration, Automatic Computers, and Economic Dynamics", *Metroeconomica*, 3 (1), April, pp. 1-7.
- Goodwin Richard M. (1951b), "The nonlinear accelerator and the persistence of business cycles", *Econometrica*, 19 (1), January, pp. 1-17.
- Goodwin Richard M. (1953), "Static and Dynamic Linear General Equilibrium Models", Input-Output Relations, Proceedings of the First Input-Output Conference, Driebergen, The Leiden Economic Institute, Leiden, pp. 54-87.
- Goodwin Richard M. (1967), "A Growth Cycle", in C. Feinstein (Ed.), *Socialism, Capitalism and Economic Growth, Essays Presented to Maurice Dobb*, Cambridge UP, pp. 54-58.
- Greenberg Edward (1964), "A stock-adjustment investment model", *Econometrica* 32 (3), July, pp. 339-357.
- Griffiths Dan F. (1924), *What is Socialism? A Symposium*, Richards, London.

- Hacker J. (2011), The institutional foundations of middle-class democracy, *Policy Network*, 6 May, <http://www.policy-network.net/articles/3998/The-institutional-foundations-of-middle-class-democracy>
- Hansen Alvin (1939), "American Economic Association Presidential Address," *American Economic Review*, March.
- Harcourt Geoffrey (1963), "A Critique of Mr. Kaldor's Model of Income Distribution and Economic Growth," *Australian Economic Papers*, Vol 1, June, pp.20-36).
- Hare Paul and Gordon Hughes (1991), 'Competitiveness and Industrial Restructuring in Czechoslovakia, Hungary and Poland,' *CEPR Discussion Paper* No. 543, London, April.
- Hatwal Atul (2012), "Predistribution is just a meaningless word in place of actual policy," *Labour Uncut Blog*, 7 Setembro., <http://labour-uncut.co.uk/2012/09/07/predistribution-is-another-meaningless-phrase-in-place-of-actual-policy/>
- Hayek Friedrich A. (Ed.) (1935), *Collectivistic Economic Planning*, London, Routledge.
- Hayek Friedrich. A. (1945). "The Use of Knowledge in Society," *American Economic Review*, 35(4), pp. 519-30.
- Henning Meyer et al. (2018), Inequality in Europe, *Social Europe*, January, <https://www.socialeurope.eu/wp-content/uploads/2018/01/Inequality-in-Europe-final.pdf>
- Herndon Thomas, Michael Ash and Robert Pollin (2013), "Does High Public Debt Consistently Stifle Economic Growth? A Critique of Reinhart and Rogoff," Political Economy Research Institute, *Working Paper* n. 322, April 15, Amherst.
- Hicks John R. (1936), *Value and Capital*, Oxford UP.
- Hicks John R. (1966), "Growth and Anti-Growth," *Oxford Economic Papers*, November.
- Hirshman Alfred O. (1970), *Exit, Voice, and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organizations, and States*, Cambridge Mass, Harvard UP.
- Hobson John A., 1902, *Imperialism: A Study*, New York: James Pott & Co. http://files.libertyfund.org/files/127/0052_Bk.pdf
- Hodgson Geoffrey (2018), *Wrong Turnings – How the Left Got Lost*, University of Chicago Press.
- Holzman, F. (1960), "Soviet inflationary pressures, 1928-1957: Causes and Cures," *Quarterly Journal of Economics* 74(2): 167-188.
- Howard M.C. and J.E. King (2003), "Rudolf Hilferding", in Warren J. Samuels (Ed.), *European Economists of the early 20th century*, vol. 2, Elgar, Cheltenham.
- Inequality Lab (2018), *World Inequality Report*, <http://wir2018.wid.world/files/download/wir2018-full-report-english.pdf>
- International Monetary Fund (2012), *World Economic Outlook - Coping with High Debt and Sluggish Growth*, October, Washington.
- International Monetary Fund (2015), "Structural reforms and macroeconomic performance: initial considerations for the Fund", Washington, October.
- International Monetary Fund (2017), *Fiscal Monitor*, October, Washington.
- Judt Tony (2005), *Postwar: A History of Europe Since 1945*, Penguin, London.
- Kaldor Nicholas (1959), "Economic Growth and the Problem of Inflation" – I and II, *Economica*.
- Kalecki Michal (1943), 'Political Aspects of Full Employment,' *Political Quarterly*, 14/ 4, pp. 322-31, <https://delong.typepad.com/kalecki43.pdf>
- Kalecki Michal (1969), *Introduction to the Theory of Growth in a Socialist Economy*, Blackwell, London, 1969.
- Kalecki Michal (1971), *Selected Essays on the Dynamics of the Capitalist Economy 1933-1970*, Cambridge UP.
- Karlsson Mats (1999), "Third way, Neue Mitte or Old Wine in New Bottles?," Conference paper, IPPR, Bellagio, 27-28 February.
- Kay John (2018), "Moving Beyond Capitalism?," *Social Europe*, 21 March, <https://www.socialeurope.eu/moving-beyond-capitalism>
- Kennedy Paul and Rob Manwaring (Eds) (2017), *Why the left loses: The Decline of the Centre-Left in Comparative Perspective*, Policy Press, London.
- Keynes J. Maynard (1921), *A Treatise on Probability*, McMillan, London.

- Keynes J. Maynard (1936), *The General Theory of Employment, Interest and Money*, Macmillan, London.
- Kleinknecht Alfred (2016), "Little Innovation, Many Jobs!", *Social Europe*, 10 October, <https://www.socialeurope.eu/little-innovation-many-jobs>
- Knight, Frank H. (1921), *Risk, uncertainty and profit*, Hart, Schaffner & Marx, Boston; Houghton Mifflin Company.
- Kolodko Grzegorz W. (2000), *From Shock to Therapy. The Political Economy of Post-Socialist Transformation*, Oxford UP
- Kolodko Grzegorz W. and D. Mario Nuti (1997), "The Polish Alternative - Old myths, hard facts and new strategies in the successful Polish economic transformation", *UNU/WIDER Research for Action series no. 33*, Helsinki, http://www.tiger.edu.pl/kolodko/working/wider/WIDER_1997.pdf
- Kornai János (1980a), *The Economics of Shortage*, 2 Vols, North Holland.
- Kornai János (1980b), "Hard' and 'Soft' Budget Constraint", *Acta Oeconomica*, 1980, Vol. 25, No. 3-4, pp. 231-246.
- Kornai János (2013), *Dynamism, Rivalry and the Surplus Economy – Two Essays on the Nature of Capitalism*, Oxford UP.
- Kuznets Simon (1955), "Economic Growth and Income Inequality", *American Economic Review* 45 March: 1–28.
- Lakner Christoph and Branko Milanovic. (2016), "Global Income Distribution: From the Fall of the Berlin Wall to the Great Recession", *World Bank Policy Research Working Paper No. 6719*, Washington, DC. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/16935>
- Lange Oskar (1936 and 1937), "On the Economic Theory of Socialism", *Review of Economic Studies*, 4 (1 and 2), pp. 53-71 and 123-142.
- Lange Oskar (1963), *Political Economy Vol. 1*, General Problems, Pergamon Press, Oxford.
- Lange Oskar (1967), "The Computer and the Market", in C. Feinstein, *Capitalism, Socialism and Economic Growth: Essays presented to M. H. Dobb*, Cambridge UP.
- Lange Oskar (1970), *Theory of Reproduction and Accumulation*, Pergamon Press, Oxford.
- Laqueur Walter (1996), *The Dream That Failed: Reflections on the Soviet Union*, Oxford UP.
- Laski Kazimierz (1990), "The stabilisation plan for Poland", *Wirtschaftspolitische Blätter* (37) 5, pp.444-457.
- Lavigne Marie (1991), *International political economy and socialism*, Cambridge UP.
- Leijonhufvud Axel (1970), "Notes on the Theories of Markets", *Intermountain Economic Review*, n. 1.
- Leontief Vassily (1966), *Input-output economics*, New York, Oxford UP.
- Levin Bernard (1993), "One Who Got It Right", *The National Interest*, Spring.
- Lucas Robert E. Jr (1972), "Expectations and the neutrality of money", *Journal of Economic Theory* 4 (2), April, pp. 103–124.
- Magdoff Harry (1985), "Are there economic laws of socialism?", *Monthly Review*, July-August.
- Mahalanobis Prasanta C. (1953) "Some observations on the Process of Growth of National Income", *Sankhya*, pp. 307–312.
- Marris Robin (1964), *The Economic Theory of 'Managerial' Capitalism*, London, Macmillan.
- Marx K. (1867), *Capital: A Critique of Political Economy*, Vol.I (English edition 1887; Progress Publishers, Moscow, 1995), <https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/Capital-Volume-I.pdf>
- Marx Karl (1875), *Critique of the Gotha Programme*, English translation in *Marx/Engels Selected Works*, Volume Three, p. 13-30, Progress Publishers, Moscow, 1970, <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1875/gotha/>
- Marx Karl and Friderich Engels (1848 in German), *The Manifesto of the Communist Party*, in (1969), *Marx/Engels Selected Works*, Vol. One, Progress Publishers, Moscow, pp. 98-137, <https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/Manifesto.pdf>
- Mason Paul (2015), *PostCapitalism. A Guide to Our Future*, Allen Lane, London.
- Massé Pierre (1965), *Le Plan, ou l'Anti-hasard*, Gallimard, Paris.

- Mattick Paul (1983), *Marxism: Last Refuge of the Bourgeoisie?* Edited by Paul Mattick jr., M.E.Sharpe Inc., Armonk NY and The Merlin Press, London, http://us.geocities.com/collectiveact/pm_cas.htm
- Mazzucato Mariana (2013), *The Entrepreneurial State – Debunking Public versus Private Sector Myths*, Anthem Press, London New York Delhi; An earlier version, Demos, London 2011, http://www.demos.co.uk/files/Entrepreneurial_State_-_web.pdf
- Meeropol Michael A. (1998), *Surrender: How the Clinton Administration Completed the Reagan Revolution*, University of Michigan Press.
- Milanovic Branko (2015) “Global Inequality of Opportunity: How Much of Our Income Is Determined by Where We Live?,” *The Review of Economics and Statistics*, vol. 97, n. 2. http://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/REST_a_00432#VKCF2CcA4YTlbOWE5Y2EtMjJ5YSooNzU4LTkyYTktYjg4ODJjZGQ4MGUX/view?ddrp=1&hl=en#
- Milanovic Branko (2016), *Global inequality: A New Approach for the Age of Globalization*, Harvard UP
- Minsky Hyman (1986), *Stabilizing an Unstable Economy*, McGraw-Hill Professional, New York.
- Montes Manuel and Manuel Riesco (2018), “Pensions: Risking the twentieth century’s biggest social gain”, DOC-RI, Berlin, <https://doc-research.org/en/chile-pensions/>
- Montias J. Michael (1962), *Central planning in Poland*, Yale UP.
- Mundell Robert A. (1997), “The great contractions in transition economies”, in Mario I. Blejer and Marko Skreb (eds), *Macroeconomic Stabilisation in Transition Economies*, Cambridge UP, pp.73-99.
- Muth, John F. (1961), “Rational Expectations and the Theory of Price Movements”, *Econometrica* 29, pp. 315–335.
- Naughton Barry and Kellee Tsai (Eds) (2015) *State Capitalism, Institutional Adaptation, and the Chinese Miracle*, Cambridge UP, https://www.academia.edu/26713634/State_Capitalism_Institutional_Adaptation_and_the_Chinese_Economic_Miracle
- Nove Alec (1969), *An Economic History of the USSR*, Penguin.
- Nove Alec and D. Mario Nuti (1972), *Socialist Economics*, Penguin, 1972.
- Nuti D. Mario (1973), ‘The Political Economy of Socialism – Orthodoxy and Change in Polish Texts’, *Soviet Studies*, Vol. XXV, no. 2.
- Nuti, D. Mario (1977), ‘Large Corporations and the Reform of Polish Industry’, *Jahrbuch der Wirtschaft Osteuropas*, Vol. 7, Munich.
- Nuti, D. Mario (1978), ‘Investment, Interest and Degree of Centralisation in Maurice Dobb’s Theory of the Socialist Economy’, *Cambridge Journal of Economics*, no. 2.
- Nuti D. Mario (1979), “The contradictions of socialist economies. A Marxian interpretation”, in R. Miliband and J. Saville (Eds.) *The Socialist Register 1979*, The Merlin Press, London, pp. 228-73, <https://drive.google.com/file/d/oB4C7eKoiZ6a4YTlbOWE5Y2EtMjJ5YSooNzU4LTkyYTktYjg4ODJjZGQ4MGUX/view?ddrp=1&hl=en#>
- Nuti D. Mario (1981), “Socialism on earth”, *Cambridge Journal of Economics*, 5 (4), <https://drive.google.com/file/d/oB4C7eKoiZ6a4NWUwNzQ3NmEtOGM2YiooZWl2LTbkNGMtNmYyM2ZmNmMwM2Zk/view?ddrp=1&hl=en#>
- Nuti D. Mario (1985), “Political and economic fluctuations in the socialist system”, *EUI Working Paper* n. 156, European University Institute, Florence 1985 <http://cadmus.eui.eu/handle/1814/23099>
- Nuti D. Mario (1986a), “Hidden and repressed inflation in Soviet-type economies”, *Contributions to Political Economy* 5: 37-82.
- Nuti D. Mario (1986b), “Michal Kalecki’s contributions to the theory and practice of socialist planning”, *Working Paper* n. 227. European University Institute, Florence 1986, <http://cadmus.eui.eu/handle/1814/23104>
- Nuti D. Mario (1992). “Socialist banking”, in Newman, P., Milgate, M. & Eatwell, J., eds, *The New Palgrave Dictionary of Money and Banking*, Vol.3, London, Macmillan.
- Nuti D. Mario (1998), “Stock and Stakes: the case for protecting stakeholders’ interests”, *Economic Analysis - Journal of Enterprise and Participation*, 1 (1), February, pp. 7-16, <https://drive.google.com/file/d/oB4C7eKoiZ6a4OWQyTYTyzZDctMWE2OSooM2QwLWJhMWUtNTljMmVhMTgiNTcy/view?hl=en&pli=1>
- Nuti D. Mario (2004), “Kalecki and Keynes revisited: Two original approaches to demand-determined income – and much more besides”, in Zdzislaw L. Sadowski and Adam Szeworski (Eds), *Kalecki’s Economics Today*, Routledge, London and New York.
- Nuti D. Mario (2011), “Types of socialism and capitalism”, Teaching Materials, Sapienza University of Rome.

- Nuti D. Mario (2013a) “Did we go about transition in the right way?”, in Paul Hare and Gerard Turley (Eds), *Handbook of the Economics and Political Economy of Transition*, Routledge, London and New York, 2013, Ch. 3, pp. 48-58. <https://docs.google.com/file/d/0B4C7eK0iZ6a4OWxiUXBpZWipZzA>
- Nuti D. Mario, (2013b), “Austerity versus Development”, International Conference on Management and Economic Policy for Development, Kozminski University, Warsaw, 10-11 October, <https://files.acrobat.com/a/preview/27a856do-aeb8-4869-a952-7f5793b4738d>.
- Nuti D. Mario (2013c), “Austerity can kill you”, Blog “Transition”, <https://dmarionuti.blogspot.com/2013/07/austerity-can-kill-you.html>
- Nuti D. Mario (2018), “Kornai: Shortage versus Surplus Economics”, *Acta Oeconomica*, Vol. 68 (1), p. 85–98.
- Nutter G. W., I. Bornstein and A. Kaufman (1962), *Growth of Industrial Production in the Soviet Union*, Princeton UP.
- OECD (2011), *Divided we stand. Why inequality keeps rising*, Paris.
- OECD (2012), *Going for Growth*, Paris.
- Ostry Jonathan D., Andrew Berg, Charalambos G. Tsangarides (2014), “Redistribution, Inequality, and Growth”, *IMF Staff Discussion Note*, April, Washington, <http://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2014/sdn1402.pdf>
- Oxfam International (2016), *An Economy for the 1%: How privilege and power in the economy drive extreme inequality and how this can be stopped*, Oxfam, <http://oxfam/ZniS>
- Oxfam International (2018), *Reward Work Not Wealth*, January https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/bp-reward-work-not-wealth-220118-summm-en.pdf
- Pareto Vilfredo and Paul Lafargue (1880), *Karl Marx: le capital*, Guillaumin, Paris.
- Pauly Marcel (2018), “European Social Democracy Extinct?”, *Social Europe*, 26 January, <https://www.socialeurope.eu/pauly>
- Piketty Thomas (2018), “Brahmin Left vs Merchant Right: Rising Inequality and the Changing Structure of Political Conflict - Evidence from France, Britain & the US, 1948-2017”, February, EHESS and Paris School of Economics <http://piketty.pse.ens.fr/files/Piketty2018PoliticalConflict.pdf>
- Policy Network (2012), *Pre-distribution and the crisis in living standards (a collection of papers)*, <http://www.policy-network.net/Uvalic/content.aspx?CategoryID=354&ArticleID=3491&fp=1>
- Popov Vladimir V. (2007), “Life Cycle of the Centrally Planned Economy: Why Soviet Growth Rates Peaked in the 1950s”, in Saul Estrin, Grzegorz W. Kolodko and Milica Uvalić (Eds), *Transition and Beyond*, Palgrave Macmillan, London.
- Popov Vladimir V. (2009), “Comparative Economic Systems”, Course Materials, <http://pages.nes.ru/vpopov/courses/CES-market%20soc.ppt>
- Popov Vladimir V. (2010), “Life Cycle of the Centrally Planned Economy: Why Soviet Growth Rates Peaked in the 1950s”, CEFIR and NES Working Paper n. 152, November <http://pages.nes.ru/vpopov/documents/Soviet%20Growth-Boston.pdf>
- Popov Vladimir V. (2014), “Socialism is Dead, Long Live Socialism!”, <http://pages.nes.ru/vpopov/documents/SOCIALISM%20IS%20DEAD-WP.pdf>
- Popov Vladimir V. (2017), “New Project: Inequality, Economic Models and Russian October 1917 Revolution in Historical Perspective – Concept Note”, DOC-RI, Berlin.
- Preobrazhensky Evgenii (1924), *Socialist Primitive Accumulation*, English translation 1973.
- Preobazhensky Evgenii (1965), *The New Economics*, with an introduction by Alec Nove, Oxford UP.
- Reinhart Carmen M. and Kenneth S. Rogoff (2010), “Growth in a Time of Debt”, *NBER Working Paper* No. 15639, January.
- Rodrik Dani (2018a), “The Great Globalisation Lie”, *Prospect*, January, pp. 30-34.
- Rodrik Dani (2018b), “In Defence Of Economic Populism”, *Social Europe*, 18 January, <https://www.socialeurope.eu/defense-economic-populism>
- Ross Russell R (1987), “*Democratic Kampuchea, 1975-78*”, in *Cambodia: a country study*, Library of Congress Country Studies, Washington, <http://countrystudies.us/cambodia/>
- Rovny Jan (2017), “What happened to Europe’s Left?”, 20 February, *LSE EuroppBlog*, <http://blogs.lse.ac.uk/europpblog/2018/02/20/what-happened-to-europes-left/>

- Samuelson Paul (1949), "Market Mechanism and Maximization", in Joseph Stiglitz (Ed.), *Collected Scientific Papers of Paul Samuelson*, Vol. 2, MIT Press, Cambridge Mass.
- Samuelson, Paul (1965), "Proof that Properly Anticipated Prices Fluctuate Randomly", *Industrial Management Review*, 6 (2) Spring, pp. 41-49.
- Scheidel Walter (2017), *The Great Leveler: Violence and the History of Inequality from the Stone Age to the Twenty-First Century*, Harvard UP.
- Schumpeter Joseph (1942), *Capitalism, Socialism and Democracy*, Harper Perennial, New York.
- Shackleton J. R. (2006). "Has the European Social Model a Future?", *World Economics*, Vol. 7, n.3, July-September, 43-62.
- Shiller Robert J. (2000), *Irrational Exuberance*, Princeton UP, ru/files/Shiller2.pdf
- Shleifer Andrei and Daniel Treisman (2000), *On the road without a map*, MIT Press, Cambridge Mass.
- Shtromas Aleksandras (1981), *Political Change and Social Development: the case of the Soviet Union*, Lang, Frankfurt.
- Spulber Nicholas (Ed.) (1964), *Foundations of Soviet Strategy for Economic Growth) Selected Soviet Essays, 1924-30*, Bloomington.
- Stalin Joseph (1951), *Economic Problems in the USSR*, <https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1951/economic-problems/cho1.htm>
- Standing Guy (2009), *The Precariat – The new dangerous class*, Bloomsbury Academic, London.
- Standing Guy (2016), *The corruption of capitalism: Why Rentiers Thrive and Work Does Not Pay*, Biteback, London.
- Steindl Joseph (1952), *Maturity and Stagnation in American Capitalism*, Monthly Review Press, New York
- Stiglitz Joseph (2012), *The Price of Inequality*, WW. Norton&Co., New York.
- Szamuely Laszlo (1974), *First Models of the Socialist Economic Systems – Principles and Theories*, Akademiai Kiado, Budapest.
- Tinbergen Ian (1952), *On the Theory of Economic Policy*, North Holland Publishing House, Amsterdam.
- Tinbergen Ian (1956), *Economic policy, Principles and design*, North Holland Publishing House, Amsterdam.
- Todd Emmanuel (1976), *La chute finale: Essai sur la decodposition de la sphere sovietique*, Paris, Robert Laffont
- Trembl V. G. and J.P. Hardt (Eds) (1972), *Soviet Economic Statistics*, Durham, North Carolina.
- United Nations-ECE (1967), *Economic Survey of Europe 1965*, Geneva.
- Uvalić Milica (1992), *Investment and Property Rights in Yugoslavia - The Long Transition to a Market Economy*, Cambridge UP.
- Uvalić Milica (2010), *Serbia's Transition – Towards a Better Future*, Basingstoke, Palgrave Macmillan and New York, St. Martin's Press.
- Uvalić Milica (2017), "What Happened to the Yugoslav Model?", Seminar Paper, 23 November, St. Antony's College, Oxford.
- Uvalić Milica (2018), "The Rise and Fall of Market Socialism in Yugoslavia", *DOC-RI Working Paper*, Berlin, <https://doc-research.org/en/rise-fall-market-socialism-yugoslavia/>
- Vincino [Vincenzo Gallo] (2007), *"Il Male" 1978-82: I cinque anni che hanno cambiato la satira*, Rizzoli, Milano.
- Ward Benjamin (1958), "The Firm in Illyria: Market Syndacalism", *American Economic Review*, 48, September, pp. 560-589.
- Ward Benjamin (1967), *The Socialist Economy*, Random House, New York.
- Waters Mary-Alice (Ed.), (1970), *Rosa Luxemburg Speaks*, Pathfinder Press, New York.
- Wilkinson Richard and Kate Pickett (2010), *The Spirit Level - Why Equality is better for everyone*, London, Penguin.
- Yergin Daniel and Joseph Stanislaw (1998), *The Commanding Heights: The Battle Between Government and the Marketplace That is Remaking the Modern World*, Simon and Shuster, New York.

ASCENÇÃO, QUEDA E FUTURO DO SOCIALISMO ⁽¹⁾

Domenico Mario Nuti ⁽²⁾

EUROPEAN ASSOCIATION
FOR COMPARATIVE ECONOMIC SYSTEMS

WARSAW, 6-8 DE SETEMBRO DE 2018

1 Este texto tem por base as versões inglesa e italiana.

2 Professor Emérito, Universidade Sapienza de Roma. E-mail: dmariounuti@gmail.com. Website: <https://sites.google.com/site/dmarionuti/>.
Blog "Transition" <https://dmariounuti.blogspot.com/>.

INTRODUÇÃO E RESUMO

Estou particularmente satisfeito por estar aqui hoje, e grato aos organizadores pelo seu convite. A minha vida pessoal e profissional tem conexões profundas e de longa data com a Polónia. Eu vim pela primeira vez a Varsóvia há 55 anos, imediatamente após ter terminado os meus estudos universitários. Fui estudante nesta mesma instituição que hoje nos recebe a todos para esta conferência, a Main School of Commerce, exceto que naquela época era chamada Main School of Planning and Statistics; Tive a sorte de ter aqui tido como professores Oskar Lange e Michal Kalecki. E como uma das pessoas que em 1990 fundou a nossa associação, naturalmente, estou encantado em testemunhar hoje o seu crescimento contínuo e a sua vitalidade.

O tema da minha conferência de hoje é ambicioso e assustador, e pode soar como uma provocação num país que tentou e desenvolveu um modelo socialista que, finalmente, acabou por falhar. No entanto, ainda hoje existe, uma procura, impulsionada pelo mercado, de instituições e de políticas socialistas e é este o tema que pretendo aqui desenvolver.

O meu texto sobre a ascensão e a queda do socialismo está disponível gratuitamente no link https://doc-research.org/2018/05/rise_and_fall_of_socialism/.

Esse texto apresenta uma extensa classificação de sistemas económicos com diferentes graus de componentes socialistas. O capitalismo, como é reconhecido sem reservas no Manifesto Comunista, trouxe o crescimento económico, o progresso técnico e uma prosperidade sem precedentes para o mundo. Contudo, gerou também desemprego, flutuações e crises, frequentemente e numa escala cada vez maior, criando assim ao longo do tempo uma desigualdade sempre crescente, sobretudo no último período do após guerra. A ascensão do socialismo está enraizada nestes inconvenientes do capitalismo.

Nesse ensaio discuto a evolução do sistema de tipo soviético, as suas impressionantes conquistas assim como os seus impressionantes custos, ou seja, a repressão das liberdades básicas e a falta de democracia política. O sistema foi incapaz de se adaptar aos desafios levantados pelos seus próprios sucessos, as tentativas de reforma fracassaram e, finalmente, terá caído pela sua ineficiência, instabilidade, pelos seus desequilíbrios internos e externos, pela escassez e por uma dívida esmagadora assim como pela perda de apoio popular. Eu defendo que o socialismo soviético sofreu grandemente

de um pecado original: a crença de que as leis económicas não funcionariam, de forma alguma, numa economia socialista (Rosa Luxemburgo, Bukarine, Hilferding e outros pensadores bolchevistas).

A transição foi dispendiosa, em termos de uma recessão profunda e prolongada, mesmo nos poucos países, como a Polónia, que conseguiram reduzir rapidamente a sua diferença em termos de PIB per capita, em relação às economias capitalistas avançadas.

Para todos estes tópicos eu remeto-vos para o meu artigo *Ascensão e queda do socialismo*. Hoje vou concentrar-me em sete tipos de socialismo “real” (presente ou passado), acrescentar algumas reflexões sobre o modelo soviético, apresentar uma caracterização do modelo social-democrata, tanto na sua versão tradicional como na sua forma degenerada hiperliberal que ocorreu após a transição pós-socialista de 1990, e introduzir a questão do futuro do socialismo

A revitalização de uma procura pelo socialismo deriva hoje dos múltiplos desafios que o nosso planeta enfrenta, no que se refere à globalização, às migrações em massa, ao investimento em infraestruturas, à digitalização, à robotização e à inteligência artificial, às alterações climáticas, ao ambiente, à poluição e à conservação de recursos. Desafios adicionais são enfrentados pelos Estados-membros da UE e especialmente pela zona euro, dada a sua natureza disfuncional e a sua tendência à desintegração. Todos estes problemas foram gerados ou exacerbados pelo capitalismo que, portanto, não pode ser invocado para os resolver. O fracasso em resolvê-los tem significado o aumento intolerável da desigualdade e com consequências devastadoras.

O novo socialismo não deve ser uma réplica dos modelos soviético, chinês ou jugoslavo, mas será antes uma economia social-democrata de mercado, diferindo do capitalismo existente apenas nas suas instituições e políticas, mas estas envolvem diferenças fundamentais na gama e na intensidade dos instrumentos de política económica utilizados, daí resultando um novo sistema distinto.

1. OS MODELOS DE SOCIALISMO REAL

O “socialismo” é um sistema económico e político relativamente recente. O termo socialismo como organização económica criada para a defesa dos interesses dos trabalhadores apareceu pela primeira vez em 1827 nos textos escritos por alguns dos defensores das teses de Robert Owen

Defino sistemas socialistas como uma combinação de

quatro principais componentes: 1) propriedade pública dos meios de produção; 2) igualdade; 3) participação económica e democracia; 4) controle social efetivo sobre as principais variáveis macroeconómicas.

Na base de diferentes dosagens destas quatro componentes identifiquei sete principais modelos de socialismo “concretizado”:

1) O planeamento central do tipo soviético (1928/32-1990), com a propriedade do Estado e a empresa pública a serem dominantes, um empenhamento a favor da igualdade diluído na prática pelo acesso privilegiado a bens colocados a baixo preço e em que há procura em excesso; “centralismo democrático”, na prática, o monopólio político do Partido Comunista; uma planificação centralizada com diferentes graus de controlo macroeconómico. Após a última guerra, este sistema foi efetivamente reproduzido na Europa Oriental e noutras partes do mundo.

2) A China desde final de 1978 a 1990: “socialismo com características chinesas”, crescimento e igualdade, propriedade pública e empresas predominantemente estatais e cooperativas de controlo regional (empresas de cidades e empresas de controlo regional), autoritarismo moderado. As privatizações começaram em 1997 e foram aceleradas em 2007.

3. O sistema económico de China desde 2001 (quando a China aderiu à OMC) até à data. A propriedade pública já não é dominante (desde 2005) e o sistema está sujeito à concorrência no mercado interno e internacional, mas os poderes centrais exercem uma forte influência nos processos económicos através de uma utilização extensiva e profunda dos instrumentos políticos tradicionais da política económica.

A China contemporânea parece desafiar a classificação: o seu sistema tem sido diversamente descrito como socialismo pelos dirigentes chineses, como capitalismo (Kornai 2013); como “capitalismo político” (Milanovic 2018, na sequência de Max Weber 1904, ou seja, “o uso do poder político para alcançar ganhos económicos”); “socialismo de Estado” (The Economist 6/10/2012, Coase e Wang 2012, 2015, Naughton e Tsai 2015; Lenine considerou o capitalismo de Estado como um estágio transitório, mas não há nada de transitório ou provisório na China); um sistema único que combina elementos do capitalismo e do socialismo, mas não se conforma a qualquer um deles (“Chinism”, Kolodko 2018).

Contrariamente à prática comum, proponho-me tratar

a China contemporânea como estando muito próxima do sistema de tipo soviético, por muitas razões: a terra ainda é inteiramente estatal, embora sujeita a locações com privados longas e transferíveis; mais de metade do capital social excluindo a propriedade privada de habitação é capital público (Piketty et al. 2017); as empresas públicas das cidades e das vilas, que nos finais dos anos 1990 atingiam mais de 40% do PIB, desaparecem rapidamente, provavelmente graças ao seu mais fácil registo como empresas privadas. Ficaria surpreendido se a maior parte do Investimento Direto no estrangeiro não fosse também propriedade das empresas estatais chinesas; o sistema bancário é predominantemente público e o acesso ao crédito e as taxas de juros são utilizados ativamente para controlar todos os investimentos. A China exerce um controlo indireto eficaz sobre as variáveis macroeconómicas através da política económica ativa, muito mais bem-sucedida do que o planeamento central soviético direto. Há o monopólio político do Partido Comunista, não há sindicatos, as greves são ilegais, o regime é autoritário e repressivo, com restrições de residência interna (o sistema hukou)-, um amplo recurso à espionagem dos cidadãos; a corrupção tem sido crescente e a desigualdade de rendimento e de riqueza é maior do que nos Estados Unidos.

4) O socialismo do mercado do tipo que prevaleceu na União Soviética em 1921-26 sob a chamada Nova Política Económica, com a propriedade e a empresa privadas a serem dominantes (re-privatizações, também para os estrangeiros), mercados nacionais e internacionais, estabilização macroeconómica, desigualdade de riqueza e rendimento. Um sistema semelhante foi aplicado na Jugoslávia em 1950-1990, com a propriedade social sujeita ao usufruto do capital das empresas autogeridas pelos trabalhadores, com desigualdades entre regiões, sectores e empresas, e um controlo macroeconómico ineficaz (como é testemunhado pelo elevado nível de desemprego, emigração, flutuações e inflação aberta).

5) Algumas economias pós socialistas, especialmente nos primeiros anos (1990-93) da sua transição, incluindo a Rússia de Putin hoje: um sector estatal residual dominante, muitas vezes restabelecido depois das privatizações iniciais; uma elevada desigualdade; falta de participação e de democracia económica (bem como política); elevado desemprego, inflação e flutuações económicas.

6) Modelos de social democracia noutras economias de mercado capitalista, como os países escandinavos do pós-guerra e a implementação parcial do Modelo Social Europeu: propriedade e empresa privadas, um Estado Providência desenvolvido, proteção social, socialização do consumo,

emprego elevado e estável. Um modelo semelhante foi introduzido em vários países da União Europeia na década de 1990 e no início de 2000 (Freeman 2005), mas nunca fez parte das obrigações de adesão e permaneceu letra morta. É claro que o Estado Providência tem fundamentos, vindos de longa data, nas instituições de autoajuda mútua do século XIX, e – de Bismarck a MacMillan – o reconhecimento liberal dos benefícios da paz social, dada também a concorrência com as políticas socialistas de bem-estar e a sua ameaça política.

7) A degenerescência da social-democracia em consequência da adoção pelos partidos sociais-democratas de políticas hiperliberais de austeridade, globalização, financeirização, desregulamentação, privatizações, mobilidade do trabalho e de capitais num mundo sem fronteiras. Na União Europeia, este processo foi agravado pela gestão da zona euro, mas afetou também os Estados Unidos assim como outros países. Na última década esta degeneração levou a reações eleitorais, com a derrota dos partidos autodenominados de “esquerda” por grupos políticos geralmente rotulados de “populistas” ou “soberanistas” num sentido depreciativo, mas que não é mais do que uma expressão da vitalidade democrática residual.

2. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O MODELO SOVIÉTICO E O MODELO INICIAL CHINÊS

A principal vantagem do tradicional modelo soviético e do modelo chinês inicial (de 1978 até ao final de 1990) foi a de implementar a transição de países menos desenvolvidos, quase economias feudais, para um capitalismo autóctone (Milanovic, no seu livro a publicar proximamente *Capitalism alone*, Harvard UP 2019). Milanovic caracteriza como “capitalismo político” a China e dez outros países em desenvolvimento (Vietname, Malásia, Laos, Singapura, Argélia, Tanzânia, Angola, Botswana, Etiópia, Ruanda) todos sob a direção de Partido único por períodos de tempo muito longos, com um alto nível de corrupção e um crescimento económico impressionantemente elevado.

Na Europa do pós-guerra, no entanto, parece haver uma correlação negativa entre o nível de rendimento no início da aplicação das políticas socialistas, e a sua taxa de crescimento subsequente relativamente aos países capitalistas. Por outras palavras, esse tipo de socialismo foi menos bem-sucedido em economias industriais desenvolvidas como a Alemanha Oriental e a Checoslováquia e foi mais bem-sucedido em sociedades pobres e agrícolas como a China e o Vietname. Milanovic analisa as duas explicações mais comuns geralmente apresentadas: incapacidade de inovar e incapacidade de substituir o trabalho por capital. De qualquer

forma o sistema era menos eficiente quanto mais sofisticada era a economia.

Vonyó (2017), investigando os países socialistas e capitalistas europeus (incluindo a União Soviética) para todo o período pós-guerra até 1989, apresenta três resultados importantes. Primeiro, os países que eram mais desenvolvidos em 1950 tiveram uma taxa de crescimento média mais baixa nos 39 anos seguintes. Em segundo lugar, os países socialistas obtiveram piores resultados do que os países capitalistas, independentemente do seu nível de rendimento inicial. Em terceiro lugar, a diferença no crescimento entre os dois grupos de economias está a aumentar em relação ao nível de rendimento inicial (ver o seu diagrama, p. 255).

3. SOCIAL-DEMOCRACIA: A ESCANDINÁVIA E O MODELO SOCIAL EUROPEU

O modelo social-democrata escandinavo tradicional é uma economia de mercado com propriedade e empresa privadas, a coletivização dos riscos individuais (velhice, doença, invalidez, uma família grande) e dos riscos sociais (pobreza, desemprego), participação económica e democracia, emprego elevado e estável obtido principalmente através de políticas orçamentais e um empenho igualitário concretizado sobretudo através da socialização do consumo.

Um modelo semelhante foi introduzido em vários países da União Europeia na década de 1990 e no início de 2000: o Modelo Social Europeu (MSE) era “caracterizado por um elevado grau de proteção social, pela importância do diálogo social e pelos serviços de interesse geral que cobrem as atividades essenciais para a coesão social, baseados hoje, para além da diversidade dos sistemas sociais dos Estados-Membros, sobre um núcleo comum de valores” (Conselho Europeu, Nice 2000; Ver Freeman 2005). A principal fraqueza do MSE foi a falta de um projeto de União Social Europeia e a dependência exclusiva da sua execução ser voluntária por parte dos Estados-Membros. De tempos a tempos, são anunciados projetos ambiciosos do MSE, por exemplo, o *Pilar Europeu dos Direitos Sociais*, aquando da Cimeira Gotemburgo do Parlamento Europeu, do Conselho Europeu e da Comissão Europeia, em novembro de 2017, mas continuam a ser letra morta.

No Outono de 1989, o Parlamento Polaco enviou uma delegação de distintos economistas dirigida por Jan Muizel aos países escandinavos, para explorar a viabilidade de um modelo social-democrata na Polónia. Mas houve uma escassez tanto de tempo como de recursos, e o seu relatório nunca foi apresentado ao Parlamento para discussão.

A social-democracia tradicional, através de várias fases caracterizadas por diferentes graus de aplicação desse modelo, tem funcionado bem em termos de crescimento, emprego, igualdade. O modelo escandinavo foi diluído pela desregulamentação e pela aplicação de formas mais brandas de intervenção estatal do que inicialmente previsto, bem como pela globalização e a imigração. Nas eleições parlamentares do próximo domingo as sondagens preveem a possível derrota dos sociais democratas suecos, que governam atualmente com os Verdes, pelos democratas suecos, partido anti-imigração, eurocético, “populista”-soberanista.”

O Modelo Social Europeu nunca arrancou realmente, em virtude da sua natureza voluntária; foi diluído pelo alargamento europeu à Europa Oriental hiperliberal e pelos cortes orçamentais exigidos pelas políticas de austeridade com que a União Europeia tratou a crise que começou em 2008 e da qual ainda não se saiu.

4. A SOCIAL-DEMOCRACIA PERVERTIDA: GLOBALISTA, AUSTERA, DESIGUAL

No final da década de 1990, a queda do muro de Berlim e a vitória, aparentemente definitiva na época, do hiperliberalismo provocou uma conversão tardia e exagerada da social-democracia a esta ideologia.

Isto aconteceu primeiramente nos países da transição tanto pela parte de governos de direita como de esquerda, e depois na Europa Ocidental sob a liderança de Tony Blair do New Labour e a sua terceira Via, replicada pelo Neue Mitte alemão de Gerhard Schroeder. Uma estratégia semelhante foi seguida pelo presidente Bill Clinton nos Estados Unidos (Meeropol 2000).

Blair e Schroeder (1999) reafirmam o seu empenho em defender os valores socialistas tradicionais: *“equidade e justiça social; liberdade e igualdade de oportunidades; solidariedade e responsabilidade para com os outros: estes valores são eternos. A social-democracia nunca os irá sacrificar”* (pág. 2).

Entretanto o seu projeto de social-democracia diferiu drasticamente da social-social democracia tradicional em três aspetos principais.

1) A aceitação da primazia e da conveniência dos mercados internos e internacionais, reconhecendo plenamente a sua natureza global no mundo moderno. *“O mercado é parte da organização social que desejamos, não é apenas um meio necessário que reconhecemos com relutância que necessitamos, e que precisamos de controlar”* (Karlssohn 1999). Deste modo, estes dirigentes

menosprezavam totalmente as implicações negativas sobre a distribuição adversa a nível nacional e global das alocações de mercado.

A liberalização do comércio internacional envolve, sem dúvida, benefícios líquidos, mas, ao mesmo tempo, inflige pesados prejuízos a alguns dos agentes nacionais afetados. A correspondente compensação dos perdedores por parte dos ganhadores exigiria transferências internacionais que são impraticáveis e/ou transferências de ganhadores mais pobres para perdedores mais ricos que são indesejáveis. A correspondente compensação potencial não é suficiente, ela precisa de ser real. A crença de que a globalização beneficia toda a gente, como a maré que faz subir todos os barcos, cujos benefícios em qualquer caso de uma economia “trickle down”, ganhos que escorreriam dos ganhadores iniciais para o resto da população, é uma crença generalizada mas infundada: uma economia “trickle up” é a situação mais provável.⁽³⁾ Por último, as vantagens da liberalização comercial não se estendem necessariamente à liberalização dos movimentos de capitais financeiros e das migrações laborais, nem aos acordos comerciais que regulam as normas, a concorrência e as jurisdições (Rodrik 2018).

2) A rejeição da propriedade e da empresa públicas, em apoio ao empreendedorismo privado, e a privatização decisiva e continuada dos ativos estatais. As privatizações envolveram a abdicação do papel empresarial do Estado em matéria de investigação e de inovação (Mazzucato 2011, 2013), a negligência dos serviços públicos essenciais e a difusão de parcerias públicas privadas (PPP) que coletivizaram o risco e privatizaram os lucros, a destruição das sociedades de crédito imobiliário e de todo o sector das sociedades mútuas através da privatização do capital que pertencia aos seus membros e que não era para o governo ceder, uma vez que não lhe pertencia.

3) A [ideia de] viabilidade, no sentido de disciplina

3) Nota do Tradutor. As expressões trickle-down e trickle-up terão sido conhecidas durante a Grande Depressão a partir de um texto de Will Rogers. Vejamos a sua explicação na íntegra: “Esta eleição foi perdida há já quatro a seis anos atrás, não neste ano. Eles [os republicanos] não começaram a pensar no velho colega comum senão quando começou a campanha eleitoral. O dinheiro tinha sido todo ele apropriado pelas gentes do topo da escala de rendimentos, na esperança de que este, depois, transbordasse e passasse a escorrer também a favor dos necessitados. O Presidente Herbert Hoover [Republicano] era um engenheiro. Ele sabia que a água escorre, de cima para baixo. Coloquem-na numa colina e deixem-na ir e esta chegará até ao local mais seco, por mais pequeno que este seja [a economia trickle-down]. Mas ele não sabia que o dinheiro poderia escorrer de baixo para cima. Dê dinheiro às pessoas da parte mais baixa da escala de rendimentos e as pessoas no topo dessa mesma escala tê-lo-ão de volta antes de chegar a noite, de toda a maneira. Mas, pelo menos, passará pelas mãos das pessoas pobres. Eles salvaram os grandes bancos, mas os pequeninos foram mandados para a chaminé.” Em: Will Rogers in the St. Petersburg Times - Nov 26, 1932.

orçamental e de política monetária restritiva, rejeitando, portanto, tanto as políticas keynesianas sobre os défices públicos financiados pela dívida como a expansão monetária inflacionista. “*Ter saudáveis finanças públicas deve ser motivo de orgulho para os social-democratas*”. “... as despesas públicas financiadas pelo défice não podem ser utilizadas para ultrapassar as deficiências estruturais da economia, e são um obstáculo ao crescimento mais rápido e ao emprego mais elevado. Os sociais-democratas, além disso, não devem tolerar níveis excessivos de dívida pública, o que impõe um encargo excessivo para as gerações futuras e poderia ter outros efeitos distributivos indesejáveis. Todo o dinheiro gasto para o serviço de uma elevada dívida pública não está disponível para outras prioridades [sic] entre as quais um aumento no investimento em educação, formação ou infraestruturas de transporte”. (Blair e Schroeder 1999, p.10). Estas propostas espantosas afastam pois intervenções contra-cíclicas, independentemente da fase do ciclo de negócios, tomam como um dado adquirido efeitos intergeracionais que são inexistentes ou exagerados ou no mínimo questionáveis, e estas propostas confundem objetivos com “prioridades” e presumem que os objetivos mais importantes devem necessariamente ser sacrificados à disciplina fiscal e monetária.

Uma tal política orçamental restritiva encontrou inicialmente um forte apoio em duas vertentes da teoria económica que apareceram nos anos 1990 e 2000, a presumida “consolidação orçamental expansionista” (por exemplo Giavazzi e Pagano 1990, 1996) e a ideia da alegada existência de uma dívida pública limiar de 90% do PIB anual, para além do qual a dívida exerceria um impacto negativo sobre o crescimento do PIB (Reinhart e Rogoff, 2010). Investigações subsequentes provaram que tais proposições estavam erradas e foram rejeitadas até mesmo em documentos oficiais do FMI (ver Nuti 2013).

Os adeptos desta versão degenerada da social democracia [a Terceira Via] afirmam defender os valores da social-democracia, mas – para além da espetacular reversão no Iraque das tradições pacifistas da social-democracia – privaram o governo de todos os instrumentos tradicionais de política económica necessários para implementar a social-democracia: a política orçamental é restringida aos orçamentos equilibrados, a política monetária é delegada a um banco central que é não só independente do governo, mas está totalmente desligado da política orçamental; as privatizações eliminam a capacidade governamental de influenciar a distribuição e o crescimento através da política de preços e de investimento das empresas públicas; os controlos diretos são substituídos por parâmetros de mercado. Na prática, os únicos instrumentos que restam à política económica do governo são as denominadas

«reformas» e, em especial, as alegadas «reformas estruturais» (FMI 2015).

Estas reformas são, na prática, um eufemismo enganador para o emprego precário, a facilidade de despedir os trabalhadores dependentes, mesmo sem justa causa, a destruição dos sindicatos, o desmantelamento da negociação coletiva e a redução e privatização do Estado Providência. O FMI confirmou a ineficácia dessas medidas para o relançamento da economia, mas, não obstante, os governos hiperliberais - sendo ou não sociais-democratas - adotaram tais instrumentos com um entusiasmo digno de melhores causas.

Ao mesmo tempo, os defensores da Terceira Via não se moveram de forma suficientemente rápida ou não foram suficientemente longe na via que tinham escolhido: eles continuaram a falar de “prioridades” em vez de debaterem soluções de compromisso entre objetivos alternativos, propuseram a redução da semana de trabalho para 35 horas sem reduções salariais correspondentes, queriam reduzir a idade de passagem à reforma numa sociedade envelhecida, propuseram um imposto Tobin sobre as transações financeiras, impossível de tributar sem que a sua adoção seja universal e virtualmente impossível no ciberespaço. Em vez disso, todos eles ultrapassaram todos os limites no apoio ao hiperliberalismo (ver Nuti 1999) e a uma incondicional globalização, incluindo a livre circulação de capitais e de trabalho num mundo sem fronteiras, desencadeando em 2007-08 a pior crise económica, financeira e política na idade moderna, cujos efeitos desastrosos ainda estamos hoje a sofrer.

5. POPULISMO VERSUS DEMOCRACIA

Nos últimos anos, esta perversão do projeto social-democrata foi rejeitada pelos eleitorados de um grande número de países, desde o referendo do Brexit à eleição de Donald Trump como Presidente dos Estados Unidos, a muitos países europeus independentemente de serem ou não membros da UE (como na Alemanha, Suécia⁽⁴⁾, França, Espanha, Áustria e recentemente Itália) e aos países da Commonwealth (Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, Canadá). Nos 15 países da Europa pós-comunista, hoje, sete

4 Nas eleições parlamentares da Suécia, de 9 de setembro, as sondagens de opinião contemplam a possível derrota dos sociais-democratas suecos, então no governo em coligação com os Verdes, pelos Democratas Suecos, “populistas”, “soberanistas”, anti-imigração, e eurocéticos”. Por fim, os Democratas Suecos obtiveram menos apoio do que as sondagens tinham previsto-também porque os social-democratas passaram a adotar uma linha mais rígida relativamente à imigração - mas alcançaram a terceira posição aumentado a sua percentagem eleitoral de 12,9% para um valor recorde de 17,6%, com os Sociais-Democratas a situarem-se no seu mínimo eleitoral e com um Parlamento paralisado em que os grupos da Esquerda e da Direita reúnem, cada um deles, aproximadamente 41% dos votos.

deles têm partidos “populistas” no poder, dois têm-nos como membros de uma coligação e em outros três são a maior força da oposição. Hodgson (2018) fala de *Wrong Turnings – How the Left Got Lost*; Kennedy e Manwaring (2017) perguntam “*Porque é que a esquerda perde*”. Existem múltiplas causas: a redução da base eleitoral dos trabalhadores industriais e manuais; o surgimento de partidos mais comprometidos à esquerda (por exemplo, Die Linke) ou à direita (como a Frente Nacional ou a AFD); a crescente falta de confiança nos partidos políticos, muitas vezes conducente à abstenção dos eleitores; o descontentamento e o desinteresse pela política devido à crise económica. Facto significativo, o fenómeno é particularmente acentuado em países dirigidos pelos sociais-democratas em coligação com a direita, caracterizados por uma elevada imigração, pela redução e agravamento dos serviços sociais e do Estado Providência, e, mais genericamente, pelo empobrecimento absoluto ou relativo das classes médias: a Alemanha é o melhor exemplo mas não o único.

Muitas vezes, a perda de apoio eleitoral por parte dos partidos sociais-democratas é atribuída ao “populismo”, num sentido pejorativo. Rodrik (2018) distingue entre o populismo político, que compromete o pluralismo e as regras democráticas liberais, e o populismo económico que, pelo contrário, encontra justificação nos fracassos das políticas dos governos, incluindo os progressistas, e que pode ser um necessário e, por vezes, único caminho de evitar o populismo político.

Em geral, podemos definir como populismo a promessa de políticas impossíveis ou não sustentáveis, acompanhadas pelo apelo aos sentimentos egoístas do eleitorado. Na verdade, este populismo é indistinguível da democracia, sendo simplesmente a expressão do descontentamento eleitoral relativamente às políticas governamentais, mesmo que apoiadas ou toleradas pelos sociais-democratas, e mesmo quando incentiva injustificada mas legitimamente preconceitos do eleitorado (por exemplo xenofobia, que enquanto simples medo do estrangeiro ou do diferente é um direito inalienável do cidadão). Este populismo pode ser incentivado ou literalmente comprado com concessões e promessas dos dirigentes políticos sem escrúpulos; o perigo da ditadura da maioria temida por Toqueville não pode ser evitado sem se limitar ou destruir a democracia totalmente.

O atual descalabro da social-democracia não se deve à recusa do modelo social-democrata enquanto tal, mas à sua perversão na sequência do hiperliberalismo, das tendências austeritárias e globalistas, não só no comércio internacional mas também em termos de movimento de capitais, de

investimentos diretos estrangeiros, de deslocalização de produção para economias emergentes de salários baixos e de migrações de trabalhadores. Estas tendências favorecem grandes empresas multinacionais, secam as receitas fiscais, incentivam a concorrência fiscal entre os Estados, facilitam a evasão e a fraude fiscal com a proliferação de paraísos fiscais e reduzem consideravelmente o espaço político dos governos nacionais. Esta é a social-democracia que hoje perdeu o apoio eleitoral na maior parte de todo o mundo desenvolvido.

6. O RENOVAR DO SOCIALISMO PARA ENFRENTAR GRANDES DESAFIOS GLOBAIS

Hoje em dia está-se a assistir a um renovar das ideias socialistas devido aos vários graves desafios postos ao desenvolvimento e à sustentabilidade da economia mundial no âmbito das atuais políticas nacionais e globais:

- a gestão da globalização do comércio internacional e do investimento: os prejuízos resultantes da globalização são difíceis de compensar através da incidência da tributação sobre os lucros brutos, embora os lucros líquidos sejam positivos, levando a guerras comerciais dispendiosas e ao aparecimento de um novo protecionismo;
- as migrações em massa dos trabalhadores, que na prática são ilimitadas e que também conduzem aos mesmos problemas de redistribuição de benefícios e custos associados a outras formas de globalização. Num mundo sem fronteiras, a vantagem líquida das migrações tem sido muitas vezes sobrestimada, mas mesmo as avaliações mais sóbrias ainda são apreciáveis: Docquier et al. (2012) estimaram que a liberalização da migração aumentaria o PIB mundial entre 7,0 e 17,9 por cento, equivalente a 11,5 – 12,5 por cento a médio prazo. Mas os ganhos dos migrantes e dos seus empregadores, e os ganhos dos trabalhadores no país de origem, não podem ser aproveitados para compensar os perdedores, isto é, os trabalhadores do país de acolhimento e os empregadores no país de origem, sem transferências internacionais que não são viáveis ou sem transferências dos mais pobres para os mais ricos, o que também não é desejável. Uma alternativa socialista terá de distinguir entre refugiados e migrantes económicos, e ser capaz de conter e controlar os fluxos migratórios dentro dos limites da vontade e da capacidade dos vários países para os acolher e financiar a sua integração – quer diretamente quer graças à contribuição financeira dos países que preferem pagar em vez de assumirem a obrigação de os receber, o que deve ter como base os critérios da ONU.

- a necessidade de um investimento massivo em infraestruturas públicas, nos países desenvolvidos dirigido à manutenção de obras públicas em vias de degradação ou em obras novas, nos países em desenvolvimento dirigido sobretudo à criação de novas infraestruturas, bem como em todos os lugares dirigido a investimento em novas habitações, tendo em conta que um quarto dos 4 mil milhões de habitantes das cidades no mundo estão a viver atualmente em favelas, percentagem esta que poderá atingir 50% em 2050.
- o desenvolvimento da tecnologia de digitalização, incluindo a robotização, a Internet das Coisas, o protocolo de confiança Blockchain (para criptomoedas e outras transações seguras), a inteligência artificial, os Grandes conjuntos de dados, bem como campos tão diversos como computação em nuvem, as impressoras a 3-dimensões (ou fabricação aditiva, com desenvolvimentos associados da biotecnologia), drones e carros sem condutor, portáteis e interfaces vocais (ver UNCTAD, Information Economy Report – Digitalization, Trade and Development, novembro 2017). A digitalização irá gerar oportunidades extraordinárias, especialmente no longo prazo, mas no curto prazo, levanta grandes perigos de desemprego em massa, reestruturação das necessidades, requalificação em larga escala e redistribuição. Por exemplo, Frey e Osborne (2017), investigando 702 qualificações profissionais nos Estados Unidos, estimam que cerca de 47% dos empregados dos EUA estão em risco de serem substituídos por máquinas; os estudos recentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT) também consideram riscos semelhantes.
- a regeneração de poluição acumulada e, mais genericamente, a conservação de recursos naturais não reproduzíveis, que atualmente estão a ser consumidos a taxas não sustentáveis;
- a redução dos “gases com efeito de estufa” que contribuíram para o aquecimento global (eufemisticamente rotulado de “alterações climáticas”); essa necessidade é controversa, mas cada vez menos, e as implicações negativas de tal conjectura, sendo certas, são tão catastróficas que vale a pena levar a cabo medidas de compensação mesmo que haja algumas dúvidas residuais sobre esta matéria.

É verdade que as previsões apocalípticas do passado provaram estar todas erradas, como o esgotamento das reservas mundiais de carvão previsto por Irving Fisher na obra *Limites ao Crescimento* editado pelo Clube de Roma ou

as previsões demográficas malthusianas de uma explosão populacional global. Mas nunca antes houve tantas e tão sérias causas de preocupação. Além disso, a lei de Stein (1976) está destinada a funcionar: “se alguma coisa não pode continuar para sempre, tarde ou cedo parará”. A incapacidade de lidar com estes desafios gera ainda mais desigualdade no rendimento e na riqueza, agravando assim os riscos envolvidos.

7. OS PAÍSES EUROPEUS

Na União Europeia surgem problemas adicionais devido ao mau funcionamento das políticas e das instituições europeias, especialmente na zona euro.

As linhas de fracasso são exemplificadas pelo Brexit; pelas tendências de desintegração entre o Norte e o Sul assim como entre o Oriente e o Ocidente, ou ainda as forças centrífugas internas dentro dos Estados; pela política comercial (com um défice democrático que permite que 3,5 milhões de valões bloqueiem um tratado que afeta 545 milhões de cidadãos europeus, ou a imposição do Acordo Global de Economia e Comércio (CETA) com o Canadá depois de 7 anos de negociações secretas em termos particularmente favoráveis aos investidores internacionais que contém o mecanismo dito de Resolução de Litígios entre Investidores e o Estado protegendo os seus lucros da legislação regulamentar; pela abolição das fronteiras internas da UE (Schengen) sem reforçar as fronteiras externas da UE e sem adotar uma política comum de migração, permitindo assim praticamente as migrações sem fronteiras; por um orçamento ridiculamente minúsculo da ordem de 1% do PIB, sempre equilibrado ex post, em comparação com o orçamento federal dos EUA de mais de 20%; pelo “estúpido” (veredicto de Prodi) conjunto de restrições de austeridade relativamente ao défice público e à dívida; pela concorrência fiscal entre os países membros; pela divergência das políticas de bem-estar (com ampla dispersão entre os países do índice de justiça social, calculado pela Fundação Bertelsman com base na prevenção da pobreza, educação equitativa, acesso ao mercado de trabalho, coesão social e não discriminação, saúde, justiça intergeracional -que atingiu o seu ponto mais baixo em 2012-14 e ainda está abaixo do nível de pré-crise); a tolerância dos regimes liberais de Estados-Membros, bem como de candidatos à adesão e aliados; a falta de uma política externa comum e de uma política de defesa comum.

Além disso, a criação de uma moeda comum foi prematura (antes da integração política, orçamental e bancária), prejudicada pela incapacidade do Banco Central em atuar como Emprestador de último recurso à União

(muito menos aos Estados-Membros), foi distorcida pela divergência progressiva entre os membros, devido tanto à negligência dos parâmetros que deveriam ter sido verificados na admissão e não o foram, como à divergência gerada pela incapacidade de coordenar as políticas nacionais e de observar as obrigações estatutárias (como o excedente máximo da balança comercial de 6% do PIB).

Separar um país membro da União é bastante difícil como se mostra com a Grã-Bretanha, um país que manteve a sua própria moeda; é particularmente difícil para um membro da zona euro, dada a ameaça de especulação financeira adversa ao mais ligeiro indício de uma possível saída ou mesmo de sugestões de possível reforma. Existem soluções possíveis, como a exclusão do investimento público do cálculo do défice público; a exclusão do défice do pagamento de atrasados das despesas públicas devidos às famílias ou às empresas o que implica uma mudança de credor e não um aumento da dívida pública; a adoção de uma metodologia diferente na linha das propostas da OCDE para o cálculo do rendimento potencial, o que conduziria a uma determinação mais flexível do défice admissível; a penalização dos excedentes comerciais acima do limite máximo (de preferência reduzido a 4% do PIB simetricamente ao que deveria ser considerado com o défice comercial máximo admissível) não com uma coima simbólica como é no momento mas sim com a obrigação de passar a ter um défice orçamental pelo menos tão grande como é excessivo o excedente; a emissão pelos países membros de dívida indexada à sua taxa de crescimento, o que permitiria a uma agência da União investir num valor equilibrado em títulos destes emitentes, subsidiando os países que crescem menos do que a média e fazendo-o com os rendimentos obtidos sobre a dívida emitida por países que crescem mais rapidamente do que a média; Por último, o reembolso da dívida pública pendente de todos os países acionistas do BCE em proporção das suas ações no BCE, financiado a partir do atual ganho de senhoriagem do BCE ou da titularização de futuras receitas de senhoriagem, o que reduziria o endividamento de todos os membros sem implementar uma “União de Transferências”, porque não haveria nenhuma transferência dos membros mais fortes para os mais fracos.

O problema é que as vozes dos países membros do Sul da zona euro têm muito poucas possibilidades de serem escutadas e bem recebidas e os seus apelos insistentes para a reforma podem desencadear uma crise financeira. A única saída deste impasse parece ser uma recusa consistente, feita pelo menos por dois países membros, de implementar políticas comuns (por exemplo, sobre o orçamento da UE ou acordos comerciais) não importa quão vantajosas

estas possam ser: a supressão dos poderes de voto de um Estado-membro exige a unanimidade de todos os outros e, por conseguinte, uma coligação de dois ou mais Estados-Membros que não as desejam aplicar, pode paralisar uma maior integração e, possivelmente, ultrapassar a hegemonia nórdica-alemã que bloqueia uma reforma mais funcional da UEM.

A preocupação geral, mesmo que difusa, sobre estes problemas gerou uma oposição política às políticas e instituições atuais, levando ao aumento constante e espetacular dos partidos e movimentos da oposição, geralmente rotulados como “populistas”, mas que, na realidade, representam o funcionamento da democracia representativa.

Estes partidos “populistas” têm ocasionalmente conseguido formar governos, como em Itália, mas é pouco provável que tenham sucesso na implementação de mudanças radicais capazes de enfrentar os problemas aqui enumerados, porque estes partidos representam camadas diferentes da população, são inspirados por ideologias diferentes, e têm objetivos contraditórios que se chocam com os duros constrangimentos orçamentais.

Com o passar do tempo, pode-se esperar que os sucessos “populistas” possam favorecer movimentos e partidos de inspiração social-democrata tradicional, também auxiliados pelo progresso das comunicações pela Internet. Na Alemanha, por exemplo, o aparecimento do movimento *Aufstehen* (De pé) é uma aliança dos Verdes com gentes de esquerda, eurocética e anti-imigração. e com preocupações sociais internas sobre as escolas, habitação e a pobreza. Outras iniciativas deste tipo, menos controversas e mais promissoras, podem surgir.

8. QUE SOCIALISMO NO FUTURO?

Que tipo de socialismo poderia ser adequado para lidar com os desafios e problemas aqui levantados?

Não o “socialismo realmente falhado” do planeamento central do tipo soviético, com o monopólio político do Partido Comunista, a nomenklatura e os privilegiados altos funcionários, com uma economia da escassez que tende a ser basicamente autárquica. Ou o socialismo cubano igualmente fracassado que Che Guevara imaginou, como dependendo da criação de um homem novo socialista: o sistema terá de aceitar os seres humanos como eles são.

Nem o modelo chinês contemporâneo, extremamente

bem-sucedido economicamente mas que o está a ser cada vez menos, antidemocrático, autoritário e repressivo, congenitamente corrupto devido à necessidade da discricionariedade na aplicação da lei para manter os capitalistas privados sob controlo. Embora seja certamente necessário replicar toda a panóplia dos instrumentos da política económica utilizados com sucesso pelo governo chinês para manter o controlo macroeconómico sobre a sua economia, apesar da sua exposição à concorrência no mercado interno e internacional.

Nem do tipo jugoslavo de economia de mercado “micro-socialista” autogerida, devido à sua desigualdade entre regiões, sectores, empresas, em que também se reproduz a maioria dos inconvenientes do capitalismo, em termos de desemprego, pressões inflacionistas, flutuações, migrações. É claro que haverá espaço para instituições de autogestão como a alemã *Mitbestimmung*, para as empresas cooperativas, as organizações sem fins lucrativos e a participação dos trabalhadores na propriedade da empresa e nos seus resultados, mas não com um papel dominante e sem as expectativas exageradas criadas por exemplo por Weitzman (1984) quanto a uma “economia de acionistas”.

O que tenho em mente nas minhas recomendações é um modelo económico socialdemocrata, caracterizado pelas suas instituições e políticas, em vez de ser um “sistema” específico de afetação de recursos. Fundamentalmente, tratar-se-ia de uma economia de mercado, totalmente equipada, no entanto, com todos os instrumentos tradicionais de política económica (à Tinbergen 1952 e 1956): política orçamental pela determinação do nível e da estrutura das receitas públicas e das despesas; política monetária através da gestão do nível de crédito, da taxa de juro e da taxa de câmbio (de preferência flutuante), atuando também como emprestador de último recurso aos bancos comerciais e ao governo, em coordenação com a política orçamental e responsável pela gestão da dívida nacional; utilização das políticas de preços e de investimento das empresas estatais, embora limitadas a sectores estratégicos de importância nacional; sempre que necessário, os controlos diretos como último recurso.

Este modelo seria caracterizado por uma política de nível de emprego elevado e estável, um Estado Providência de pleno direito, com disposições relativas ao seguro de desemprego, à redução da pobreza, ao seguro de saúde, pelo menos para os tratamentos básicos (o custo da assistência médica sem limites leva a custos proibitivos e mais elevados custos teriam de ser contributivos ou sujeitos a seguros dispendiosos), educação de base gratuita e com o ensino universitário a ser pago ao seu custo efetivo, exceto com

generosas bolsas para os estudantes delas merecedores⁽⁵⁾, oferta pública de habitação social de baixo custo (em vez de subsídios para aquisição de casa própria). As pensões podem ser estabelecidas numa base contributiva ou numa base distributiva, mas com uma pensão mínima garantida pelo Estado e sem nunca terem de enfrentar os pesados custos de se deslocarem da base distributiva (regime de repartição) para o regime de capitalização, mesmo se este último sistema de pensões for considerado preferível em regime pleno.

Haveria instalações generosas para o consumo público (bibliotecas, piscinas, ginásios, parques, hospitais, em preferência a um rendimento básico universal, o que levanta a possibilidade deste ser desperdiçado pelos beneficiários, que apresenta o perigo de forçar os cidadãos a comprar serviços sociais fornecidos por instituições privatizadas e, talvez, a serem disponibilizadas a preços inacessíveis para a maioria das pessoas). Haveria uma política industrial, com o Estado não a “escolher os vencedores” arbitrariamente entre as empresas individuais, mas a estimular o progresso técnico e a inovação em geral, e estimulando atividades caracterizadas por alto valor acrescentado per capita, e atividades orientadas para a exportação.

A política de comércio internacional seria acompanhada de medidas de compensação para os perdedores de qualquer política comercial que seja adotada (quer seja com a abertura ao comércio externo quer seja com o protecionismo). Na ausência quase certa de transferências internacionais compensatórias, teriam de ser obtidas pelo governo as receitas adicionais para o efeito. Estas receitas podem ser obtidas por possíveis e desejáveis esforços concertados para explorar as potenciais receitas fiscais que podem ser obtidas a partir de empresas multinacionais (que geralmente minimizam a sua responsabilidade fiscal através de preços de transferência arbitrários em transações internacionais com a sua própria subsidiárias no exterior), e das suas operações pela Internet (que estão gradualmente a serem aproveitadas com sucesso, muitas vezes voluntariamente, no caso de sociedades com milhões de milhões de dólares, de empresas como a Apple e a Amazon). Um esforço concertado para acabar com os paraísos fiscais teria de ser drasticamente posto em prática.

O leitor não deve pensar que eu sou um otimista, na realidade sou profundamente pessimista: a alternativa a esta conjecturada evolução sistémica que delineeii é demasiado sombria para a poder mesmo contemplar, porque envolve a

5 Nota de Tradutor: diz-me Domenico Mario Nuti, à margem do texto, que ter o ensino universitário gratuito ou tendencialmente gratuito é estar a dar um subsídio aos ricos.

certeza dos nossos filhos, se não nós mesmos, acabarem muito em breve por estar a enfrentar uma monumentalmente injusta desigualdade de rendimento e de riqueza; envolve a existência de um mundo conflituoso com regiões, religiões e grupos étnicos em conflito; envolve um planeta empobrecido, desertificado e inviável, dominado pela miséria, ignorância, necessidade, ócio e doença.

REFERÊNCIAS

- Blair Tony and Gerhard Schroeder (1999), *The Way Forward for Europe's Social Democrats – A Proposal*, June, The Labour Party, London.
- Coase Ronald and Ning Wang (2012), *How China Became Capitalist*, Palgrave Macmillan, London and New York.
- Coase Ronald and Ning Wang (2015), “How China Became Capitalist”, RIETI-BBL, Tokyo.
- Docquier Frédéric, Joël Machado and Khalid Sekkat (2014), “Efficiency gains from liberalizing labor mobility”, *The Scandinavian Journal of Economics*, December, pp. 303-346. March.
- Freeman Richard B. (2005), “Can the Social Dialogue EU compare with the Market-Driven US?”, Conference paper, University of Rome “La Sapienza”, March.
- Frey Carl B. and M.A. Osborne (2017), “The future of employment: How susceptible are jobs to computerisation?”, *Technological Forecasting and Social Change*, vol. 114, issue C, 254-280.
- Giavazzi Francesco and Marco Pagano (1990), “Can Severe Fiscal Contractions Be Expansionary? Tales of Two Small European Countries”, NBER Macroeconomics Annual Vol. 5, MIT Press. Cambridge Mass.
- Giavazzi Francesco and Marco Pagano (1996), “Non-Keynesian Effects of Fiscal Policy Changes: International Evidence and the Swedish Experience”, *NBER Working Papers* 5332.
- Hodgson Geoffrey (2018), *Wrong Turnings – How the Left Got Lost*, Univ. of Chicago Press.
- Karlsson Mats (1999), “Third way, *Neue Mitte* or Old Wine in New Bottles?”, Conference paper, IPPR, Bellagio, 27-28 February.
- Kennedy Paul and Rob Manwaring (Eds) (2017), *Why the left loses: The Decline of the Centre-Left in Comparative Perspective*, Policy Press, London.
- Kolodko Grzegorz W. (2018), *Czy Chiny zbawią świat?*, forthcoming in English as *Will China Save the World?*, I.B. Tauris-Bloomsbury.
- Kornai János (2013), *Dynamism, Rivalry and the Surplus Economy – Two Essays on the Nature of Capitalism*, Oxford UP.
- Marx Karl and Friedrich Engels (1848 in German), *The Manifesto of the Communist Party*, and Progress Publishers, Moscow, 1969.
- Mazzucato Mariana (2013), *The Entrepreneurial State – Debunking Public versus Private Sector Myths*, Anthem Press, London New York Delhi; An earlier version, Demos, London 2011.
- Meadows Donella H., D. L. Meadows, J. Randers, W. W. Behrens III (1972), *The Limits to Growth – A Report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind*, Universe Books, New York.
- Meeropol Michael A. (1998), *Surrender: How the Clinton Administration Completed the Reagan Revolution*, University of Michigan Press.
- Milanovic Branko (2019), *Capitalism Alone*, forthcoming, Harvard Univ. Press.
- Naughton Barry and Kellee Tsai (Eds) (2015) *State Capitalism, Institutional Adaptation, and the Chinese Miracle*, Cambridge UP.
- Nuti Domenico Mario (2018), “The Rise and Fall of Socialism”, DOC-RI, Berlin https://doc-research.org/2018/05/rise_and_fall_of_socialism/.
- Nuti Domenico Mario, (2013), “Austerity versus Development”, Conference paper, Kozminski University, Warsaw, 10-11 October.
- Nuti Domenico Mario (1999), “Making sense of the Third Way”, *Business Strategy Review*, Vol. 10, n. 3, Autumn 1999, pp. 57-67.
- Piketty Thomas, Li Yang and Gabriel Zucman (2017), “Capital Accumulation, Private Property and Rising Inequality in China, 1978-2015”, WID.world Working Papers Series N° 2017/6, April.

Reinhart Carmen M. and Kenneth S. Rogoff (2010), "Growth in a Time of Debt," *NBER Working Paper* No. 15639, January.

Rodrik Dani (2018), "In Defence Of Economic Populism," *Social Europe*, 18 January.

Stein Herbert (1976), "The Macroeconomics of Growth, Full Employment, and Price Stability," US Congress Joint Economic Committee, Washington.

Tinbergen Jan (1952), *On the Theory of Economic Policy*, North Holland Publishing House, Amsterdam.

Tinbergen Jan (1956), *Economic policy, Principles and design*, North Holland Publishing House, Amsterdam.

UNCTAD (2017), *Information Economy Report – Digitalization, Trade and Development*, November 2017.

Vonyó Tamás (2017), "War and Socialism: why Eastern Europe fell behind between 1950 and 1989," *Economic History Review*, vol. 70, 1, pp. 248-274.

Weber Max (1904), *The Protestant ethic and the spirit of capitalism*, Routledge, London.

Weber Max (1922), *Economy and Society*, reprinted 2013, Univ. California Press.

Weitzman Martin L. (1984), *The Share Economy – Conquering Stagflation*, Harvard Univ. Press.

Rise Fall Future of Socialism NutiWarsawRev.pdf

Lascesa caduta e futuro del Socialismo.pdf

Ascensão e queda do Socialismo
Ascensão e queda do Socialismo

DOC RESEARCH INSTITUTE, BERLIM
EUROPEAN ASSOCIATION FOR COMPARATIVE ECONOMIC SYSTEMS

WARSAW, 6-8 DE SETEMBRO DE 2018